

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Dezembro de 2007**

**Área Temática: Relações Internacionais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Dezembro de 2007

## Índice

<b>Rodada Doha vai atravessar 2008</b> – Jamil Chade – Economia e Negócios – 01/12/2007..	6
<b>Estratégia imperial dos EUA segue em expansão</b> – Cláudia Antunes – Folha de São Paulo – Mundo – 01/12/2007 .....	7
<b>Doha ganha novo prazo, agora até o final de 2008</b> - Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/12/2007.....	12
<b>Papeleiras são ameaça à cúpula do Mercosul</b> - Janaína Figueiredo – O Globo – Economia – 01/12/2007.....	13
<b>Pela 10ª vez, a Rodada Doha morreu</b> - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/12/2007 .....	13
<b>Mercosul não funciona, ataca uruguaio</b> – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/12/2007 .....	16
<b>Comércio: Hillary diz que Analisará "o que funciona" na Rodada Doha</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/12/2007.....	16
<b>Oposição mantém rejeição à Venezuela no Mercosul</b> - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 04/12/2007.....	16
<b>Susan Schwab compara Brasil e Índia a adolescentes</b> - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/12/2007.....	18
<b>Para EUA, Brasil age em Doha como "adolescente"</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/12/2007 .....	19
<b>Colômbia adia adesão ao Banco do Sul</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/12/2007.	20
<b>Mercosul desafia UE a retomar negociação</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 06/12/2007 .....	20
<b>Para EUA, Brasil age como um adolescente</b> – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 06/12/2007.....	21
<b>'Banco do Sul não vai usar reservas'</b> - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/12/2007.....	22
<b>Mandelson rebate críticas de Hillary a Doha</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/12/2007 .....	23

<b>EUA jogam para a platéia, rebate Brasil</b> – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/12/2007.....	24
<b>Brasil pressionará para obter mais poder no Banco do Sul</b> – Juliana Rocha – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/12/2007.....	25
<b>Presidentes de 7 países chegam a acordo para criar o Banco do Sul</b> - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 07/12/2007.....	25
<b>UE vincula acordo com Mercosul a Doha</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 07/12/2007.....	27
<b>Lamy quer baixar tensão entre negociadores da OMC</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 07/12/2007.....	27
<b>Amorim critica exclusão do álcool de lista</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/12/2007.....	28
<b>Amorim critica exclusão do etanol de lista da OMC</b> – Gilberto Scofield Jr. - O Globo – Economia – 09/12/2007.....	29
<b>Banco do Sul será fundado hoje, em meio a polêmicas</b> – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 09/12/2007.....	29
<b>Conflitos põem em risco bloco sul-americano</b> – Janaína Figueiredo e Eliane Oliveira - O Globo – Capa – 09/12/2007.....	30
<b>Integração regional em xeque</b> - Figueiredo e Eliane Oliveira - O Globo – O Mundo – 09/12/2007.....	30
<b>'Não vamos ignorar as lições dos europeus'</b> – Leonardo Valente – entrevista com William Gonçalves – O Globo – O Mundo – 09/12/2007.....	32
<b>Gastos militares aumentam em toda a região</b> – Leonardo Valente – O Globo – O mundo – 09/12/2007.....	33
<b>Quando as armas substituem a retórica</b> – Leonardo Valente – O Globo – O Mundo – 09/12/2007.....	34
<b>Brasil rejeita abertura 'verde'</b> - Reuters, Jimbaran, Indonésia – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/12/2007.....	35
<b>Lula defende a aliança com Chávez no lançamento do Banco do Sul</b> – Janaína Figueiredo – O Globo – economia – 10/12/2007.....	36

<b>Capital inicial do Banco do Sul não terá reservas de BCs, diz Mantega</b> - Janes Rocha – Valor Econômico – Brasil - 10/12/2007.....	38
<b>Banco do Sul, ainda no escuro</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 11/12/2007 .....	39
<b>Henry Kissinger e a América do Sul</b> – Jose Luiz Fiori – Valor Econômico – Opinião - 14/12/2007 .....	40
<b>O Mercosul de Lula e Cristina</b> - Alexandre Barbosa e Ricardo Sennes – Valor Econômico – Opinião - 14/12/2007.....	42
<b>Venezuela deve entrar no Mercosul?</b> - Carlos Marchi – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2007 .....	44
 <b>Segunda Quinzena</b>  	
<b>Banco do Sul: desperdício e inutilidade</b> - Mailson da Nóbrega – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/12/2007.....	46
<b>Solução de conflitos no Mercosul</b> – João Grandino Rodas – Folha de São Paulo – Opinião – 16/12/2007 .....	48
<b>O perdedor</b> – O Globo – Opinião – Tema de discussão: Chávez ou o Mercosul? – 16/12/2007 .....	49
<b>Mercosul realiza cúpula na sua pior crise</b> – Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo – O Globo – Economia – 17/12/2007.....	51
<b>Os 'políglotas descalços'</b> - José Luís Fiori – Carta Maior - 18/12/2007 .....	52
<b>Mercosul assina hoje acordo com Israel</b> - Marina Guimarães, Denise Chrispim Marin e Ariel Palacios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/12/2007 .....	54
<b>Negociação entre Mercosul e UE deve recomeçar em maio de 2008</b> - Denise Chrispim Marin, Ariel Palacios e Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/12/2007 .....	55
<b>OMC vai investigar EUA sobre subsídios agrícolas</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/12/2007 .....	58
<b>Pela Venezuela no Mercosul</b> – Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo – O Globo – Economia – 18/12/2007.....	59

<b>O Mercosul abre uma porta</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 19/12/2007 .....	62
<b>Tabaré quer mais flexibilidade no Mercosul</b> - Denise Chrispim Marin e Ariel Palacios, Montevideu – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/12/2007.....	63
<b>Lula exalta o Mercosul, mas ataca letargia de presidentes</b> – Rodrigo Röttsch – Folha de São Paulo – Brasil – 19/12/2007 .....	64
<b>Lula: 'Mercosul é filho feio que ninguém quer'</b> – Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo – O Globo – Economia – 19/12/2007 .....	66
<b>Política marca cúpula do Mercosul</b> - Janes Rocha – Valor Econômico – Brasil - 19/12/2007 .....	67
<b>Brasil negocia livre comércio com 15 países</b> – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/12/2007 .....	68
<b>Poder dos emergentes deve ser reconhecido</b> – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – Entrevista com Pascal Lamy – 23/12/2007 .....	70
<b>Negociadores querem Doha até janeiro</b> – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/12/2007 .....	74
Mercosul possível – O Globo – Opinião – Editorial – 23/12/2007 .....	74
<b>A guerra ao subsídio continua</b> – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 24/12/2007 .....	75
<b>Falso dilema</b> – Dr. Rosinha – O Globo – Opinião – 24/12/2007 .....	77
<b>Banco do Sul começará com US\$ 7 bi</b> - Ariel Palácios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/12/2007 .....	77
<b>Sem acordo, Doha aguarda desfecho de campanha presidencial nos EUA</b> - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/12/2007 .....	78

## **Rodada Doha vai atravessar 2008** – Jamil Chade – Economia e Negócios – 01/12/2007

Diretor-geral da OMC apresenta cronograma e diz que negociações, iniciadas em 2001, exigem mais um ano

*Jamil Chade*

A Organização Mundial do Comércio (OMC) já prevê que precisará de pelo menos todo o ano de 2008 para conseguir concluir a Rodada Doha, lançada em 2001, que vive tendo seu fim adiado por falta de acordo entre os governos. Ontem, o diretor-geral da entidade, Pascal Lamy, apresentou o novo cronograma das negociações e admitiu que o acordo poderá ficar para o fim do próximo ano.

No mesmo dia, a entidade publicou o que acredita ser um entendimento para restringir a aplicação de medidas antidumping e limitar os subsídios para a indústria e a pesca.

Os países da OMC concordaram com o novo cronograma proposto por Lamy e esperam que até fevereiro seja apresentado o rascunho de um texto sobre a liberalização dos setores agrícola e de bens industriais.

Um acordo sobre essas modalidades, portanto, teria de ser obtido em março para que o processo possa ser finalmente fechado em 2008. “Se tivermos um acordo nessas modalidades no início do próximo ano, acredito que poderemos concluir a rodada antes do fim de 2008”, afirmou Lamy aos embaixadores.

Nos últimos anos, porém, a OMC colecionou fracassos no intento de conseguir acordos dentro dos prazos. Agora, abandonou esses prazos, mas decidiu elaborar um cronograma para conseguir que os governos mantenham o interesse pela rodada.

Governos como o do Brasil, da Índia e da Argentina queixam-se de que o que lhes é oferecido em termos de abertura dos mercados agrícolas é insuficiente. Mas o problema é a falta de espaço de manobra para que o governo americano possa apresentar uma proposta mais ambiciosa, que signifique corte real de seus subsídios agrícolas.

O Congresso dos Estados Unidos se recusa a dar uma autorização para a Casa Branca negociar acordos comerciais nessa fase final do governo de George W. Bush. Ao mesmo tempo, prepara uma nova legislação até 2011 que vai manter altos subsídios para algodão, milho e outros produtos.

Diante dessa situação, os diplomatas em Genebra sabem que o espaço para negociar é limitado. Representantes brasileiros chegaram a ironizar o cronograma. Disseram que o fim de 2008 pode ser um prazo “otimista demais”.

A razão é que, na lógica de alguns negociadores, o novo governo americano assumiria no início de 2009 e só então o processo em Genebra seria retomado com força.

**REGRAS** - Enquanto os novos prazos são definidos, a OMC colocou ontem na mesa de negociações uma base para um tratado que regularia a utilização de medidas antidumping, de subsídios para a indústria, créditos para a exportação e, ainda, ajuda ao setor pesqueiro.

O autor da proposta é o uruguaio Guillermo Valles, mediador das negociações, que sugere leis mais duras para a aplicação de medidas antidumping. O objetivo é limitar a capacidade de um governo de simplesmente reeditar as medidas protecionistas de forma indefinida.

Por sua proposta, o limite seria de dez anos, algo que pode afetar a habilidade do Brasil ou dos Estados Unidos em aplicar certas restrições.

No setor de políticas industriais, a OMC quer proibir que a ajuda de um Estado a uma empresa em permanente situação de falência possa ser considerada legal. Na avaliação do novo texto, a ajuda estatal nesse caso poderia ser enquadrada como um subsídio ilegal. Para países emergentes, a medida poderá restringir a capacidade dos governos de adotar políticas industriais. Valles nega que isso possa ocorrer.

A OMC adotou ainda a posição do Brasil de como cada empresa poderia tomar empréstimos sem que caia em uma situação de irregularidade para exportar. No passado, o País alega que foi condenado pelas exportações da Embraer por causa de regras consideradas injustas para que uma empresa de um país emergente conseguisse uma taxa de financiamento comparável aos juros internacionais.

Para completar, a OMC preparou uma lista de subsídios à pesca que poderiam ser considerados ilegais, o que foi elogiado por entidades ambientalistas como WWF. O Brasil queria uma proibição ampla desses subsídios nos países ricos, mas queria que as economias emergentes continuassem com seus programas de financiamento de frota.

**Estratégia imperial dos EUA segue em expansão** – Cláudia Antunes – Folha de São Paulo – Mundo – 01/12/2007

**Cientista político discorda de previsões sobre fim da hegemonia americana, mas vê América Latina mais independente**

Apesar do fracasso no Iraque e da perda de credibilidade, os EUA seguem em frente com uma "estratégia imperial" que é anterior à eleição de George W. Bush. Ela é reiterada nos programas de todos os candidatos à sucessão americana, diz o cientista político José Luís Fiori. Nesta entrevista, feita por e-mail, o professor da UFRJ fala dos temas do seu novo livro, "O Poder Global" (editora Boitempo), quarto de uma série sobre o sistema mundial moderno.

**CLAUDIA ANTUNES**

## EDITORA DE MUNDO

FOLHA - O sr. refuta a idéia do fim da hegemonia americana tal como exposta pelos sociólogos Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein. Mas também afirma que o mundo caminha para ter novos pólos de poder. Não haveria mais coincidências do que divergências entre a sua análise e a deles?

**JOSÉ LUÍS FIORI** - Minha divergência com Arrighi e Wallerstein não é conjuntural, é teórica. Os dois sustentam suas projeções de longo prazo na hipótese de que o sistema mundial moderno requer a existência de potências hegemônicas sucessivas para manter a ordem política e o bom funcionamento da economia internacional. O chamado "hegemon" aparece como um tipo de resposta funcional ao problema da ingovernabilidade de um sistema que é anárquico porque é formado por Estados soberanos.

Em geral, essa teoria destaca as contribuições positivas do hegemon para a governança global. Só que ela não consegue dar conta do movimento de expansão dos Estados e economias nacionais que já fazem parte do núcleo central do sistema, mas continuam competindo entre si, mesmo nos períodos que aparentem uma alta tranqüilidade sistêmica. Foi a crítica dessa teoria que me levou ao conceito de poder global do livro.

**FOLHA - E o que isso significa?**

**FIORI** - É um modo de análise que privilegia o movimento e as contradições que movem o sistema mundial, impedindo sua estabilização e qualquer tipo de governança global estável. O sistema se parece com um universo em expansão contínua, movido pela luta das grandes potências pelo poder global e que por isso estão sempre criando, ao mesmo tempo, ordem e desordem, paz e guerra.

O que o ordena e estabiliza não são os hegemonos, mas a existência do que chamo de "eixos conflitivos crônicos" e a possibilidade permanente de guerra. O sistema não acumula poder e riqueza sem a competição das nações e não se estabiliza sem as guerras.

**FOLHA - O sr. não admite nem que haja uma crise da hegemonia americana - que estaria dada pelo ultraesforço militar no Iraque, os déficits crescentes, a bolha imobiliária, a perda de credibilidade?**

**FIORI** - O que estou tentando dizer é que não se consegue saber o que significa exatamente crise da hegemonia americana. Qualquer bolha econômica ou mesmo guerra, enfrentada ou perdida pelos EUA? Se for assim, afirmar que existe uma crise da hegemonia é apenas uma frase fácil, sem significado ou consequência precisa.

Mas se o caso for anunciar o fim da hegemonia americana, discordo totalmente. Acho que a estratégia imperial americana continua em curso expansivo, apesar de suas dificuldades.



Com a eleição de Bush e os atentados de 2001, a política externa adotou uma retórica mais belicista e assumiu de forma explícita um projeto imperial. Mas a estratégia imperial já vinha de antes, e se manteve a mesma, desde o fim da Guerra Fria. Ela acumulou vitórias, mas também vem enfrentando problemas para seguir se expandindo.

***FOLHA - E quais são os problemas principais que o sr. identifica?***

***FIORI*** - Está cada vez mais difícil para os EUA manter a ordem e impor suas posições dentro dos territórios periféricos, que nasceram da desmontagem do sistema colonial europeu. Por outro lado, foi a estratégia expansiva dos EUA que incentivou em boa parte a transformação asiática que hoje lhe escapa ao controle. Os norte-americanos não têm mais como frear a expansão econômica da China nem podem mais seguir em frente com sua estratégia global sem contar, pelo menos, com uma parceira chinesa. Além disso, a Alemanha e a Rússia voltaram para o jogo do poder europeu e internacional. Hoje esses dois países estão reconstruindo suas zonas de influência na Europa e na Ásia Central, limitando as ambições americanas nessas regiões.

***FOLHA - Não há um certo fatalismo na sua previsão de retorno à velha disputa entre potências, como no final do século 19 e início do 20?***

***FIORI*** - Isso é uma frase de efeito e uma forma de explicar o reaparecimento nos noticiários das disputas entre EUA e Rússia, China e Japão, Alemanha e França etc. Na verdade a disputa entre as grandes potências nunca terminou, apenas arrefeceu como costuma acontecer depois de uma grande guerra ou vitória contundente, como foi o caso da Guerra Fria.

***FOLHA - Como esse quadro internacional se reflete nas próximas eleições nos EUA?***

***FIORI*** - As divisões internas estão aumentando e é provável que, depois do fracasso do Iraque, ocorra um realinhamento de forças dentro do establishment. Mas esses processos são lentos, e não é provável que o novo realinhamento coincida com as eleições de 2008.

Os programas dos principais candidatos democratas e republicanos mostram que a velha estratégia imperial se mantém de pé. Todos se propõem a reconstruir a liderança mundial dos EUA e todos defendem a necessidade de uma diplomacia multilateralista. Mas, ao mesmo tempo, propõem aumentar os gastos e contingentes militares e multiplicar os investimentos em inovações tecnológicas para uso em guerras assimétricas.

O mais interessante é que quase todos os candidatos propõem a criação de agências civis encarregadas de reconstruir e administrar os territórios atingidos pelo poder americano, como na burocracia imperial da rainha Vitória.

***FOLHA - O sr. aponta a falência das interpretações que previam o fim dos Estados. Hoje, em parte por causa do chamado nacionalismo de recursos, eles***

*retomaram seu protagonismo. Mas isso coincide com uma crise dos sistemas políticos e dos partidos. Quais as possíveis conseqüências desse paradoxo?*

**FIORI** - A crença no fim dos Estados teve uma força particular na América Latina e nos países que nasceram da antiga URSS, onde foram aplicadas de forma mais rigorosa as políticas neoliberais. Fora daí ninguém nunca tomou isso muito a sério. Já em relação à chamada crise dos sistemas e partidos políticos, não é também a primeira vez que se fala disso. Na década de 60 falou-se muito do fim das ideologias e dos partidos ideológicos. Nos anos 70, falou-se da crise do sistema democrático, mesmo na velha Europa. Hoje mesmo só se fala dessa crise de partidos em alguns países e sempre em comparação com um modelo ideal que nunca existiu em lugar nenhum. Por todo lado, os partidos conservadores cumprem o papel de sempre. Os de esquerda é que talvez estejam passando por crise de identidade e por um período de mudança.

**FOLHA** - *Mas em muitos países da América Latina houve a falência de partidos tradicionais e ela trouxe riscos de autoritarismo. Em que medida um projeto como o de Chávez, por exemplo, sobrevive sem ele?*

**FIORI** - A América Latina é um bom exemplo porque se fala em suposta crise dos partidos exatamente nos países onde ocorreram vitórias de forças progressistas e onde as forças políticas tradicionais sofreram revezes. São em geral países que viveram longos períodos ditatoriais sob controle de forças políticas conservadoras que se alternavam no poder, desqualificando o processo de alternância democrática.

Mas nesses países têm havido agora eleições e plebiscitos repetidos. São sistemas em processo de reestruturação, que levará algum tempo. Nesses momentos de mudanças profundas talvez caiba retomar a velha tese do sociólogo alemão Max Weber sobre o papel do carisma ou das lideranças carismáticas como quase único caminho possível para reformar estruturas e instituições políticas tradicionais, patriarcais ou patrimoniais, esclerosadas mas com enorme capacidade de preservação.

Hoje é possível identificar na América Latina vários casos de lideranças carismáticas, cuja força política transcende suas organizações partidárias. Em todos esses casos, como dizia o próprio Weber, a sucessão será um problema difícil porque o carisma é intransferível.

**FOLHA** - *Que exemplos históricos o sr. tem em mente?*

**FIORI** - Quando falo da força das lideranças carismáticas, e do seu papel transformador na história, para ficar fora da América Latina e acima do Equador, penso nos nomes de [Charles] De Gaulle, [Winston] Churchill e [Franklin] Roosevelt.

**FOLHA** - *Morales e talvez Lula também seriam líderes carismáticos?*

**FIORI** - Creio que Morales e Lula também transcendem muito suas organizações partidárias. Mas acho impossível chegar a um acordo sobre esse assunto e que a provocação

intelectual está na idéia de Weber e não nos exemplos que cabem mais ou menos no conceito.

**FOLHA - O sr. diz que a América Latina está vivendo "talvez uma ruptura revolucionária". Há diferença entre a chamada onda vermelha de hoje e o velho antiimperialismo?**

**FIORI -** Acho que existem pelo menos duas diferenças fundamentais. A primeira é que hoje já não existe mais a mesma identidade entre competição geopolítica e bipolarização ideológica que marcou a segunda metade do século 20. E a segunda é que a liderança progressista da América Latina atual não atende mais pelo mesmo nome e não defende nem está implementando o mesmo projeto de governo.

Hoje a América Latina é um campo muito mais aberto para a inovação social e política, sem dogmatismos. Os EUA mantêm e podem sempre reafirmar seu protagonismo no continente.

Mas a novidade talvez esteja do outro lado do balcão, dos novos governantes que têm mostrado vontade de mudar o tipo de relação secular que mantêm com os EUA. O grau de liberdade de ação dos EUA fica muito menor do que quando contava com o apoio quase incondicional das elites empresariais e dos governos do continente.

**FOLHA - Muitos apontam uma descentralização do poder econômico, dado que o estouro da bolha imobiliária nos EUA não contaminou os emergentes. O sr. concorda?**

**FIORI -** O estouro da bolha imobiliária não chega a ser um bom exemplo porque o BC americano decidiu proteger os mercados e manter o ritmo imediato da atividade econômica.

Ninguém sabe calcular exatamente o que teria ocorrido se os EUA tivessem agido ao contrário, nem o efeito de médio prazo da decisão tomada. Qual será o impacto, por exemplo, da desvalorização do dólar sobre as exportações das economias atreladas ao euro? Hoje só é possível especular sobre as conseqüências de uma desaceleração da economia americana ou de uma retomada acelerada das exportações dos EUA, com diminuição do seu déficit comercial. Em qualquer caso haverá transferência de custos a outros países.

**NA INTERNET -** Leia a íntegra da entrevista em [www.folha.com.br/073334](http://www.folha.com.br/073334)

**Doha ganha novo prazo, agora até o final de 2008** - Marcelo Ninio – Folha de São Paulo  
– Dinheiro – 01/12/2007

**Proposta de Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, obteve consenso entre países**

**Acordo pode vir quase quatro anos depois do prazo inicialmente estabelecido e coincidir com o fim da gestão de George W. Bush**

**MARCELO NINIO**

DE GENEVRA - O diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Pascal Lamy, obteve ontem consenso dos países-membros em torno de um novo calendário para a conclusão da Rodada Doha.

A meta agora é chegar a um acordo até o fim de 2008, quase quatro anos depois do prazo inicialmente estabelecido e, não por acaso, quando acaba o mandato do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush.

Lamy reuniu ontem os chefes das representações na OMC para fazer um balanço das negociações e apresentar um novo cronograma para sua conclusão. Embora tenha evitado estabelecer "prazos explícitos", Lamy disse que, se houver avanço no começo do ano nos assuntos mais espinhosos, como agricultura e tarifas industriais, "será possível concluir a rodada antes do fim de 2008".

O cronograma de Lamy se baseia na previsão de que no fim de janeiro serão apresentadas as propostas dos mediadores sobre os temas.

"O sólido progresso das últimas semanas significa que todos os participantes mantêm as negociações, na esperança de chegarem a um acordo", disse Lamy. "Estamos agora na prorrogação, e o segundo tempo dela começa em janeiro."

O fim do mandato do presidente Bush é visto pelos negociadores como um prazo para terminar a rodada, já que o novo governo americano, que toma posse em 2009, demoraria pelo menos mais um ano para fechar um acordo.

O impasse atual nas negociações, iniciadas em 2001 com o objetivo de aumentar o acesso aos mercados, está concentrado sobretudo na resistência dos países desenvolvidos em reduzir seus subsídios agrícolas e na relutância das nações em desenvolvimento em baixar suas tarifas industriais.

**Papeleiras são ameaça à cúpula do Mercosul** - Janaína Figueiredo – O Globo – Economia – 01/12/2007

Fábricas na fronteira entre Uruguai e Argentina abrem crise diplomática. Reunião é este mês

Correspondente

BUENOS AIRES. A menos de três semanas da Cúpula de Presidentes do Mercosul, que será realizada nos dias 17 e 18 de dezembro, em Montevideu, os governos da Argentina e do Uruguai enfrentam uma delicada crise diplomática. O eixo do conflito é a disputa pela construção de uma fábrica de celulose da finlandesa Botnia na cidade uruguaia de Fray Bentos, na fronteira entre os dois países, considerada um atentado ao meio ambiente pelos moradores da vizinha Gualeguaychú, do lado argentino.

Durante a semana, os moradores da cidade argentina exigiram que governo Néstor Kirchner ordenasse um bloqueio comercial contra o Uruguai, em repúdio à decisão do presidente daquele país, Tabaré Vázquez, de autorizar o funcionamento da fábrica. Caso contrário, os moradores de Gualeguaychú ameaçam voltar a impedir a passagem de carros e caminhões na estrada que une os países do Mercosul e fazer protestos durante a cúpula.

O projeto de construção de duas fábricas de celulose em Fray Bentos foi anunciado em setembro de 2002, com investimento de US\$ 1,8 bilhão, o mais alto já feito no Uruguai. Em outubro de 2003, os argentinos pediram o primeiro relatório sobre o impacto ambiental dos projetos. Nos últimos dois anos, Argentina e Uruguai tentaram, em vão, chegar a um acordo. Os presidentes Kirchner e Vázquez não se falam Kirchner e Vázquez praticamente não se falam. O uruguaio confirmou sua presença na posse de Cristina no dia 10, mas o relacionamento bilateral vive um de seus piores momentos.

— Ainda teremos muita tensão, pelo menos até que o Tribunal de Haia anuncie sua posição sobre o caso — afirmou a presidente eleita da Argentina.

À espera de uma nova decisão do tribunal, que se pronunciou uma vez a favor da Argentina e outra do Uruguai, os governos tentam evitar que o conflito provoque uma ruptura de relações. O governo uruguaio levou o assunto ao Mercosul, mas a Argentina, com apoio brasileiro, insiste em dizer que é uma questão bilateral.

**Pela 10ª vez, a Rodada Doha morreu** - Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/12/2007

As negociações da Rodada Doha têm um novo prazo para acabar. Dezembro de 2008. Foi isso o que deu a entender, na sexta-feira, o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy. É o fim do fim porque naquele mês, George W. Bush terá apenas mais alguns dias para entregar o cargo a um novo presidente que nada poderá fazer porque, além de ter problemas mais urgentes, não pode assinar acordo sem a aprovação do Congresso. E sem os Estados Unidos, o maior importador mundial e o que mais tem se oposto a Doha - prefere acordos bilaterais -, não há acordo. Além disso, a União Européia já disse que não faz nada enquanto não se entender com os americanos.

**NOS ENROLARAM...**-É um fim do fim nem triste nem bisonho, é o que é e todos sabiam que ia ser e foi.

Para o Brasil, nem é uma surpresa, a não ser para nossa diplomacia, a única que acreditava num acordo impossível. É impossível porque desde o reinício das negociações, em 2001, estava mais do que evidente que nem os EUA nem a Europa iria ceder um milímetro sequer. Ao contrário, os EUA vieram com novas pretensões, só fariam concessões para os países agroexportadores se estes também liberassem seus mercados industriais e agrícolas - sim, agrícolas - para os produtos americanos. Sem hesitar, a União Européia foi atrás porque, ambos, Europa e EUA, estavam lutando para evitar a desaceleração econômica, não aceitariam nada que pudesse prejudicar seus produtores.

Querem saber a verdade? Eles nos enrolaram, pobre inocentes, esses anos todos...

**NÃO RECUA, NEM AVANÇA** - Para o Brasil, esse adiamento decantado não surpreende e nem é fatal, mas pesa muito pois nossas exportações continuam sendo sustentadas pela agroindústria. Sem a Rodada Doha, sem acordos bilaterais, quando muito nossas vendas externas ficarão limitadas nos níveis atuais, com os empresários adaptando-se, ou melhor, sujeitando-se a uma situação que já não era nova. Mas vamos perder mercado pois, com o rompimento da Rodada Doha, nossos competidores ficam livres para continuar subsidiando vigorosamente suas exportações em franco desafio, que os nossos empresários, já punidos pelo dólar, com muito custo conseguem enfrentar.

#### **CHINA VIRA AS COSTAS**

Mas não são apenas os EUA e a Europa. Também a China, que, ao contrário de nós, nunca ligou para Doha. Seu representante só falou quando sentiu que o acordo poderia ser prejudicial. Disse não, fechou a pasta e voltou para casa. Afinal, tinha tarefas mais urgentes do que ficar parlapateando, como, por exemplo, negociar com os EUA e a União Européia, isoladamente, cujas importações absorvem mais de US\$ 800 bilhões.

Se alguém queria o sucesso da Rodada Doha, errou. Estranhamente fez tudo para que isso não acontecesse.

#### **NÃO FOI CULPA NOSSA**

Seria injusto afirmar que nós não tentamos ajudar. Falamos muito, sim, até a rouquidão. Eles pediram muito no setor agrícola e agora industrial e ofereceram pouco. Estavam certos, pois defendiam os seus interesses. Nós só erramos em continuar acreditando que haveria um acordo, quando ninguém mais acreditava nisso. Ficamos parlapateando enquanto os outros negociavam acordos bilaterais. E nós não fizemos nada, absolutamente nada, nessa área.

#### **MERCOSUL-EUROPA? AH! SIM...**

Ficamos até acreditando naquela história da carochinha da União Européia que já em 1994 se dizia interessada em um acordo bilateral com o Mercosul. Sucederam-se reuniões de todo o tipo, com os nomes esquisitos de tríplice, quádrupla. Numa rapidez de tartaruga reumática.

E agora, mesmo o que ainda não começou, vai acabar. Com a inacreditável e estulta decisão de aceitar a Venezuela no Mercosul, nada mais vai sair.

Nossa diplomacia não quer entender que não há nada em comum entre a nossa economia, os nossos interesses, e a Venezuela. Eles só têm petróleo e pobreza e nós também temos petróleo e pobreza.

O petróleo deles é pesado, vale menos, o nosso também. Com suas diatribes (por que não se cala?), Hugo Chávez está fechando a Venezuela para o mundo levando agora, com a nossa leviandade, o Mercosul com ele.

Nem o Vietnã o quer. Resta-nos a gloriosa opção de assinar acordos com Cuba, Bolívia e Irã. Sem dúvida, parceiros “muy” importantes...

## **A HISTÓRIA É OUTRA**

Enquanto ficamos aí, perplexos, meio tontos, sem saber o que fazer, os demais países partiram para acordos bilaterais. A grande preocupação, agora, é conter a fúria exportadora da China e negociar com os países asiáticos.

A União Européia já se reuniu com a China, negocia acordos com a Coreia e, na próxima semana, tem encontros com a Índia, com a qual já estão lançadas as bases de um acordo. O mesmo fizeram os Estados Unidos que, afirmou sua negociadora comercial, Susan Schwab, optou pelos acordos bilaterais. Estão rindo dos esperançosos de plantão, sempre prontos e ávidos, para novas reuniões ao fim das quais, dizem que tudo está caminhando.

Isso desde 2001, há seis anos portanto.

**TEM SAÍDA?** Até pode ter desde que paremos de negar a morte de Doha, que morreu, está enterrada e não aceita visitas, endureçamos com a Argentina e reformulemos completamente o acordo do Mercosul. Ele já nos deu o que poderia dar e agora apenas nos prende em fronteiras estreitas, deixando-nos à margem da globalização.

## **REUNIÃO FANTASMA**

Nossas exportações para a Ásia chegam à impressionante soma de US\$ 20 bilhões. Os asiáticos importam muito mais de US\$ 1 trilhão.

Certamente será uma reunião fantasma, entre nós e uma ficção inventada por um economista gaiato da Goldman Sachs numa hora de lazer. Um brincalhão...

\*E-mail: [at@attglobal.net](mailto:at@attglobal.net)

**Mercosul não funciona, ataca uruguaio** – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/12/2007

O diretor de Integração e Mercosul da Chancelaria uruguaia, Carlos Amorín, disse ao jornal Última Hora que o Mercosul “não funciona”. Segundo Amorín, um dos principais negociadores do país, quando o Mercosul foi criado, “a aposta do Uruguai era ter acesso a um mercado ampliado, mas isso não foi conseguido.” Segundo ele, “não há circulação de mercadorias e tudo é regido de acordo com sistemas que estão mais perto de uma zona de livre comércio com travas burocráticas de todo tipo”.

**Comércio: Hillary diz que Analisará "o que funciona" na Rodada Doha** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 04/12/2007

A senadora Hillary Clinton, que disputa a vaga democrata nas eleições presidenciais norte-americanas do ano que vem, disse em entrevista ao "Financial Times" que, caso chegue ao poder, irá revisar os acordos de livre comércio dos Estados Unidos e que "olhará o que funciona e o que não funciona" no caso da Rodada Doha, a estagnada negociação de liberalização do comércio mundial.

**Oposição mantém rejeição à Venezuela no Mercosul** - Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 04/12/2007

Mas referendo deve ser usado pelo governo para tentar aprovar ingresso.

Empresários estão divididos

BRASÍLIA. O “não” dito pela maioria dos venezuelanos no referendo que julgou a proposta de reforma constitucional apresentada pelo presidente Hugo Chávez não vai ajudar na aprovação, pelo Congresso, do protocolo de adesão ao Mercosul. É o que garantiram parlamentares da oposição, que se preparam para derrubar a matéria no plenário da Câmara e, se não for possível, no do Senado.

— Foi uma vitória contra a ditadura de Chávez. Mas ele não vai perder os instrumentos autoritários. Por isso, não muda nada aqui no Congresso — afirmou o líder do DEM, deputado ACM Neto (BA).

O líder do PSDB no Senado, Artur Virgílio (AM), destacou que o resultado não é suficiente para que o país entre no Mercosul, em razão do risco à democracia regional: — Uma coisa é a vontade do povo. Outra é uma pessoa (Chávez) que anuncia que vai usar os mecanismos disponíveis e voltar à carga.

Os governistas pensam o contrário.

— Fica claro que a Venezuela é um país democrático — disse o vice-líder do governo na Câmara, Beto Albuquerque (PSB-RS).

— Queremos colocar a Venezuela no Mercosul, não seu presidente — afirmou o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDBRR).

Na opinião do cientista político Ricardo Caldas, o governo usará o “não” para convencer os parlamentares a aprovarem o ingresso.

Para ele, o debate ganhou roupagem política: — O que deveria ser julgado é a capacidade ou não de a Venezuela cumprir o que prometeu para entrar no Mercosul.



O tema não divide só o Congresso, mas também o empresariado nacional. Setores como automotivo, têxtil, de bens de capital e calçadista apóiam o ingresso dos venezuelanos. Uns, porque suas vendas ao vizinho não param de aumentar; outros, porque acreditam que a associação eliminaria barreiras técnicas, que causam o atraso de até 60% do pagamento a exportadores brasileiros.

Já os segmentos de linha branca (refrigeradores, máquinas de lavar) e eletroeletrônicos são contra. O debate político sai de cena no setor privado, cujas questões são de ordem técnica e levam em conta o mercado. Caso das montadoras, que exportaram 50% a mais este ano à Venezuela; e das empresas de máquinas e equipamentos, informadas pela petrolífera PDVSA de que serão investidos US\$ 3 bilhões em infraestrutura. Por isso, de forma geral, nada mudou para o empresariado após o referendo.

— Vemos a Venezuela como um grande importador — disse o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Jackson Schneider.

— A PDVSA está substituindo fornecedores americanos por brasileiros — afirmou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert Neto.

O diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel, disse que os negócios são promissores. Mas destacou as barreiras causadas pela centralização do câmbio, que geram uma fila de exportadores para receber a importância à qual têm direito. Ele acredita que, ao entrar no Mercosul, o problema acabe, uma vez que o país será submetido às regras do bloco. É o que também espera Heitor Klein, diretores executivo da Abicalçados.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, reconhece a grandiosidade do mercado venezuelano, mas é contra o ingresso no bloco. A Venezuela, diz, poderá atrapalhar as negociações do Mercosul com outros mercados, e o país não cumpriu o acordo de apresentar um cronograma de abertura comercial.

A Eletros informou que é contra a inclusão da Venezuela, pois a adequação às regras do bloco não foi discutida. A omissão de garantias técnicas é citada pelo vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro: — Teoricamente falando, a Venezuela foi um bom negócio.

O problema é que sua entrada no Mercosul foi uma decisão política, não técnica.

**Susan Schwab compara Brasil e Índia a adolescentes** - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/12/2007

Secretária critica a resistência de emergentes em abrir mercado industrial

A Casa Branca comparou Brasil e Índia na Rodada Doha a “adolescentes” que acabam de tirar a carteira de motorista. Os comentários foram feitos na noite de terça-feira pela representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, em palestra no Conselho de Exportadores da Presidência.

Ela se referia ao fato de Brasil e Índia terem conseguido fazer parte das decisões sobre o futuro da Organização Mundial do Comércio (OMC) e, portanto, agora precisariam ter atitudes responsáveis.

“Esses países estão agora na mesa principal e estão descobrindo que, com isso, vêm responsabilidades e obrigações. E também que, às vezes, é difícil estar na mesa principal em uma sala pequena onde também se espera de um país que contribua e não apenas peça”, disse. Para ela, isso seria equivalente “aos anos mais avançados da adolescência, quando há responsabilidades que são dadas quando se tira uma carteira de motorista”.

Schwab se refere à resistência dos países emergentes em abrir seus mercados para produtos industriais dos países ricos, ao mesmo tempo em que insistem na abertura dos mercados agrícolas dos ricos. Alegam que a Rodada Doha foi lançada com o objetivo de corrigir as distorções no setor agrícola.

Mas, para Washington e Bruxelas, um acordo de redução de subsídios agrícolas ou cortes de barreiras somente poderá ser fechado quando os países emergentes aceitarem “pagar” com a abertura de seus mercados para bens industriais.

Ontem, em Genebra, americanos, europeus e japoneses apresentaram à OMC um documento pedindo que as exigências feitas aos países emergentes - de cortes de tarifas de mais de 66% - sejam mantidas e os próximos rascunhos de acordo não sejam flexibilizados. Brasil, Índia e Argentina aceitam corte de máximo de 50% de suas tarifas de importação.

## **HILLARY**

O comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, criticou ontem os comentários de Hillary Clinton sobre Doha. Para ele, as declarações foram “fora de lugar” e poderia significar um atraso ainda maior nas negociações. “O pessimismo da sra. Clinton sobre Doha e a sugestão sobre a necessidade de proteger companhias americanas de investimento

### **Schwab diz que é preciso colaborar, e não só questionar**

DA REDAÇÃO - A secretária americana do Comércio Exterior, Susan Schwab, afirmou que o Brasil e a Índia estão se comportando nas negociações da Rodada Doha como adolescentes que tiraram carteira de habilitação.

Segundo ela, os dois países lutaram para chegar à "mesa grande" das negociações de liberalização do comércio mundial, mas estão tendo dificuldades para lidar com as obrigações decorrentes desse fato. "Eles estão descobrindo que isso resulta em responsabilidades e, com isso, advêm obrigações. E às vezes é difícil estar na mesa grande da sala pequena onde espera-se que você contribua, e não só questione."

Para Schwab, os dois países, que lideram o G20 (grupo que reúne países em desenvolvimento), estão na linha de frente nos pedidos para que os EUA e a União Européia reduzam seus subsídios agrícolas, mas resistem a abrir seus mercados para os bens industriais dos países ricos. Ela afirmou que Brasil e Índia não estão errados em tentar aumentar os seus ganhos nas negociações, mas que não haverá um acordo mundial de comércio caso eles não abram seus mercados.

O Itamaraty disse que não iria se pronunciar sobre o assunto. O G20 considera que o corte nos subsídios agrícolas proposto pelos países ricos é muito inferior às reduções nas tarifas industriais dos países menos desenvolvidos.

As declarações de Schwab foram feitas no Conselho de Exportação do Presidente. A entidade, formada por executivos de empresas e representantes do Legislativo e do Executivo dos EUA, pediu, em carta enviada anteontem ao presidente George W. Bush, que o governo americano faça tratados bilaterais com os Brics (Brasil, Rússia, Índia e China). Se isso não for feito, dizem, os investidores dos EUA poderão ficar em "significativa desvantagem".

Depois que o presidente Bush tornou a retomada de Doha uma de suas prioridades econômicas do final do seu governo, Schwab tem elevado o tom de suas críticas aos líderes dos países emergentes nas negociações comerciais. Em outubro, ela escreveu artigo no "Financial Times" em que disse que Argentina, Brasil, China, Índia e África do Sul, todos membros do G20, devem deixar claro se vão negociar a redução de tarifas de bens agrícolas e industriais dentro dos parâmetros propostos pelos chefes dos grupos negociadores.

Antes, em setembro, ela criticou os mesmos países (com exceção da Argentina), dizendo que estão colocando em risco o sucesso de Doha. Segundo ela, um pequeno grupo tem o poder de "destruir" as negociações e mencionou os quatro países como entraves para a continuidade da rodada. \*Com agências internacionais

## **Colômbia adia adesão ao Banco do Sul – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/12/2007**

DA FOLHA ONLINE - A Colômbia não vai aderir de imediato ao Banco do Sul e não quis participar da cerimônia de lançamento oficial da instituição, no domingo, em Buenos Aires, informou ontem o chanceler colombiano, Fernando Araújo. Araújo anunciou que o presidente Álvaro Uribe não assistirá à cerimônia de lançamento do banco -criado por iniciativa da Venezuela e da Argentina como alternativa a instituições de crédito como o FMI e o Bird.

## **Mercosul desafia UE a retomar negociação - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 06/12/2007**

O Mercosul acaba de fazer praticamente um desafio à União Européia (UE) para retomar o mais rápido possível a negociação do acordo de livre comércio entre os dois blocos, que está paralisada há meses. O comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, recebeu pela primeira vez, na semana passada, uma carta dos quatro países do Mercosul, assinada por Reinaldo Gargano, ministro das Relações Exteriores do Uruguai, na presidência temporária do bloco, indicando formalmente a disposição de reativar as discussões.

Há algumas semanas, o comissário europeu tinha enviado uma reclamação aos ministros do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, contra a elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) na importação de têxteis e calçados. Em nome do bloco, Gargano respondeu no dia 28, justificando a decisão e insistindo que isso não afetará o comércio com a UE. E sinaliza que, na verdade, o bloco quer negociar liberalização. Essa sinalização vem no fim da carta, que foi certamente negociada nas capitais do Mercosul. Confirma o interesse do bloco de retomar "o mais rápido possível" a negociação birregional e conclama Bruxelas a "repartir o mesmo objetivo".

A mensagem foi interpretada em importantes gabinetes de capitais européias como um desafio do Mercosul à relutância especialmente de Mandelson e deixa claro que a bola está no campo europeu. Essa posição toma uma dimensão mais política pelo novo contexto, pois vem logo após o anúncio de Pascal Lamy, diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), estabelecendo mais um prazo, dezembro de 2008, para concluir a combatida Rodada Doha.

A UE tem argumentado que primeiro quer ter certezas dos rumos da negociação global, para só então avançar as discussões com o Mercosul. Ocorre que, ao mesmo tempo, Mandelson tenta acelerar discussões com a Índia e outros países asiáticos em rápido crescimento econômico.

Em junho, dois dias após o fiasco de Potsdam sobre o futuro da Rodada Doha, o comissário europeu impulsionou a abertura de negociação bilateral com a Índia. E não respondeu a convite do Mercosul para reativar a negociação birregional.

Mandelson e a representante americana de Comércio, Susan Schwab, tinham acusado o Brasil e a Índia de fazer capotar a negociação de Potsdam. Daí a surpresa, inclusive em Bruxelas, com a diferenciação política praticada pelo comissário em relação aos dois gigantes em desenvolvimento.

Numa ocasião em que foi questionado pelo Valor sobre esse tratamento diferente, Mandelson retrucou que isso não tinha sentido porque a negociação com o Mercosul estava avançada e a da Índia apenas começando.

Agora, o desafio do Mercosul coloca Mandelson na parede. Até o mês passado, os parceiros ainda levavam em consideração o argumento da UE sobre o rumo da Rodada Doha. Agora, pelo ritmo das discussões em Genebra e pela falta de credibilidade no cumprimento de prazos, isso é menos fácil de ser engolido.

O comissário ainda não respondeu ao Mercosul. Ontem, porém, num discurso, ele contestou o ceticismo demonstrado pela senadora americana Hilary Clinton sobre o valor da Rodada Doha. Para ele, o sucesso da negociação global é essencial para criar substancialmente mais comércio e evitar mais problemas na economia mundial.

A negociação Mercosul-União Européia foi iniciada em abril de 2000 e está paralisada há meses. Bruxelas chegou a anunciar inclusive novo formato de negociação comercial com os asiáticos, incluindo temas ambientais e trabalhistas. Para os europeus, esses temas igualmente serão incluídos num futuro acordo com o Mercosul, embora em outra linguagem, o que visivelmente não é apreciado por Brasília.

Pelos dados de Bruxelas, o comércio entre a UE e o Mercosul mais que dobrou desde os anos 90. O comércio de mercadorias entre os dois blocos alcançou ? 67,4 bilhões no ano passado, com superávit de ? 13,5 bilhões para o Mercosul. A UE é o maior cliente dos produtos agrícolas do Mercosul. Se a negociação for concluída, será o primeiro acordo pelo qual os europeus aceitarão liberalizar, mesmo lentamente, seu protegido mercado agrícola.

#### **Para EUA, Brasil age como um adolescente – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 06/12/2007**

Os Estados Unidos e a União Européia entraram em novo choque com o Brasil, Argentina e outros emergentes com proposta para limitar a capacidade desses países protegerem setores industriais sensíveis, num acordo na Rodada Doha. Ao mesmo tempo, a negociadora-chefe dos EUA, Susan Schwab, jogou duro e chegou a comparar a postura do Brasil e da Índia na negociação a dois "adolescentes" com a primeira carteira de motorista, envenenando ainda mais o clima na negociação.

Segundo ela, os dois países lutaram para chegar à "mesa grande" das negociações de liberalização do comércio, mas estão tendo dificuldades para lidar com as obrigações decorrentes desse fato. "Eles estão descobrindo que isso resulta em responsabilidades e, com isso, advêm obrigações. E às vezes é difícil estar na mesa grande da sala pequena onde se espera que você contribua e não só questione."

Para Schwab, os dois países, que lideram o G-20 (grupo que reúne países em desenvolvimento), estão na linha de frente nos pedidos para que os EUA e a União Européia reduzam seus subsídios agrícolas, mas resistem a abrir seus mercados para os bens industriais dos países ricos. Ela afirmou que Brasil e Índia não estão errados em tentar aumentar os seus ganhos nas negociações, mas que não haverá um acordo mundial de comércio caso eles não abram seus mercados.

Enquanto o Mercosul pede flexibilidade adicional para proteger mais setores industriais sensíveis, os EUA e a UE apareceram ontem com oferta freando a proteção já proposta pelo atual do mediador da negociação. Pela fórmula apresentada, o Brasil, por exemplo, não pode designar todo um setor para ser protegido. Pode no máximo proteger

50% das linhas tarifárias de um setor como o automotivo, que teria corte menor do que o determinado pela fórmula a ser acertada pelos países.

A China chegou a qualificar a proposta de "detestável" e "repugnante". Desta vez, até os países emergentes mais favoráveis à liberalização, como México e Tailândia, rejeitaram apoio aos americanos e europeus. O Brasil, África do Sul, Índia e outros países consideraram a sugestão "inaceitável".

A África do Sul, em nome do Nama-11, espécie de G-20 na área industrial, com participação do Brasil, Índia e Argentina, voltou a defender flexibilidade adicional para uniões aduaneiras. E quer que a flexibilidade dada na área agrícola para acomodar os interesses de países ricos seja levada em conta para as nações em desenvolvimento na área industrial. (AM, com agências noticiosas)

**'Banco do Sul não vai usar reservas'** - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/12/2007

Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda rebate informações divulgadas por Chávez

O Ministério da Fazenda rebateu ontem as versões do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, de que seriam necessários US\$ 10 bilhões para o início da operação do Banco do Sul e cada país envolvido no projeto deveria aportar recursos das suas reservas internacionais. No final da audiência pública na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Luiz Eduardo Melin, declarou que o orçamento do Banco do Sul “não será passível a especulações arbitrárias” e afastou a possibilidade de o Brasil valer-se de suas reservas internacionais para recheiar seus cofres.

“As fontes de recursos a serem aportados não serão objeto de discussões multilaterais. Cada país terá a liberdade interna de definir (de onde virão os recursos dos aportes)”, afirmou Melin, ao ser abordado pela imprensa sobre as teses de Chávez. “Nunca foi cogitado o uso das nossas reservas internacionais, que, no Brasil, obedecem a uma legislação bastante específica e clara quanto a sua destinação”, completou.

Pouco antes, ao expor os objetivos da nova instituição aos deputados, Melin advertiu que o Banco do Sul não será “uma espécie de caixa na qual se despeje recursos públicos, sem critérios”, e disse que a instituição terá de gerar retorno financeiro. Presentes à audiência, representantes de movimentos populares reclamaram da falta de transparência nas discussões sobre o banco e do seu perfil de “instituição financeira clássica”. Lamentaram ainda que o Banco do Sul tenda a repetir o formato do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

“Como se trata de um banco, com aporte de recursos dos países-membros e destinado à concessão de crédito, o que se espera é a defesa do patrimônio do Banco do Sul. Ele tem de dar retorno”, reiterou Melin.

No próximo domingo, em Buenos Aires, os presidentes dos sete países associados - Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela - deverão participar de uma cerimônia de lançamento. Não se tratará da criação nem da inauguração do banco, cujas regras de operação começarão a ser negociadas em 2008.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Chávez e seus colegas vão assinar apenas um compromisso político de levar o projeto adiante.

Durante a audiência pública, Melin disse que as negociações sobre as regras e a forma de operação não têm prazo para conclusão e devem ser confidenciais, para não fragilizar as posições de um ou outro país.

**Mandelson rebate críticas de Hillary a Doha** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/12/2007

DA REDAÇÃO - O comissário europeu do Comércio, Peter Mandelson, rebateu as recentes declarações de Hillary Clinton, senadora democrata e pré-candidata à Casa Branca, sobre a Rodada Doha, de liberalização do comércio mundial.

Segundo ele, as posições de Hillary são "desapontadoras", "fora de lugar" e sintomáticas de uma nova onda de protecionismo no Ocidente.

"Hillary Clinton aparentemente acredita que é a hora de se refletir o livre comércio. O aparente ceticismo sobre o acordo de Doha e suas insinuações de que é preciso proteger as empresas e os interesses norte-americanos do investimento estrangeiros são um desapontador sinal dos tempos."

Em entrevista ao "Financial Times" no começo desta semana, Hillary afirmou que, caso chegue ao poder, irá revisar os acordos de livre comércio dos Estados Unidos e que "olhará o que funciona e o que não funciona" no caso da Rodada Doha.

O deputado americano Barney Frank, também democrata, criticou Mandelson, dizendo que o europeu estava se intrometendo nas eleições presidenciais dos Estados Unidos. \*Com agências internacionais

**Embaixador diz que americanos são arrogantes, após crítica dos EUA de que Brasil age como "adolescente" nas negociações**

**Clodoaldo Hugueneu diz que governo Bush não tem autoridade para negociar e transfere culpa de impasse sobre Doha a outros países**

Os EUA deveriam parar de "jogar para a platéia" e fazer as concessões necessárias para que as negociações comerciais da Rodada Doha saiam do impasse atual. A opinião é do embaixador brasileiro na OMC (Organização Mundial do Comércio), Clodoaldo Hugueneu, que reagiu com indignação a declarações sarcásticas da representante do Comércio americana, Susan Schwab.

Em encontro com exportadores americanos anteontem, Schwab comparou Brasil e Índia a "adolescentes" que acabaram de tirar a carteira de motorista. "Esses países agora se encontram na mesa principal. E estão descobrindo que, com isso, vêm responsabilidade e obrigações. E que às vezes é difícil estar na mesa principal, onde também se deve contribuir, não apenas pedir", disse.

Para Hugueneu, Schwab expressou arrogância que reflete um período que já passou, quando os países ricos impunham suas condições, e o resto do mundo era obrigado a aceitar. "Já vimos o desastre que pode acontecer quando eles [americanos e europeus] estão no banco do motorista", disse o embaixador, aproveitando a metáfora automobilística.

Um dos maus exemplos de liderança dos países desenvolvidos nas negociações comerciais, segundo Hugueneu, foi a conferência ministerial de Cancún (México), em 2003, "que terminou em fracasso quando eles quiseram deixar a conta para os países pobres".

"Foi uma declaração sem sentido e infeliz, que só piora o clima das negociações", disse Hugueneu. "Em vez de agressões, o que os EUA precisam fazer são concessões agrícolas para chegarmos a um acordo."

Na opinião do embaixador, os EUA demonstram dissonância com o consenso obtido na semana passada pelo diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, em torno de novo cronograma para tentar tirar Doha do impasse.

O calendário proposto por Lamy inclui a apresentação das propostas dos mediadores sobre agricultura e tarifas industriais e de serviços no fim de janeiro, com a ambição de fechar um acordo ainda em 2008, com mais de três anos de atraso. Não por acaso, o cronograma coincide com o último ano do governo de George W. Bush.

A idéia é concluir a Rodada antes da troca de governo nos EUA, para evitar um atraso ainda maior. Antes disso, a Casa Branca precisa recuperar a autorização especial do



Congresso para negociar acordos sem que eles possam sofrer emendas, também conhecido como "fast track" (via rápida), que venceu em junho.

"A impressão que fica pela atitude do governo americano é que, como eles não têm autoridade para negociar, preferem culpar os outros pelo fracasso."

Lançada em 2001, a Rodada Doha deveria ter sido concluída em 2005. Mas a disputa entre emergentes, que pedem o fim de subsídios à agricultura, e os desenvolvidos, que querem a redução de tarifas industriais para ampliar suas fatias de mercado no mundo em desenvolvimento, mergulhou as negociações num impasse que deve atravessar 2008.

### **Brasil pressionará para obter mais poder no Banco do Sul – Juliana Rocha – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/12/2007**

Crítico da soberania norte-americana e européia no FMI (Fundo Monetário Internacional) e no Bird (Banco Mundial), o governo brasileiro vai lutar mais poder na gestão do Banco do Sul. A proposta inicial do Brasil era que cada país deveria ter um voto no conselho do banco, mas a idéia foi abandonada nesta reta final de discussões em troca da defesa de que o poder de voto deve estar relacionado ao volume de recursos que o país colocar na instituição.

Uma das avaliações dos especialistas é que o governo brasileiro pretende, com isso, tentar estancar o poderio da Venezuela, do presidente Hugo Chávez, autor da idéia de criar um banco de fomento da América Latina.

A **Folha** apurou que uma das possibilidades para definir o peso de cada país nas decisões do banco é o volume investido pelos sócios para capitalizar a instituição. Serão definidas cotas mínimas de aporte, mas cada governo decidirá o volume que pretende investir. Quanto mais cotas, mais votos. No domingo, a Ata Fundamental do Banco do Sul será assinada em Buenos Aires .

### **Presidentes de 7 países chegam a acordo para criar o Banco do Sul - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 07/12/2007**

Sete presidentes sul-americanos, entre eles o brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, firmarão a ata de fundação do Banco do Sul, uma nova instituição financeira destinada a apoiar projetos e investimento no continente. Eles aproveitarão a posse da nova presidente da Argentina, Cristina Kirchner, para a cerimônia, que fixará em apenas dois meses o prazo para entrada em funcionamento do banco.

Ontem, durante debate sobre o tema na Câmara dos Deputados, em Brasília, o assessor internacional do Ministério da Fazenda Luiz Eduardo Melin informou que não há ainda acordo entre os governos sobre quanto cada um contribuirá para as finanças do banco, nem como serão tomadas as decisões a respeito dos projetos. Os demais países

fundadores do banco são Paraguai, Uruguai, Bolívia, Equador, Argentina e Venezuela. "Esse debate ainda está por se corporificar", disse Melin.

O projeto do Banco do Sul, lançado pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez e levado à frente com forte participação das autoridades venezuelanas e argentinas, foi duramente criticado na sessão da Câmara por forças políticas de esquerda. No plenário da Comissão de Finanças e Tributação, quase vazio, apenas a deputada federal Luciana Genro (PSOL-RS), autora do requerimento para o debate, assistiu às apresentações sobre o Banco do Sul, feitas por representantes do governo e de organizações não-governamentais.

"Há desconhecimento muito grande dos parlamentares sobre a importância dessa instituição financeira", criticou Luciana. "Vamos insistir para participar dessa discussão, para que as instituições da sociedade civil tenham lugar oficial na mesa de negociações", defendeu a deputada. "O governo brasileiro parece mais preocupado em garantir o livre fluxo de mercadorias e capital na região e para fora que, de fato, criar uma instituição que busque desenvolvimento econômico, humano e social."

O sigilo e a falta de informações sobre as decisões nas negociações para o Banco do Sul foi o maior motivo de crítica das organizações não-governamentais, que também acusaram o governo brasileiro de seguir o modelo de instituições tradicionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Para as ONGs, o modelo tradicional financia apenas projetos de interesse de grandes empresas exportadoras, para facilitar a exploração de recursos naturais e venda aos grandes mercados dos países desenvolvidos. "Temos de evitar os erros do passado na nova instituição financeira", defendeu o economista Adhemar Mineiro, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Ele argumentou que instituições como o FMI e Banco Mundial estão em crise e têm características que não atendem ao interesse dos países da América do Sul, devido às condicionalidades que impõem políticas aos governos, e à falta de transparência e de mecanismos de participação da sociedade. Isso, segundo acredita Mineiro, os torna cativos de interesses de grandes empresas e governos dos países desenvolvidos.

Mineiro lembrou, ainda, que o Banco do Sul terá de levar em conta as desigualdades dentro dos países, caso contrário o governo brasileiro terá dificuldade de defender o banco no parlamento. O nível de vida no Uruguai é bem superior ao da maioria das regiões brasileiras, lembrou. Carlos Tautz, do Ibase, classificou de "péssimo início" as negociações para o Banco do Sul, pela falta de informações para a sociedade sobre as decisões dos governos. Melin argumentou que o sigilo foi necessário devido às indefinições sobre o projeto e para permitir que governos participantes pudessem apresentar propostas sem "calcificar" as posições na mesa de negociação. Ele insistiu que o modelo do banco será o de uma instituição financeira clássica, com medidas de precaução para garantir o retorno dos empréstimos. Afirmou que cada país decidirá a forma como contribuirá para a instituição. O Brasil descarta o uso de reservas internacionais para esse fim, garantiu.

Melin insistiu que as funções do banco ainda são definidas de maneira "muito ampla", mas que concorda que o objetivo não será meramente aumentar a competitividade de exportações. Segundo a ata a ser assinada pelos presidentes, no domingo, o banco, entre outras funções, financiará projetos de desenvolvimento "em setores-chave da economia" para melhorar a competitividade e desenvolvimento científico e tecnológico, fará empréstimos para "projetos de desenvolvimento em setores sociais, para reduzir a pobreza e exclusão social", e também projetos "que favoreçam a integração sul-americana", além de administrar fundos especiais e em casos de emergência.

**UE vincula acordo com Mercosul a Doha** - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 07/12/2007

O comissário de Comércio da União Européia (UE), Peter Mandelson, avisou ontem que a negociação do acordo de livre comércio entre a UE e o Mercosul continuará vinculada ao futuro da Rodada Doha. "Não podemos fazer ofertas no contexto do Mercosul até que saibamos o resultado da Rodada Doha. Isso é o mesmo para todas as partes", disse Mandelson ontem, por intermédio de seu porta-voz.

Isso pode causar mais preocupação, porque se não houver progressos em março na negociação global na Organização Mundial do Comércio (OMC), tudo indica que ela será empurrada para 2009 ou 2010. Isso significa que a negociação UE-Mercosul, iniciada em 2000, também pode demorar mais alguns anos para ser concluída. Ao mesmo tempo, Bruxelas continuará a negociação com Índia e Coréia do Sul, atualmente em fase preliminar, mas também para só acabar depois de Doha.

O Mercosul enviou carta de resposta a Mandelson sobre a queixa feita pelo representante da UE em relação à alta nas tarifas sobre têxteis e calçados. O bloco retrucou que isso não afetará os negócios com Bruxelas. E que, de outro lado, está pronto a negociar a liberalização birregional, conclamando Mandelson a retomar a discussão do acordo UE-Mercosul o mais rápido possível.

O desafio não foi aceito. Os europeus continuam argumentando que só podem fazer concessão agrícola, mesmo através de cotas (volume limitado), depois de saber o que vão pagar na negociação da OMC. (AM)

**Lamy quer baixar tensão entre negociadores da OMC** - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 07/12/2007

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, quer restabelecer neste fim de semana um "cessar-fogo" entre Estados Unidos, Brasil, Índia, União Européia e outros países-chave da Rodada Doha, para evitar que trocas de acusações deteriorem mais a a negociação global. Como sempre faz quando a tensão sobe entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, Lamy pedirá para os ministros negociarem de maneira racional, em vez de continuar o jogo de empurra e de acusações recíprocas.

O sinal de alerta agora foi deflagrado com a declaração da representante comercial dos EUA, Susan Schwab, comparando Brasil e Índia a "adolescentes" com a primeira carteira de motorista, estimando que pedem muito, mas não fazem concessões.

A primeira reação do Brasil não tardou. O embaixador brasileiro em Genebra, Clodoaldo Huguene, vê nova tentativa de os EUA culparem outros "por uma impossibilidade de concluir a rodada, que, no fundo, tem a ver com a situação nos EUA". Segundo ele, "o problema desse tipo de declaração é que não ajuda em nada, pois a negociação já é difícil e o que se tem de fazer é haver movimentos, e no caso dos EUA, é se mover no corte de subsídios agrícolas".

Huguene disse que está acontecendo o contrário, com EUA e UE apresentando propostas maximalistas em praticamente todas as áreas, incluindo industrial, meio ambiente e serviços. "Todo mundo é contra", afirmou. O embaixador advertiu que "achar que a OMC ainda é a organização dos anos 50, controlada só por eles (países desenvolvidos), é não entender a evolução no sistema comercial".

Lamy participa sábado e domingo, em Bali, de reunião de comércio e clima com os ministros Celso Amorim, Kamal Nath, da Índia, a representante americana, Susan Schwab, e outros, convocada pela Indonésia. Mas a Rodada Doha estará inevitavelmente nas conversas, e também esse tipo de declaração de Schwab. Vários negociadores lamentaram "sua falta de senso político", enquanto outros acham que ela reflete a descrença americana em um acordo na rodada.

Pierre Pettigrew, ex-ministro de Comércio do Canadá, notou que os emergentes estão "mais e mais a favor da abertura comercial, levando em conta os problemas trazidos pela globalização". E que a preocupação maior com protecionismo é nos países industrializados, diante da resistência da opinião pública.

Amrita Narkilar, professora de Cambridge e Oxford, prepara um livro sobre "as potências emergentes nos regimes internacionais". Ela destaca a importância do G-20, o grupo liderado pelo Brasil na negociação agrícola, como coalizão estável de países em desenvolvimento com significado "simbólico e prático" importante nas negociações.

Outros analistas alertam que a crescente influência do Brasil e da Índia é acompanhada por insatisfação de alguns pequenos países. Costa Rica, por exemplo, não cessa de se chocar com representantes brasileiros na OMC. A tensão sobe sempre que se aproxima alguma decisão na OMC, como os novos textos de negociação agrícola e industrial, previstos para janeiro. Antes, cada um procura criar espaço para negociar mais de acordo com seus objetivos.

Em outubro, Schwab e Peter Mandelson, da União Européia, acusaram o Brasil, Índia, África do Sul e Argentina de empurrarem Doha para o fiasco, por supostamente resistirem à liberalização industrial, deflagrando um bate-boca público. A delegação brasileira considerou que os dois elefantes do comércio mundial tinham quebrado o "cessar-fogo" recomendado por Lamy e acusou Washington e Bruxelas de fazerem "propaganda" e demandas injustas, irracionais e irrazoáveis.

#### **Amorim critica exclusão do álcool de lista – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/12/2007**

DO ENVIADO ESPECIAL A BALI - O chanceler Celso Amorim qualificou ontem, em Bali (Indonésia), como "aberrante" a exclusão do álcool da lista de produtos ambientais para os quais os EUA e a UE propõem isenções tarifárias no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio). Para o Brasil, a proposta de abertura de mercado a 43 produtos trata-se de protecionismo disfarçado, uma vez que eles são todos produzidos sobretudo pelos autores da proposta.

**Amorim critica exclusão do etanol de lista da OMC** – Gilberto Scofield Jr. - O Globo – Economia – 09/12/2007

Biocombustíveis ficam fora da relação feita por

EUA e UE BALI. O Brasil criticou ontem a lista elaborada pelos EUA e União Européia (UE) com 43 itens considerados “produtos ambientais” e que ganharão incentivos tarifários (provavelmente isenção de alíquotas), caso sejam aprovados nas negociações comerciais da Rodada de Doha. O motivo, segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, é que a lista contempla produtos que nitidamente beneficiam produtores americanos e europeus e deixam de fora outros provavelmente menos agressivos, como os biocombustíveis, especialmente o etanol.

— Não faz sentido que um produto tão menos agressivo esteja fora de uma lista que inclui contêineres para lixo.

Deixei isto claro e percebi o apoio de vários representantes dos países.

Para chamar a atenção num momento em que mais de 10 mil delegados de 190 países negociam em Bali medidas para reduzir o aquecimento global, o governo da Indonésia promoveu reunião informal de ministros de Comércio de cerca de 40 países. O objetivo foi analisar, entre outros temas, proposta de redução de barreiras e tarifas para produtos considerados benéficos ao meio ambiente.

O problema, diz Amorim, é que, ainda que a convenção da Organização Mundial do Comércio (OMC) não defina o que é um produto ambiental, UE e EUA deixaram de fora itens agrícolas, como biocombustíveis.

— Isso mostra a diferença entre o discurso pró-meio ambiente na Convenção do Clima e o protecionismo das conversas na OMC. (Gilberto Scofield Jr.)

**Banco do Sul será fundado hoje, em meio a polêmicas** – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 09/12/2007

Modelo de atuação da instituição ainda precisa ser definido

**Eliane Oliveira**

BRASÍLIA. Projeto marcado por divergências entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez (da Venezuela), o Banco do Sul sairá do papel hoje, em Buenos Aires, com a subscrição de sete países: Brasil, Venezuela, Paraguai, Bolívia, Equador, Argentina e Uruguai. Segundo fontes do governo brasileiro, embora já esteja decidido que a instituição de fomento terá sede em Caracas e filiais em La Paz e Buenos Aires, diversos pontos ainda precisam ser acertados, como governança, nível de endividamento e o papel prioritário na América do Sul. Por isso, a ata de fundação, que será assinada hoje, deverá estabelecer um prazo de 60 dias para que o desenho do modelo de atuação seja concluído.

Os presidentes dos países envolvidos no projeto estarão reunidos em Buenos Aires, na véspera da posse da nova presidente da Argentina, Cristina Kirchner, que assumirá o lugar de seu marido, Néstor Kirchner.

Informações de bastidores dão conta de que a presença do uruguaio Tabaré Vázquez ainda não está confirmada.

Magoado com Kirchner por causa da oposição dos argentinos à instalação de duas fábricas de celulose em seu país, Vázquez deverá enviar um representante à solenidade.

As negociações começaram no início deste ano, quando o presidente da Venezuela pressionou os colegas que participavam da cúpula de presidentes do Mercosul, no Rio, a incluírem a criação do Banco do Sul na agenda do bloco. Na época, o ministro da Fazenda,

Guido Mantega, reagiu. Para ele, o melhor seria que as instituições existentes, como o BNDES, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), se organizassem e aperfeiçoassem suas atividades para estimular o desenvolvimento da região.

Lula acabou cedendo, mas com algumas condições. Enquanto Chávez quer que o Banco do Sul seja uma alternativa ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para salvar países em crise financeira, o presidente brasileiro defende que a instituição tenha a função de um banco de fomento nos moldes do BNDES. A diferença é que, ao contrário do BNDES, que dá crédito a empresas de seu país, o novo organismo poderia financiar companhias sul-americanas em geral.

Banco deverá ter capital inicial de US\$ 7 bilhões Outro ponto de divergência diz respeito à origem dos recursos do banco. Chávez sempre defendeu que o capital fosse formado pelas reservas cambiais de cada país. Lula quer que as verbas sejam do Orçamento de cada um dos sócios.

Segundo fontes do governo brasileiro, a idéia é que o Banco do Sul passe a funcionar, a partir de 2008, com um capital inicial de US\$ 7 bilhões. Serão incentivados projetos regionais de desenvolvimento e integração.

Falta, no entanto, estabelecer qual será a contribuição de cada país.

Segundo o porta-voz da Presidência da República, Marcelo Baumbach, um dos objetivos do banco é acabar com as limitações de acesso dos países sulamericanos a financiamento de organismos multilaterais de fomento e bancos privados, fortalecendo a autonomia financeira da América do Sul.

— A solidez, a viabilidade e, principalmente, a eficácia do Banco do Sul dependerão de práticas e critérios firmes e críveis de governança e administração, que combinem, de forma justa e equilibrada, os princípios da representação paritária e da proporcionalidade — afirmou Baumbach.

### **Conflitos põem em risco bloco sul-americano** – Janaína Figueiredo e Eliane Oliveira - O Globo – Capa – 09/12/2007

Conflitos territoriais, diplomáticos e domésticos nos países da América do Sul vêm colocando cada vez mais em risco os planos de integração da região, revelam analistas a JANAÍNA FIGUEIREDO e ELIANE OLIVEIRA. Páginas 57 e 58

### **Integração regional em xeque** - Figueiredo e Eliane Oliveira - O Globo – O Mundo – 09/12/2007

Conflitos territoriais, diplomáticos e domésticos põem em risco aproximação na América do Sul

Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo

BRASÍLIA E BUENOS AIRES - O acirramento das divergências entre os países da América do Sul e a adoção de soluções caseiras nas políticas de cada um deles colocam o projeto de integração regional em segundo plano. O momento é de acentuação de disputas históricas, caso da eterna briga entre Chile e Bolívia por causa do acesso ao mar, por exemplo. Sem contar rixas recentes, como o boicote de Venezuela e Bolívia ao programa brasileiro de biodiesel; econômico-ambientais, com destaque para a “guerra das

papeleiras”, entre Argentina e Uruguai; e políticas, como a insistência do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, de mediar a troca de prisioneiros que estão em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

Em meio a esse cenário, nações como Venezuela, Bolívia e Equador adotam projetos nacionalistas e passam por momentos de crise política que, de alguma forma, afetam suas relações com os vizinhos. A nacionalização das reservas de gás e petróleo na Bolívia é um exemplo que teve como consequência o risco de queda no fornecimento de gás para Brasil e Argentina.

— Existem inúmeras Américas do Sul, e não uma só — resumiu Amado Cervo, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, explicando que cada país tem soluções nacionais, o que aumenta os conflitos bilaterais. — A diversidade leva a uma dispersão das políticas exteriores.

### **Chávez, um ponto nevrálgico**

Para Rubens Ricupero, professor da Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap), três países radicalizaram ao dizerem ao continente o que pretendiam em termos de política interna: Venezuela, Bolívia e Equador. Seus presidentes optaram por aquilo que hoje está sendo chamado de refundação constitucional, uma espécie de processo pelo qual a Constituição está sendo revista, sendo o caso mais dramático o boliviano.

— São processos políticos diferentes daqueles em que a alternância do poder está se dando de maneira normal, como Brasil, Argentina, Chile e Colômbia — disse Ricupero, que também foi ministro da Fazenda e secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (Unctad).

Em sua opinião, Chávez é “o mais belicoso”.

Ordenou uma ação militar na Guiana, sem dar qualquer satisfação às autoridades do país, e desperta preocupação entre os vizinhos, por conta do armamento pesado que vem comprando ao longo dos últimos meses.

— Ele está se armando até os dentes — destacou Ricupero.

Segundo fontes do governo brasileiro, Chávez criou problemas para Peru, México e — quase — o Brasil, ao fazer campanha para candidatos em eleições nesses países. Em recente encontro com a presidente do Chile, Chávez levou um puxão de orelhas de Michelle Bachelet, por interferir na disputa entre chilenos e bolivianos.

### **Conflitos de novo tipo surgiram na região**

Com isso, há uma espécie de polarização na América do Sul que leva uma banda da região em direção aos EUA (Chile, Peru e Colômbia), em busca de acordos bilaterais de livre comércio.

O Brasil não entra, porque não negocia sem os demais sócios do Mercosul. Venezuela e Bolívia ficam de fora, em razão do discurso antiamericano.

Na visão do professor Juan Tokatlián, do mestrado de relações internacionais da Universidade San Andrés, de Buenos Aires, nos últimos anos surgiram novos tipos de conflito na região, que se somaram aos clássicos territoriais. A chamada guerra do papel, protagonizada pelos governos de Argentina e Uruguai, é um claro exemplo, já que a disputa foi desencadeada por uma questão ambiental. Os argentinos se colocam fortemente contra a instalação de duas fábricas de celulose no Rio Uruguai.

— Com o surgimento de novos conflitos, temos uma superposição de tensões na região que não favorece a integração — disse Tokatlián.

— As negociações no Mercosul ficaram muito mais complicadas desde que a Argentina e Uruguai estão em crise.

Para o cientista político Leonardo Barreto, embora seja tida como prioritária para os países da América do Sul, a integração está congelada. Até a adesão da Venezuela ao Mercosul, que parecia simples, pode não se concretizar, diante da forte oposição de setores políticos brasileiros.

— Além dos problemas numerosos, que vão desde o narcotráfico até contenciosos econômicos, os sul-americanos ainda enfrentam a ameaça de um colapso energético na região. A situação é delicada em todos os aspectos.

**'Não vamos ignorar as lições dos europeus'** – Leonardo Valente – entrevista com William Gonçalves – O Globo – O Mundo – 09/12/2007

### **CORPO A CORPO - WILLIAMS GONÇALVES**

Para Williams Gonçalves, professor de relações internacionais da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, os países da América do Sul não devem esquecer as lições da Europa sobre integração.

O Brasil, como a maior potência regional, deve ceder a seus vizinhos e evitar o acirramento das disputas. Segundo ele, a parceria entre Brasília e Buenos Aires é fundamental para o êxito do processo.

#### **Leonardo Valente**

**GLOBO:** O governo brasileiro fala muito na necessidade de integração sul-americana. O que o Brasil ganha ou perde nesse processo e qual a importância dele para o continente?

**WILLIAMS GONÇALVES:** Integração regional é uma tendência do capitalismo do século XXI. Em todos os continentes verificam-se processos que avançam nesta direção. Na América do Sul, o processo teve início nos anos de 1960 com a criação da Alalc, e ganhou novo ímpeto com a inauguração do Mercosul, em 1991. A exemplo do que ocorre nas outras partes, a integração da América do Sul deve proporcionar mais mercados às empresas; encadeamento do processo produtivo das empresas mediante aproveitamento das condições específicas de cada país; mais trocas de experiências culturais; mais cooperação científico-tecnológica e cooperação para manutenção das instituições democráticas.

A grande vantagem de tudo isso é a contribuição mútua para o desenvolvimento e para a manutenção da paz no continente.

**O presidente Lula disse que o Brasil deve ceder a seus vizinhos e que isso é fundamental para a integração. O senhor concorda?**

**GONÇALVES:** Concordo. Há, no Mercosul, por exemplo uma forte assimetria em favor do Brasil. Nossos vizinhos não têm economias tão industrializadas e estruturadas. Portanto, não podemos cultivar uma visão exclusivamente comercialista e ultracompetitiva do processo. Faz-se necessário que reconheçamos as insuficiências dos demais e admitamos a hipótese de negociar reduções de nossos benefícios. Os europeus praticaram essa negociação ponderada para ganhar coesão e harmonia. Convém que façamos o mesmo, guardadas as devidas proporções

**É possível integrar um continente com tantos contenciosos entre seus países?**

**GONÇALVES:** O Mercosul é, por exemplo, o processo de integração envolvendo países exclusivamente periféricos mais bem-sucedido.



Deve-se ter claro que a integração exitosa é aquela em que há distribuição equilibrada de benefícios. Os conflitos e os desencontros são parte do processo. Não vamos ignorar as lições dadas pelos europeus, que passaram por períodos de grandes dificuldades e as venceram pela negociação persistente.

**Na Europa, França e Alemanha tiveram um papel crucial no processo de integração que resultou na União Européia. No caso sulamericano, que países o senhor considera que seriam cruciais para a integração?**

**GONÇALVES:** O eixo da integração é formado por Brasil e Argentina. A integração não se resume aos dois, evidentemente. Mas, depende, em grande medida, do comportamento dos dois. É necessário que estejam juntos, pois assim formam um centro de gravitação.

Caso haja separação, os demais se dividem acompanhando cada um deles, como já ocorreu no passado. Seria importante contar também com a Venezuela. Pois, assim, poder-se-ia compactar o subcontinente, e proporcionar maiores oportunidades econômicas à região norte do Brasil, muito afastada fisicamente do núcleo da integração.

**Gastos militares aumentam em toda a região – Leonardo Valente – O Globo – O mundo – 09/12/2007**

Especialistas, no entanto, descartam corrida armamentista e dizem que fenômeno é para inverter sucateamento

**Leonardo Valente**

O recente aumento dos gastos militares, principalmente de Chile e Venezuela, despertou temores de que a América do Sul estivesse passando por uma corrida armamentista. Especialistas, no entanto, afirmam que, apesar das rivalidades existentes na região, o que acontece atualmente é uma modernização das Forças Armadas, que por décadas passaram por um forte processo de sucateamento.

O Chile lidera em percentual de gastos em modernização militar, com cerca de US\$ 3 bilhões anuais. A chamada lei do cobre, principal matéria-prima do país, estipula que 10% da receita bruta, proveniente das exportações do metal, seja destinada às Forças Armadas.

O país comprou recentemente 16 caças F-16 dos Estados Unidos, considerados de primeira linha, tanques alemães Leopard 2, que estão entre os melhores do mundo, e investe na profissionalização de seu efetivo.

Já a Venezuela, mesmo sofrendo um boicote na venda de armamentos pelos EUA, gastou no último ano US\$ 2,2 bilhões em armamentos. Foram comprados da Rússia no ano passado, entre outros armamentos, 24 caças Sukhoi-30 e Sukhoi-35, cem mil fuzis AK-103 e dez helicópteros de última geração. O presidente Hugo Chávez anunciou recentemente que pretende desenvolver com tecnologia estrangeira mísseis de curto alcance.

No entanto, os temores de que Caracas possa intervir militarmente no continente, especialmente na Bolívia, como já sugeriu Chávez por causa da crise interna no país, são descartados por analistas.

— A Venezuela não tem condições de intervir militarmente na Bolívia. Além dos problemas logísticos para isso as condições internas do país e internacionais não permitem — disse o professor de relações internacionais Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Brasil também planeja modernização das tropas Para o professor Michael Radseck, pesquisador do Instituto de Estudos IberoAmericanos de Hamburgo, na Alemanha, a compra de equipamentos por Chávez visa muito mais a armar a população civil, por meio das milícias, do que ameaçar seus vizinhos.

— Ele (Chávez) diz que pretende evitar uma invasão americana usando a tática de guerrilha.

Mas a verdade é que os aviões comprados da Rússia ainda precisam de pistas de pouso adequadas para poderem operar e o fuzis comprados não servem para guerras convencionais. Podem sim, aumentar a violência no país e favorecer o tráfico de armas na América do Sul, aumentando a criminalidade em outros países — afirmou.

Peru e Equador também fizeram compras recentes de aviões e tanques e aumentaram seus orçamentos. Já a Argentina enviou especialistas em defesa recentemente à Europa para estudar as melhores alternativas de compras de armamentos, sinalizando que também poderá aumentar seus gastos. O Brasil, que tem o maior orçamento militar da região (cerca de US\$ 6 bilhões) mas que vinha perdendo para os vizinhos em modernização, anunciou que também vai aumentar os gastos militares. Entre as planos estão a construção de um submarino com propulsão nuclear, projeto antigo mas que estava arquivado, e a compra de equipamentos para o monitoramento da Amazônia.

— Após décadas de sucateamento e redução de gastos, o que observamos agora é uma onda de novas aquisições, o que é normal — afirmou Radseck.

### **Quando as armas substituem a retórica** – Leonardo Valente – O Globo – O Mundo – 09/12/2007

Apesar de ser considerada uma região estável quando o assunto é conflito armado, a América do Sul possui em seu histórico guerras sangrentas e episódios dramáticos onde ameaças retóricas e diplomacia foram substituídas pelo uso da força.

O maior e mais longo conflito da região foi a Guerra do Paraguai, que ocorreu entre 1864 e 1870. Brasil, Argentina e Uruguai, aliados, derrotaram o Paraguai após quase seis anos de lutas durante os quais o Brasil enviou mais de 160 mil homens à guerra. Segundo as versões mais correntes, a governo paraguaio, liderado pelo ditador Francisco Solano Lopes, tinha como objetivo aumentar o território paraguaio e obter uma saída para o Oceano Atlântico, através dos rios da Bacia do Prata. A reação dos aliados foi devastadora.

Pelo menos 300 mil paraguaios morreram no conflito e o país, arrasado, perdeu grande parte de sua elite cultural e econômica e mergulhou em uma profunda crise. Cerca de 50 mil brasileiros morreram na guerra e estima-se que Argentina e Uruguai perderam cerca de 50% de suas tropas.

Nove anos depois, a América do Sul voltou a ser palco de um conflito bélico, a Guerra do Pacífico, entre 1879 e 1884. O Chile enfrentou Bolívia e Peru por questões territoriais e saiu vencedor. Ao final da guerra os chilenos anexaram ricas áreas em recursos naturais de ambos os países derrotados. O Peru perdeu a província de Tarapacá e a Bolívia teve de ceder a província de Antofagasta, ficando sem saída soberana para o mar. A crise resultou em uma rivalidade entre os países que dura até hoje. O governo boliviano do presidente Evo Morales ainda tenta negociar com os chilenos uma saída para o mar.

No século XX a América do Sul também foi palco de vários conflitos. Entre 1932 e 1935 ocorreu a Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, que disputavam a região do Chaco Boreal, tendo como uma das causas a descoberta de petróleo. A guerra deixou um saldo de 60 mil bolivianos e 30 mil paraguaios mortos, tendo resultado na derrota dos bolivianos com a perda e anexação de parte de seu território pelos paraguaios.

Peru e Equador também se enfrentaram em três conflitos no século XX: 1941, 1981 e 1995. Na década de 80, um conflito de apenas três meses assustou toda a região: a Guerra das Malvinas, disputa entre Argentina e Grã-Bretanha pelas Ilhas Malvinas no sul do Oceano Atlântico.

A Argentina, apesar de ter pleiteado a posse das ilhas junto a organismos internacionais, não esperou o resultado e resolveu invadir o território, despertando uma violenta reação britânica. O resultado final foi a recuperação das ilhas pelo Reino Unido e a morte de 649 soldados argentinos e 255 britânicos. (L.V)

**Brasil rejeita abertura 'verde'** - Reuters, Jimbaran, Indonésia – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/12/2007

Para Celso Amorim, lista dos EUA com produtos ecológicos é novo artifício protecionista

Países ricos e pobres não conseguiram chegar a um acordo ontem sobre a abertura do comércio de produtos verdes, e o Brasil teme que uma importante proposta dos Estados Unidos e da União Européia (UE), levantada às margens das conversações climáticas em Bali, seja, na realidade, um novo artifício protecionista.

Após dois dias de conversações entre representantes de 32 países, incluindo 12 ministros do Comércio, Brasil e EUA passaram a trocar críticas. A proposta envolve corte das tarifas de importação sobre uma lista de 43 produtos benéficos ao meio ambiente, como turbinas de vento e painéis solares. Se ganhar apoio amplo, pode ajudar a reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, disse que não há acordo sobre a proposta dos EUA e UE. “Não está comprovado que efeito terá sobre mudanças climáticas”, disse. Os representantes comerciais se reuniram pela primeira vez paralelamente à conferência climática anual da Organização das Nações Unidas (ONU), abrindo nova frente na batalha contra o efeito estufa.

Cerca de 20 ministros das Finanças também vão se reunir em Bali. Mas o resultado das conversações do fim de semana foi menor do que esperavam a ONU e a Indonésia, que abriga a conferência. O Brasil ficou indignado pelo fato de a proposta dos EUA e da UE não abranger biocombustíveis. O País é o maior produtor mundial de etanol e o governo suspeita que a intenção seja reforçar as exportações dos países ricos.

**CABEÇA DA SERPENTE** - “O protecionismo é como a cabeça da serpente. Ela sempre tentará reerguer”, disse Amorim. Ele e a representante comercial dos EUA, Susan Schwab, discutiram, mais tarde, sobre como promover a abertura dos mercados de produtos ambientalmente benéficos, algo que a Rodada de Doha trata desde 2001.

“O único produto isolado cujos efeitos já foram comprovados - o etanol - não faz parte da lista”, afirmou Amorim. O chanceler brasileiro estima que o consumo de etanol no Brasil evitou a emissão de 670 milhões de toneladas de dióxido de carbono nos últimos 30 anos.

“Usamos a lista do Banco Mundial porque não quisemos dar a impressão de estarmos defendendo interesses próprios”, declarou Schwab. “Os EUA são importadores líquidos (desses 43 produtos). O que é complicado sobre o etanol é que ele aparece em negociações agrícolas.”

Ela disse que os EUA importaram US\$ 18 bilhões e exportaram US\$ 15 bilhões. Países em desenvolvimento, incluindo China, México, Malásia, Taiwan e Indonésia, estão entre os maiores exportadores dos produtos da lista, disse Schwab.

**Lula defende a aliança com Chávez no lançamento do Banco do Sul** – Janaína Figueiredo – O Globo – economia – 10/12/2007

Presidente da Venezuela chama colega brasileiro de 'sheik do Amazonas'

**Janaína Figueiredo - Correspondente**

A posse da presidente eleita Cristina Fernández de Kirchner, os governos de Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia, Equador e Paraguai assinaram ontem, no último ato da gestão Néstor Kirchner, a ata de fundação do Banco do Sul, nova instituição financeira regional que competirá com BNDES, Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outros. Entusiasmado com o projeto, o presidente Lula aproveitou para defender a aliança entre os países da região e, sobretudo, a parceria do Brasil com os demais governos sulamericanos, com destaque para Argentina e Venezuela.

— Depois da eleição de Kirchner construímos um dos melhores momentos da história do relacionamento entre Argentina e Brasil. Nosso relacionamento com a Venezuela hoje é sólido, muito forte e muito favorável ao Brasil, temos de diminuir essa distância — declarou Lula.

Ele afirmou que “somente forte, unida e integrada a América do Sul poderá ocupar o lugar que lhe cabe no concerto das nações e principalmente criar condições para o desenvolvimento pleno de nossos povos”.

— O Banco do Sul será fundamental para viabilizar as iniciativas que necessitamos para integrar nossa região — assegurou Lula.

Os sócios do Brasil no projeto aproveitaram a assinatura do acordo para reforçar seu “perfil antiimperialista” e criticar organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI).

— Até que enfim a América do Sul vai começar a se liberar da dependência financeira — declarou o presidente equatoriano, Rafael Correa.

Chávez: repatriar dinheiro nos “bancos do Norte” Em sintonia com seu colega equatoriano, o presidente da Venezuela disse que o Banco do Sul é “uma estratégia para a independência”. Para Hugo Chávez, falta repatriar “o dinheiro dos nossos povos”, que está “nos bancos do Norte”: — Mais de US\$ 500 bilhões nossos estão colocados em bancos dos EUA e Europa, onde pagam juros muito altos.

Usando frases de Bolívar, Perón e San Martín, Chávez afirmou que “somente unidos poderemos ser verdadeiramente livres e independentes”. O presidente venezuelano manifestou sua satisfação pelo bom momento que, disse Chávez, vivem os países da região e se referiu especificamente ao Brasil.

— O Brasil tem agora (em reservas internacionais) cerca de US\$ 200 bilhões, o Lula tem muito agora e ainda conseguiu uma reserva de petróleo, o sheik do Amazonas — brincou o presidente venezuelano, que considerou que os países da região estão protagonizando uma “guerra política, econômica e ideológica”, contra seus inimigos internacionais.

Já o presidente boliviano, Evo Morales, disse que o Banco do Sul chegou em momentos “em que temos democracias submetidas a seus povos e não ao império”. Após os discursos dos presidentes, Cristina agradeceu o apoio de todos e, sobretudo, de Chávez: — Não é pouca coisa encontrar alguém como o senhor, ue resgata as melhores tradições de lutas e emancipação nacional. Ao senhor meu agradecimento por todo o apoio dado aos argentinos.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, assegurou que o Banco do Sul vai funcionar dentro dos princípios da governança dos bancos multilaterais.

Será “um banco autosuficiente, que tem que dar lucro, não poderá funcionar a base de subsídios e não será direcionado a projetos que não sejam rentáveis e eficientes”.

Segundo o ministro, o capital inicial do banco ainda não foi fixado, mas, pelas informações extra-oficiais, poderia alcançar US\$ 7 bilhões. A Venezuela entraria com cerca de US\$ 3 bilhões, bem acima do que pretenderia injetar inicialmente o Brasil.

Sobre as negociações preliminares, o ministro comentou: — Estabelecemos os objetivos do banco e a partir da ata de fundação, passaremos a elaborar o estatuto (o que vai durar 60 dias).

Um dos aspectos do estatuto que provocou polêmica foi a origem dos recursos para formar o capital inicial. A Venezuela propôs o uso das reservas nacionais, idéia que não teve apoio do Brasil.

— Os recursos não saem das reservas, serão usados recursos do Orçamento federal.

Uma vez constituído o banco, ele vai captar no mercado. Se a Venezuela, por exemplo, quiser colocar as reservas, aplicar nos títulos do Banco do Sul, poderá fazê-lo — esclareceu Mantega.

**Capital inicial do Banco do Sul não terá reservas de BCs, diz Mantega** - Janes Rocha – Valor Econômico – Brasil - 10/12/2007

Os presidentes de seis países da América do Sul assinaram ontem a ata de constituição do Banco do Sul na Casa Rosada, sede do governo argentino. Idealizado como um banco de desenvolvimento para financiar projetos de infra-estrutura, ciência e tecnologia e ações sociais na região, suas condições de funcionamento, no entanto, continuam indefinidas. Assinaram a ata os governos de Brasil, Argentina, Venezuela, Paraguai, Equador e Bolívia. Colômbia e Chile avisaram que não vão entrar nesta primeira fase, mas reafirmaram o interesse em participar no futuro. O Uruguai deve assinar a adesão hoje.

Em discurso na cerimônia de assinatura da ata, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o Banco do Sul aprofunda a integração financeira regional e falou dos próximos passos neste processo: "Iniciativas como a criação de um fundo de estabilização para países com desequilíbrios na balança de pagamentos, de um sistema de pagamentos em moeda local e de um fundo de garantias são projetos que poderão diminuir nossa dependência do sistema financeiro internacional."

O governo brasileiro, que resistiu por muito tempo a aderir à idéia, lançada pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, finalmente concordou e está entre os signatários. Mas o ministro da Fazenda, Guido Mantega, deixou claro que a entrada do Brasil foi resultado da negociação para ajustes ao projeto inicial. Segundo Mantega, duas exigências do Brasil foram atendidas. Primeiro, os recursos que vão compor o capital inicial do banco serão dos orçamentos oficiais dos governos e não das reservas dos bancos centrais, como queria o governo venezuelano. Segundo, a instituição funcionará com regras mínimas de solidez.

"O Banco do Sul funcionará dentro dos princípios da governança e da solidez dos bancos multilaterais, essa é uma condição que o Brasil estabeleceu", afirmou o ministro ontem, em entrevista na embaixada brasileira, em Buenos Aires. "Será auto-suficiente, tem que dar lucro, não poderá funcionar à base de subsídios e não será direcionado para projetos que não sejam rentáveis e eficientes."

Mantega explicou que a entrada de recursos das reservas dos países não está totalmente descartada, porém não será na estrutura de controle da instituição. "O Banco do Sul vai captar no mercado, oferecer títulos aos investidores. Se a Venezuela quiser usar suas reservas para comprar títulos do banco, poderá fazê-lo. No entanto não é participação acionária."

Nada se decidiu por enquanto sobre como vai funcionar o banco na prática. Segundo o ministro, os detalhes serão delineados em "reuniões de trabalho" para elaboração dos estatutos, nos próximos meses. Nessas reuniões, segundo ele, será definido o montante de capital inicial do banco, com quanto cada país vai contribuir, como será composta a diretoria, quem vai presidir e como serão feitos os empréstimos. Porém, não foram fixadas datas para a conclusão dos estatutos, nem se conhece até agora quanto cada país vai aportar. Só está decidido que a sede do Banco do Sul será em Caracas e que haverá uma "subsede" em Buenos Aires.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e cinco de seus colegas sul-americanos assinaram domingo, em Buenos Aires, a ata de fundação do Banco do Sul, uma instituição ainda sem capital definido, sem regras de operação e sem finalidade claramente estabelecida, mas, segundo o presidente brasileiro, decisiva para a integração da América do Sul. De fato, não tão decisiva neste momento.

O presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, de mal com Néstor Kirchner, da Argentina, por causa de uma fábrica de celulose, resolveu não comparecer e deixou para assinar depois. O colombiano Álvaro Uribe havia mostrado interesse no empreendimento, mas brigou com o venezuelano Hugo Chávez e ninguém sabe quando a Colômbia poderá aderir.

Alguns pontos parecem estar claros pelo menos para as autoridades financeiras de Brasília. Por exemplo, o aporte brasileiro não será financiado com reservas cambiais, disse em Buenos Aires o ministro da Fazenda, Guido Mantega, repetindo a informação fornecida na semana passada pelo secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Luiz Eduardo Melin. Isso contraria declaração recente do presidente venezuelano, Hugo Chávez, autor da proposta original de criação do banco.

“Nunca foi cogitado o uso das nossas reservas internacionais”, disse Melin. No Brasil, acrescentou, o uso de reservas obedece “a uma legislação bastante específica e clara quanto a sua destinação”. O secretário acertou na referência à lei, mas esse detalhe nem sempre foi considerado no Ministério da Fazenda. O ministro Mantega defendia até há pouco tempo o uso de reservas para a formação de um fundo soberano. Só recuou diante da oposição do presidente do Banco Central. O esclarecimento desse ponto pode ter contribuído para se evitar equívoco semelhante no caso do banco.

Não sendo possível o uso de reservas, a contribuição brasileira para o capital deverá sair diretamente do Tesouro ou de alguma instituição sob seu controle. Terá de ser recurso fiscal. De toda forma, a contradição entre as palavras de Chávez e as de Melin e Mantega é mais um sinal de que há importantes diferenças entre os governos envolvidos na criação do banco.

Para alguns desses governos, a nova instituição deve ser uma alternativa às fontes tradicionais de financiamento, como o FMI, o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O próprio ministro Guido Mantega, em recentes declarações em Washington, mencionou a criação de organismos de alcance regional como sucedâneos do Fundo. Noutras ocasiões, autoridades brasileiras - e o próprio Mantega, em Buenos Aires - têm se referido ao Banco do Sul como instituição de desenvolvimento, complementar ao Bird e ao BID.

Em Buenos Aires, o presidente Lula manifestou maior ambição, referindo-se à criação de um “fundo de estabilização para países com desequilíbrios no balanço de pagamentos”, para nos livrar da dependência exclusiva do FMI, mas não deixou claro se isso se refere a um projeto posterior.

O secretário Melin transmitiu, no Congresso Nacional, na quinta-feira, a idéia de um empreendimento clássico, baseado em critérios técnicos e na busca de retorno financeiro.

É impossível dizer, agora, se o governo brasileiro conseguirá sustentar, nos próximos passos, uma firme defesa da racionalidade. Brasília, desde o lançamento da idéia, cedeu mais de uma vez às pressões dos parceiros. No começo, as autoridades brasileiras até resistiram à proposta de criação do Banco do Sul, mas acabaram concordando - como tem ocorrido em outras negociações com parceiros da região. Na semana passada, em giro pelo Norte do Brasil, o presidente Lula repetiu o discurso da generosidade como instrumento de integração regional. Não se sabe como essa generosidade se refletirá na operação do banco.

O empreendimento reúne, por enquanto, os sócios plenos do Mercosul - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - e também Bolívia, Equador e Venezuela. As propostas do presidente Chávez têm tido apoio da maioria. O presidente Néstor Kirchner, dependente do financiamento venezuelano, foi o primeiro a aplaudir a proposta de criação do banco. Falta ver como se comportará sua mulher e sucessora, Cristina Kirchner.

#### **Henry Kissinger e a América do Sul** – Jose Luiz Fiori – Valor Econômico – Opinião - 14/12/2007

O diplomata norte-americano mais influente da segunda metade do século XX nasceu em Fürth, na Alemanha, em 1923. Mas imigrou para os Estados Unidos e se nacionalizou norte-americano em 1943, antes de doutorar-se na Universidade de Harvard, em 1954, onde foi professor e diretor do seu Centro de Estudos Internacionais, e do seu Programa de Estudos de Defesa, até 1971. Apesar disto, Heinz Alfred Kissinger não foi um acadêmico, foi sobretudo um consultor, funcionário e executivo da segurança nacional, e da política externa norte-americana. Desde 1953, no governo de Dwight Eisenhower, até o final da sua gestão como conselheiro de Segurança da Presidência e como secretário de Estado das administrações de Richard Nixon e Gerald Ford, entre 1968 e 1976. Neste último período, em particular, Henry Kissinger exerceu uma diplomacia pouco convencional e extremamente ágil, como formulador e operador direto de suas próprias decisões, cioso de suas idéias e do seu poder pessoal e institucional. Foi nesta época que ele tomou algumas decisões e liderou iniciativas do governo americano que deixaram marcas profundas na história da segunda metade do Século XX.

Entre suas iniciativas com sinal "positivo" destacam-se: a distensão das relações com a União Soviética e a negociação dos tratados de Não-Proliferação Nuclear, de "limitação das armas estratégicas" e de controle dos "mísseis balísticos", na década de 70; as negociações de paz, no Vietnã, que levaram à assinatura dos Acordos de Paris, em 1973; e, finalmente, a mais famosa de suas acrobacias diplomáticas, as viagens secretas à Pequim e suas negociações pessoais com Chou En-Lai e Mao Tsé-Tung , em 1971 e 1972, que levaram à reaproximação dos EUA com a China, nas décadas seguintes. Por outro lado, entre suas decisões e iniciativas "sangrentas", destacam-se: a autorização do bombardeio aéreo do Camboja e do Laos, tomada sem a autorização do Congresso americano, em 1969; o apoio à guerra do Paquistão com a Índia, no território atual de Bangladesh, em 1971; o apoio e financiamento ilegal da invasão do Chipre pela Turquia, em 1974; o apoio à invasão sul-africana de Angola, em 1975; e finalmente, também em 1975, o apoio à invasão



do Timor Leste, pela Indonésia, que se transformou numa ocupação de 24 anos e custou 200 mil vidas.

Separadamente, a América do Sul ocupa um lugar de destaque nesta lista "negra" das grandes decisões tomadas por Henry Kissinger, entre 1968 e 1976. Basta ler os documentos oficiais americanos que já estão disponíveis, e as várias pesquisas jornalísticas e acadêmicas que apontam para o envolvimento direto do ex-secretário de Estado americano com a preparação e execução dos violentos golpes militares que derrubaram os governos eleitos do Uruguai e do Chile, em 1973, e da Argentina, em 1976. Além, disto, existem inúmeros processos judiciais - em vários países (1) - envolvendo Henry Kissinger com a Operação Condor (2), que integrou os serviços de inteligência das Forças Armadas da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, para seqüestrar, torturar e assassinar personalidades políticas de oposição.

---

### **Segundo Kissinger, a América do Sul segue sendo essencial para os interesses americanos e deve ser mantida sob a hegemonia dos Estados Unidos**

---

Sempre causou perplexidade entre os analistas o apoio de Kissinger e da diplomacia americana à estas "intervenções militares" que se caracterizaram por sua extraordinária truculência. Mas não é difícil de entender o que aconteceu quando se olha para os interesses estratégicos dos EUA e sua defesa na América do Sul, da perspectiva de longo prazo, traçada por Nicholas Spykman em 1942(3). Spykman definiu o continente americano, do ponto de vista geopolítico, como primeira e última linha de defesa da hegemonia mundial dos EUA. Ele considerava improvável que surgisse um desafio direto à supremacia dos Estados Unidos na "América Mediterrânea", onde ele incluía o México, a América Central e Caribe, mas também a Colômbia e a Venezuela. Mas ele considerava que poderia surgir um desafio desta natureza, na região do ABC, no Cone Sul da América. E, neste caso, considerava inevitável o recurso à guerra. A sigla ABC refere-se a Argentina, Brasil e Chile, mas a região do ABC inclui também o território do Uruguai e do Paraguai, incluindo exatamente os mesmos cinco países que estiveram envolvidos na Operação Condor. Neste sentido, pode-se dizer que Henry Kissinger seguiu rigorosamente as recomendações de Nicholas Spykman com relação ao controle desta região geopolítica. Sua única contribuição pessoal foi a substituição da "guerra externa", proposta por Spykman, pela "guerra interna" das Forças Armadas locais contra setores de suas próprias populações nacionais. Mas, mesmo neste ponto Kissinger não foi original: recorreu ao método que havia sido utilizado pelos ingleses na Índia durante 200 anos. E em todos os lugares em que a Grã-Bretanha dominou estados fracos, utilizando elites divididas e subalternas, para controlar as suas próprias populações locais.

Nas décadas de 80 e 90, Henry Kissinger afastou-se da diplomacia direta, mas manteve sua influência pessoal e intelectual dentro do establishment americano e dentro das elites conservadoras sul-americanas. Em 2001, ele publicou um livro sobre o futuro geopolítico e sobre a defesa dos interesses americanos ao redor do mundo. Com relação à América do Sul, o autor atenuou a forma, mas manteve o "espírito" de Spykman: segundo Kissinger, a América do Sul segue sendo essencial para os interesses americanos e deve ser mantida sob a hegemonia dos Estados Unidos. Só que, hoje, a ameaça a esta hegemonia já não vem da Alemanha, nem da União Soviética, vem de dentro do próprio continente. No plano econômico: dos projetos de integração regional que excluam ou se oponham à Alca. E no plano político: dos populismos e nacionalismos que estão renascendo no continente,

segundo Kissinger. Por fim, mesmo que não tenha escrito de forma explícita, o entusiasmo demonstrado por Kissinger com as reformas liberais dos anos 90, e com os governos de Menem e Cardoso, não deixa dúvidas com relação à sua preferência e sua estratégia atual para a "região do ABC": depois dos militares, os "políglotas descalços".

(1) Na França, Henry Kissinger foi chamado a depor pelo juiz Roger Lê Loire, no processo sobre a morte de cidadãos franceses na Operação Condor e sob a ditadura militar chilena. O mesmo ocorrendo na Espanha, com a investigação do juiz Juan Guzman sobre a morte do jornalista americano Charles Horman sob a ditadura chilena. E também na Argentina, onde Kissinger está sendo investigado pelo juiz Rodolfo Canicoba por envolvimento na Operação Condor, assim como em Washington, onde existe um processo na corte federal com acusação contra Kissinger de haver dado a ordem para o assassinato do general Schneider, comandante-em-chefe das Forças Armadas Chilenas, em 1970.

(2) O interesse sobre o assunto foi reavivado recentemente pelo livro do jornalista Christopher Hitchens, "The Trial of Henry Kissinger", 2003, e pela resenha de Kenneth Maxwell do livro de Peter Kornbluh, "The Pinochet file: a Declassified Dossier on Atrocity and Accountability", publicado na Revista "Foreign Affairs", de dezembro de 2003, sobre as relações de Kissinger com o regime de Augusto Pinochet, em particular com o assassinato do diplomata chileno Orlando Letelier, em Washington, em 76.

(3) Fiori, J.L, "Nicholas Spykman e a América Latina", Valor, dia 4/12/2007)

**José Luís Fiori é professor titular do Instituto de Economia da UFRJ e autor do livro "O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações" (Editora Boitempo, 2007). Escreve mensalmente às quartas-feiras.**

**O Mercosul de Lula e Cristina** - Alexandre Barbosa e Ricardo Sennes – Valor Econômico – Opinião - 14/12/2007

Para boa parte dos analistas brasileiros passou despercebida a importância do resultado das recentes eleições na Argentina. Destacou-se o suposto populismo da política econômica kirchnerista, mas pouco se avançou no entendimento da nova fase por que passa este país. Pouco se falou também do aspecto estratégico que pode exercer a aliança Brasil-Argentina no presente quadro regional e internacional.

Procura-se, neste artigo, analisar os motivos por trás da relação controvérsida entre Lula e Nestor Kirchner no início de ambos os governos. Em seguida, discute-se como se deu a recuperação da economia argentina e seus impactos sobre o Brasil. Finalmente, ao analisar o padrão recente das relações econômicas entre os países e o andamento das negociações intra e extra-Mercosul, defende-se a necessidade de uma política de maior estreitamento da relação bilateral.

Lula e Nestor Kirchner atritaram-se bastante logo após a eleição do argentino. Abstraindo as diferenças de temperamento, geralmente exacerbadas pelos analistas, dois fatos concretos explicam esta relação conturbada ao menos até 2004. Primeiro, a diplomacia do nosso Ministério da Fazenda daquele tempo fez o máximo para distanciar o Brasil da Argentina durante o default e as negociações que se seguiram. Fez isso por temer um possível contágio. Foi, porém, um equívoco que resvalou para a agenda do Mercosul, contaminando as relações entre os dois países.

Por outro lado, o governo argentino retrucou fazendo da retórica nacionalista um sustentáculo da sua política econômica de "reindustrialização", subordinando a agenda integracionista a interesses internos e imediatos.

A distensão das relações foi se dando aos poucos, para o que contribuiu a própria recuperação da economia argentina, a cautela da diplomacia brasileira e os ganhos econômicos oriundos da relação bilateral.

Não custa lembrar que, entre 2003 e 2007, o crescimento anual da economia argentina foi de aproximadamente 9%. Três pilares permitiram este quadro impensável no auge da crise com seus corralitos e panelaços: o "desconto" obtido em parte importante da dívida pública; a manutenção de um câmbio desvalorizado; e a adoção de uma política fiscal, que se apóia nas retenções sobre as exportações. O setor público obteve superávits nominais. Os investimentos elevaram-se, junto com o nível de consumo e as exportações, inclusive industriais. O desemprego e a pobreza caíram pela metade.

Muito provavelmente, o próximo governo não conseguirá entregar uma evolução tão favorável em termos econômicos e sociais. Investimentos em infra-estrutura se fazem necessários, a inflação segue em trajetória de alta e reajustes das tarifas públicas são esperados. A taxa de crescimento, tudo indica, se desacelerará um pouco. De qualquer maneira, não se trata de uma expansão fictícia. Hoje, o PIB argentino situa-se a um nível cerca de 20% acima do verificado em 1998, ou seja, antes da recessão que acometeu o país entre 1999 e 2002.

Como o Brasil foi afetado pela recuperação argentina? A despeito do ceticismo de parcela das instituições empresariais e de alguns congressistas brasileiros - para quem o Mercosul se encontra estagnado e a Argentina se revela um parceiro de menor importância - vale a pena lançar mão de alguns indicadores.

---

### **O dinamismo das exportações industriais da Argentina se deve à capacidade de absorção de nosso mercado**

---

O Brasil apresentou um superávit comercial de US\$ 3,7 bilhões em 2006 com o vizinho platino, contra um déficit de quase US\$ 2,4 bilhões em 2002, no auge da crise. Quando analisamos apenas os bens industriais, o superávit brasileiro chega a quase US\$ 6 bilhões no ano passado. Este desempenho apenas se explica pela existência do Mercosul.

Quer dizer então que, ao contrário do que se imagina, os argentinos são os grandes perdedores na relação bilateral? Certamente não. Este déficit está concentrado em alguns setores: eletroeletrônico, automotivo, química e máquinas. O que a Argentina faz é transferir parte do multiplicador do investimento para o Brasil. Porém, paralelamente, o dinamismo das exportações industriais daquele país se deve à capacidade de absorção de nosso mercado. Entre 2003 e 2006, as exportações industriais argentinas para o Brasil duplicaram.

A corrente de comércio entre os dois países já superou a casa dos US\$ 20 bilhões anuais, acima dos US\$ 14 bilhões de 1998, quando se chegou ao pico dos anos noventa. Estes dados não indicam que o Mercosul já "deu tudo o que tinha que dar". Apenas apontam que o grau de integração entre as duas economias - não só comercial, mas também produtiva - já se encontra num tal patamar, que o intercâmbio bilateral mostra-se claramente pró-cíclico.

Colocando a questão sob outro prisma, pode-se dizer que o momento nunca foi tão propício como agora para se ousar na elaboração de uma agenda propositiva para o

Mercosul, que vá para além do comércio, de modo a abarcar outras dimensões da realidade econômica.

Hoje, não apenas com a Argentina, mas com os demais países da região, alguns dos principais pontos da agenda econômica referem-se à agilidade logística e a questões regulatórias. O aprofundamento da integração produtiva depende essencialmente dessas questões e da capacidade de se formular políticas setoriais coerentes no âmbito regional.

Mais importante ainda, além da coincidência em termos de ciclo econômico, as diretrizes de política externa dos países caminham no mesmo sentido, ainda que com diferenças de enfoques e prioridades em alguns temas.

Brasil e Argentina têm assumido posições muito próximas no que tange às negociações no âmbito da OMC e com a União Européia. Ambos os países possuem uma visão convergente com relação à agenda sul-americana e podem, de maneira associada, atuar para fazê-la avançar. O caso recente da Venezuela é elucidativo. Ambos afirmam que têm a ganhar em termos econômicos com a entrada desse país no Mercosul, além de temerem o isolamento do país andino. Nessa perspectiva estratégica, quanto mais próximos estiverem, melhor conseguirão lidar com os imprevistos trazidos pelo presidente Hugo Chávez.

Com Lula e Cristina, as oportunidades para o alargamento e aprofundamento do Mercosul parecem alvissareiras. Se mais uma vez a relação bilateral ficar aquém do potencial, não conseguindo vitimar a agenda da integração regional, é porque as políticas externas de Brasil e Argentina não terão amadurecido o suficiente para posicioná-los de forma soberana e competitiva neste cenário global caracterizado pela versatilidade das opções geopolíticas e das estratégias econômicas.

**Alexandre de Freitas Barbosa é doutor em Economia Aplicada pela Unicamp.**

**Venezuela deve entrar no Mercosul?** - Carlos Marchi – Estado de São Paulo – Nacional – 15/12/2007

TV Estadão reuniu especialistas para discutir democracia, investimentos e diplomacia na América Latina

O comportamento agressivo do presidente Hugo Chávez cria instabilidades para a América do Sul e pode inibir investimentos no bloco, se a Venezuela entrar para o Mercosul, defendeu o cientista político Carlos Melo, professor de sociologia e política do Ibmec São Paulo. O Brasil não pode impor cláusulas políticas e ideológicas para escolher seus parceiros e a Venezuela tem sido um grande parceiro econômico do Brasil, contra-atacou o sociólogo Aldo Fornazieri, diretor da Fundação Escola de Sociologia de São Paulo, no debate promovido quinta-feira pela TV Estadão.

Os dois defenderam, em comum acordo, no entanto, que os movimentos do tipo chavista são uma reação à secular exclusão de classes pobres na América Latina. “Os países têm de fazer reformas”, cobrou Melo. “A afirmação democrática na América Latina vai ser

definida por um processo de conflitos e de instabilidades”, afirmou Fornazieri. Abaixo, os principais trechos do debate:

**INGRESSO NO BLOCO - FORNAZIERI:** Temos 1.600 quilômetros de fronteira com a Venezuela. Recentemente houve investimentos brasileiros de R\$ 20 bilhões lá. E não há nenhuma ameaça, por parte do governo venezuelano, aos investimentos. Boa parte da indústria naval foi alavancada por compras do governo venezuelano. A Venezuela é, de fato, parceiro comercial. Se colocássemos cláusulas de ordem política e ideológica para definir parceiros, entraríamos em lógica absurda.

**MELO:** Os ambientes econômicos são baseados em instituições consolidadas, estáveis. Se você tem instabilidades, é natural, é do ser humano que haja retração. E há essa instabilidade quando a gente se refere à Venezuela. Até aqui não houve problemas com os investimentos brasileiros, mas há pouco tempo Chávez falou em estatizar os bancos espanhóis, por conta de um desacerto com o rei da Espanha. Eu não vejo essa garantia de que não terá instabilidades. E isso tende a inibir investimentos no Mercosul.

**FORNAZIERI:** A Venezuela não pode ser caracterizada como um regime ditatorial. Há um governo com viés autoritário, mas o próprio plebiscito demonstrou que não é uma ditadura. Tem voto universal, eleições periódicas e eleições competitivas, já que a oposição venceu as eleições. Estes três critérios, do ponto de vista da ciência política, são os que definem a democracia.

**MELO:** Simplesmente admitir a Venezuela no Mercosul traz risco muito grande. Minha observação não tem nada de ideológico, é pragmática, comercial. Você tem na Venezuela uma grande instabilidade. Que política podemos fazer? Podemos colocar o pé no freio e dizer: “Olha, não é o patamar de organização institucional democrática que nós, Brasil, queremos para a América Latina.”

**CLÁUSULA DEMOCRÁTICA - FORNAZIERI:** A cláusula democrática prevê condutas democráticas, assim como qualquer fórum internacional prevê a defesa da democracia. Uma coisa são defesas de princípios; outra são as relações efetivas e reais.

**MELO:** Na questão da cláusula, me parece que há dois aspectos a considerar. Primeiro, se a cláusula não serve para nada, vamos retirá-la. Mas, se serve para alguma coisa, vamos obedecer a ela e redefini-la.

**JUSTIÇA VENEZUELANA - FORNAZIERI:** Cabe à Venezuela encontrar a autodeterminação. Reconheço a necessidade de estabilidade das instituições políticas para um bom ambiente econômico. Agora, uma coisa é o desejo, outra coisa é a realidade. São séculos de exclusão, em que a face do liberalismo político apareceu como a face do privilégio. A afirmação democrática na América Latina vai ser definida por um processo de conflitos e de instabilidades, porque o ingresso das massas pobres, atores eleitorais novos, trará para o plano institucional conflitos antes colocados no plano social e no âmbito econômico.

MELO: Os países têm de fazer reformas. Vendo a derrota da CPMF dá para perceber o quanto ficou caro não fazer a reforma política. Temos de trabalhar com o conflito, mas no sentido de construir pactos. O movimento bolivariano tem sentido de existir, embora parta de agenda anacrônica. A formação do poder popular se assemelha aos soviéticos, quer dizer, não se caminha para a formação de diálogos. Imagine o quanto isso atinge a racionalidade de um investidor. Cria-se instabilidade que não é salutar. A reforma do Judiciário que Chávez fez foi intervenção em outro Poder.

**Banco do Sul: desperdício e inutilidade** - Mailson da Nóbrega – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 16/12/2007

Contra todas as evidências de sua desnecessidade, o Banco do Sul começou a vingar com a assinatura da ata de sua constituição no último domingo. Trata-se de mais uma obra do populismo, da ideologia e da ignorância que têm funcionado contra a região.

É sintomático que entre os fundadores - Argentina, Brasil, Bolívia, Equador, Paraguai, Venezuela e Uruguai - não esteja o Chile, o país sul-americano que mais avançou em instituições contra o populismo e propícias ao florescimento da democracia e da economia de mercado. O Peru não mostrou interesse. Se fizer contas, a Colômbia está fora.

A cerimônia homenageou os autores da infeliz idéia, Néstor Kirchner e Hugo Chávez. A ata marcou o último ato do ex-presidente da Argentina, enquanto a sede do banco será em Caracas, para prestigiar o presidente da Venezuela, seu maior inspirador.

Os discursos constituíram um festival de idiotices típicas, recheadas de frases sem conteúdo sério, nas quais a razão foi vencida pelo apelo emocional, fornecendo a falsa impressão de que o banco será a redenção regional.

O presidente da Bolívia, Evo Morales, disse uma besteira: o banco seria o primeiro passo para a moeda única da América do Sul. Na Europa, onde as condições eram melhores, a moeda única nasceu de quase meio século de convergência institucional e macroeconômica.

O presidente do Paraguai, Nicanor Duarte, viu o fim da “colonização das mentes”, que eliminará a dependência de organismos internacionais de crédito. Desinformação total. O banco, uma fonte de crédito raquítica, não concorrerá com esses organismos, que podem oferecer crédito mais disponível e barato.

Para Lula, “o banco é um passo decisivo para a integração da América do Sul” e vai assegurar “maior independência financeira” à região. Exagero. O banco não terá a menor importância para nós. Neste ano, os empréstimos externos obtidos pelo Brasil atingiram US\$ 29 bilhões até outubro. Fala-se que os recursos do banco serão US\$ 7 bilhões.

Chávez quer que o banco seja o nosso FMI, para evitar as condicionalidades e a influência do “imperialismo” americano. Puro populismo. A ausência ou a frouxidão de condicionalidades estimularão o comportamento irresponsável e o desperdício.

O porta-voz do governo brasileiro, Marcelo Baumbach, transmitiu uma mensagem sensata. “A solidez, a viabilidade e, principalmente, a eficácia do Banco do Sul dependerão de práticas e critérios firmes e críveis de governança e administração, que combinem, de forma justa e equilibrada, os princípios de representação paritária e da proporcionalidade.” O ministro Guido Mantega disse coisa parecida e assegurou que as reservas internacionais do Brasil não serão usadas para capitalizar o banco.

Se for assim, nos livraremos de maiores desperdícios, mas o banco terá pouca ou nenhuma utilidade. Ao contrário do que se tem dito, os países da região não têm dificuldade de acesso a instituições multilaterais de crédito. Para bons projetos não faltarão recursos do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF).

Na verdade, o acesso ampliado de países como o Brasil aos mercados internacionais de capitais - via abertura de capital das empresas e lançamento de papéis de dívida - criou um problema inverso, qual seja a baixa demanda pelo crédito dessas instituições.

As três organizações estão classificadas como grau de investimento. O Banco Mundial e o BID são triplo A, enquanto a CAF é A+, A1 ou AA, dependendo da agência de classificação. O Banco do Sul dificilmente alcançará esse status a curto e médio prazo. Pagará mais para captar recursos. Seus empréstimos serão mais caros.

Ainda não se sabe se na gestão do banco vigorará a prudência anunciada por funcionários brasileiros. Mesmo que não se transforme em canal para a indicação de apadrinhados e a concessão de empréstimos baseados em visões meramente políticas, cedo ou tarde se verá que as melhores fontes multilaterais de crédito, pelo menos quanto aos custos, continuarão sendo o Banco Mundial, o BID e a CAF.

Se não dispuser de adequados profissionais e boa governança, o Banco do Sul desperdiçará escassos recursos de seus acionistas. Se for bem estruturado, terá pouca ou nenhuma serventia. Talvez combine desperdício com inutilidade.

**\*Mailson da Nóbrega é ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria Integrada (e-mail: [mnobrega@tendencias.com.br](mailto:mnobrega@tendencias.com.br))**

**Um sistema de resolução das dissensões de natureza comercial e industrial célere e previsível resultará no fortalecimento do Mercosul**

O SUCESSO da experiência mais que cinquentenária do Mercado Comum Europeu/União Européia deve-se, em alto grau, à existência de mecanismo de solução de conflitos adequadamente formulado e utilizado inteligentemente pelas partes e pelos órgãos judicantes. Certamente essa receita, com as devidas adaptações, contribuiria fundamentalmente para alavancar o Mercosul.

O grande desafio que temos hoje pela frente no Cone Sul reside em dar verdadeiro acesso ao sistema de solução de controvérsias às pessoas e às empresas, hoje praticamente inexistente. A abertura da jurisdição às forças econômicas do bloco muito contribuiria para que um número crescente de problemas fosse resolvido em bases jurídicas e rapidamente, em razão dos prazos exíguos fixados em 2002, com a adoção do Protocolo de Olivos, e que vêm sendo religiosamente cumpridos.

Um sistema de resolução das dissensões de natureza comercial e industrial célere e previsível certamente resultará no fortalecimento do Mercosul. Outro importante avanço depende unicamente de as supremas cortes dos países-membros reunirem vontade política para terminar regulamentação há mais de dois anos iniciada. São regras, a maioria delas de cunho procedimental, que orientarão os juízes dos países do bloco na solicitação de opinião consultiva ao TPR (Tribunal Permanente de Revisão).

Embora já tenha esse tribunal exarado opiniões consultivas, a disseminação dessa prática só se dará após a devida regulamentação. A importância das opiniões consultivas é dúplice:

1) como mais de 90% das divergências relativas à aplicação de normas internacionais são resolvidas por juízes ou tribunais nacionais, é indispensável, para o bom funcionamento do bloco econômico, que haja um grau mínimo de interpretação uniforme, a ser dada, no seio do Mercosul, pelo TPR;

2) no atual estágio normativo, é por meio dessa opinião que o TPR poderá exarar interpretações em tese sobre normas do bloco aplicáveis a pessoas ou empresas, que posteriormente seriam aplicadas no caso concreto pelo juiz nacional. Para entender melhor o quadro que se apresenta, é imprescindível conhecer, em linhas básicas, sua recente evolução.

O Tratado de Assunção, que criou o Mercosul, foi parcimonioso relativamente à solução de conflitos. Logo depois, o assunto veio a ser objeto do Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias, que, em suma, adotou o procedimento arbitral para quando nem as negociações diretas nem a intervenção do Grupo Mercado Comum (órgão da cúpula da organização) conseguissem resolver a questão. O protocolo é menos efetivo no que tange à reclamação de pessoas físicas ou empresas particulares, que depende de aceitação



da respectiva seção nacional para poder ser examinada pelo Grupo Mercado Comum. Em 1994, quando se cuidou da estruturação institucional do Mercosul, muito se esperou que se formulasse robusto sistema de solução de controvérsias. Daí a decepção havida quando o Protocolo de Ouro Preto se limitou a manter o sistema adotado pelo Protocolo de Brasília, apenas acenando com um sistema permanente.

Essa previsão cumprir-se-ia com a adoção do Protocolo de Olivos, quando se chegou ao atual estágio. Em largos traços, esse protocolo manteve o procedimento arbitral estatuído anteriormente para a solução de controvérsias entre Estados, mas abriu a possibilidade de recurso ao novel TPR. Se os Estados preferirem, podem apresentar a contenda diretamente ao tribunal, que o julgará em instância única.

A grande novidade, contudo, reside em permitir a qualquer juiz dos países-membros requerer opinião consultiva ao TPR quando as causas em julgamento dependerem de interpretação de normativa do Mercosul. A solução de conflitos entre Estados, de figurino arbitral, embora satisfatória, poderia evoluir para uma solução judicial propriamente dita. Atenderia a uma antiga aspiração e, ao mesmo tempo, possibilitaria a criação de real jurisprudência, implicando maior previsibilidade e segurança jurídica.

Com relação às pessoas físicas e às empresas, a solução de reclamações passa, sucessivamente, por consultas entre as seções nacionais do Grupo Mercado Comum dos Estados em que haja a contenda, pela intervenção do próprio Grupo Mercado Comum, pelo exame e parecer por especialistas, o que é nitidamente insatisfatório. \***JOÃO GRANDINO RODAS**, 62, desembargador federal aposentado, é presidente do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul e diretor da Faculdade de Direito da USP. Foi presidente do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

**O perdedor** – O Globo – Opinião – Tema de discussão: Chávez ou o Mercosul? – 16/12/2007

Por pressão do governo, a proposta de entrada da Venezuela no Mercosul venceu o primeiro obstáculo no Congresso, ao ser aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

Era previsível, dado o controle que o Planalto tem da Casa. Falta, ainda, a apreciação do plenário, antes do assunto ir para o Senado.

Felizmente, há um outro equilíbrio de forças nessa Casa. Nela, poderá ser travado um real debate sobre as inconveniências de o Mercosul conceder sinal verde ao histriônico caudilho Hugo Chávez.

O primeiro grande obstáculo à entrada da “bolivariana” Venezuela no bloco está na cláusula democrática incluída nos estatutos do Mercosul, pela qual regimes ditatoriais não podem participar do grupo.

A sociedade venezuelana resiste à investida antidemocrática de Chávez e conseguiu, pela primeira vez, derrotar o caudilho nas urnas, ao rejeitar uma proposta de Constituição de figurino autocrático.

Há em Brasília quem interprete o desfecho do plebiscito como prova do vigor da democracia chavista.

Não passa de profundo equívoco, pois a Carta que se mantém em vigor, também imposta por Chávez, está muito longe de ser democrática. O plebiscito apenas evitou — não se sabe até quando — o mergulho definitivo do país num regime ditatorial.

A capacidade desagregadora de Chávez, alguém de personalidade exótica, criará muitos problemas para o Mercosul, no momento em que o grupo se encontra emparedado no comércio mundial depois do fracasso da Rodada de Doha. As negociações bilaterais que precisam ser aceleradas sofrerão os efeitos do estilo bolivariano de criar dificuldades nas relações diplomáticas.

Também no aspecto técnico, a entrada do país no Mercosul patina: apesar de o protocolo de adesão ter sido assinado em julho de 2006 em Caracas, até agora não foi fornecido o cronograma de abertura comercial da economia venezuelana ao bloco.

Sempre que a política e a ideologia preponderam em assuntos que precisam ser analisados com frieza, pode-se garantir que os presságios são de graves dificuldades à frente. Não para Chávez, que não se cansa de buscar palanques, mas para o Mercosul, no qual o Brasil é o que sempre tem mais a perder.

**Fatos concretos** – Artur Henrique dos Santos e João Antônio Felício – O Globo – Tema em Discussão – 16/12/2007

A CUT tem sido uma permanente defensora do Mercosul. Nesse sentido, concordamos e defendemos a entrada da República Bolivariana da Venezuela no Mercosul, ato que significa um grande passo rumo ao projeto da integração sulamericana.

Não podemos entender e muito menos aceitar a oposição a essa adesão que tem sido manifestada pelo DEM, o PPS e o PSDB. A posição manifestada por esses partidos, como no debate ocorrido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados no final de novembro, é contra os interesses brasileiros e só se explica pela oposição ideológica desses partidos aos êxitos da política externa brasileira praticada pelo governo atual. É importante que se diga que nossa defesa de ter a Venezuela como sócia do Mercosul não está baseada apenas em retórica, mas sim em fatos concretos.

O Mercosul adiciona hoje 25% ao Brasil em termos de potencial de mercado. Este ganho com o ingresso da Venezuela chegaria a 40%. O país possui o segundo maior saldo comercial da América Latina (US\$ 33 bilhões), depois do Brasil, mas o déficit comercial não petrolífero mais que dobrou entre 2003 e 2005. O Brasil já figura como grande fornecedor da Venezuela, à frente de México e China, perdendo apenas para Colômbia e Estados Unidos. Várias empresas brasileiras estão engajadas em fornecer serviços, equipamentos, navios e investimentos para o setor petrolífero, químico e petroquímico venezuelano. Parte desses projetos se desdobra para o Norte e o Nordeste brasileiros sob a forma de refinarias, indústrias de transformação e gasoduto.

Foi por esta razão que há poucas semanas os governadores do Norte e do Nordeste do Brasil, bem como vários parlamentares das duas regiões, mandaram uma carta ao Congresso pedindo que fosse aprovada a adesão da Venezuela e, no mesmo sentido, importantes empresários, que investem e vendem na região também têm se manifestado, contrariando a resistência inexplicável de algumas de suas entidades corporativas.

**Mercosul realiza cúpula na sua pior crise** – Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo – O Globo – Economia – 17/12/2007

Bloco firma com Israel primeiro acordo de comércio com um país não integrante

**Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo**

**Enviadas especiais**

**MONTEVIDÉU.**

O Mercosul realiza amanhã uma nova cúpula de presidentes mergulhado em seu pior momento. A avaliação é de dois influentes negociadores — um brasileiro e um argentino — que participarão, hoje e terça-feira, das discussões. Sem o tradicional jantar presidencial oferecido pelo país anfitrião, que foi desmarcado pelo presidente Tabaré Vázquez quase às vésperas do evento, a reunião refletirá o clima de tensão que predomina entre os sócios.

A boa notícia do evento é a assinatura do primeiro tratado de livre comércio do bloco com outro país, no caso, Israel. O objetivo é reduzir as tarifas de cerca de quatro mil itens a zero, sendo de alguns produtos agora e de outros em um período de quatro anos ou mais, dependendo do setor.

Entre janeiro e setembro deste ano, as exportações de Israel para o Mercosul alcançaram US\$ 541 milhões. Já as importações de produtos do bloco sulamericano somaram US\$ 551 milhões.

O principal parceiro comercial de Israel é o Brasil. Os argentinos, segundo negociadores brasileiros, foram os que mais criaram dificuldades ao tratado, por causa das concessões em produtos industrializados.

Para o Brasil, o mais importante no acordo é a abertura do mercado israelense para produtos agrícolas.

A lista de conflitos entre os integrantes do bloco é variada: argentinos e uruguaios continuam em pé de guerra por causa da fábrica de celulose no Rio Uruguai; o governo Vázquez insistirá no pedido de sinal verde para negociar um tratado de livre comércio com os EUA; e a Venezuela redobrá a pressão para acelerar seu processo de incorporação plena ao bloco. Para piorar esse quadro de conflitos, o Brasil, atendendo a uma decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC), anunciará que não vai mais importar pneus reformados de Uruguai e Paraguai, parceiros que há anos se queixam das assimetrias econômicas dentro do bloco.

— Sem dúvida, passamos por nosso pior momento. Nos últimos meses, não deu para avançar em nada — disse uma fonte do governo brasileiro.

Com exceção dos presidentes do Mercosul, incluindo o venezuelano Hugo Chávez, de fora do bloco apenas a presidente do Chile, Michelle Bachelet, confirmou presença, ao contrário de anos anteriores, em que associados como Bolívia, Peru, Colômbia e Equador participavam dos debates e defendiam a integração regional.

Dois fatores explicam esse cenário.

Por um lado, as graves crises internas, por exemplo, a da Bolívia. De outro, a negociação de acordos bilaterais de comércio com os Estados Unidos, casos de Colômbia e Peru.

— A não ser que em seus discursos os presidentes anunciem acordos que não estão previstos, avançamos muito pouco.

O Mercosul está morno, quase frio — disse o subsecretário de Integração Econômica do governo argentino, Eduardo Sigal.

Na tentativa de melhorar o clima de insatisfação generalizada no bloco, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarca hoje em Montevidéu com um discurso voltado para a integração na América do Sul. Ele pedirá paciência à Venezuela quanto à sua adesão ao bloco.

— Lula dirá que devemos persistir no ingresso da Venezuela, mas entendendo que o processo técnico é demorado — disse uma fonte brasileira.

### **Os 'políglotas descalços' - José Luís Fiori – Carta Maior - 18/12/2007**

Sempre causou perplexidade entre os analistas o apoio de Kissinger e de sua diplomacia às truculentas 'intervenções militares' na América do Sul. Mas não é difícil de entender isso quando se olha os interesses dos EUA da perspectiva de longo prazo, traçada por Nicholas Spkyman em 1942.

Heinz Alfred Kissinger, o diplomata norte-americano mais influente, da segunda metade do século XX, nasceu em Fürth, na Alemanha, em 1923. Mas imigrou para os Estados Unidos, e se nacionalizou norte-americano em 1943, antes de doutorar-se na Universidade de Harvard, em 1954, onde foi professor e diretor do seu Centro de Estudos Internacionais e do seu Programa de Estudos de Defesa, até 1971. Apesar disto, Henry Kissinger não foi um acadêmico, foi sobretudo um consultor, funcionário e executivo da segurança nacional, e da política externa norte-americana. Desde 1953, no governo de Dwight Eisenhower, até o final da sua gestão como Conselheiro de Segurança da Presidência, e como Secretario de Estado das administrações de Richard Nixon e Gerald Ford, entre 1968 e 1976. Neste último período, em particular, Henry Kissinger exerceu uma diplomacia pouco convencional e extremamente ágil, como formulador e operador direto de suas próprias decisões, cioso de suas idéias e do seu poder pessoal e institucional. Foi nesta época que ele tomou algumas decisões e liderou iniciativas do governo americano, que deixaram marcas profundas na história da segunda metade do século XX.

Entre suas iniciativas com sinal “positivo”, destacam-se: a distensão das relações com a União Soviética e a negociação dos tratados de “não proliferação nuclear”, de “limitação das armas estratégicas” e de controle dos “mísseis balísticos”, na década de 70; as negociações de paz no Vietnã, que levaram à assinatura dos Acordos de Paris, em 1973; e, finalmente, a mais famosa de suas acrobacias diplomáticas, as viagens secretas a Pequim, e suas negociações pessoais, com Chou en Lai e Mao Tse Tung , em 1971 e 1972, que levaram à reaproximação dos Estados Unidos com a China nas décadas seguintes.

Por outro lado, entre suas decisões e iniciativas “sangrentas”, destacam-se: a autorização do bombardeio aéreo do Camboja e do Laos, tomada sem a autorização do Congresso Americano, em 1969; o apoio à guerra do Paquistão com a Índia, no território atual de Bangladesh, em 1971; o apoio e financiamento ilegal da invasão do Chipre, pela Turquia, em 1974; o apoio à invasão sul-africana de Angola, em 1975; e, finalmente,

também em 1975, o apoio à invasão do Timor Leste, pela Indonésia, que se transformou numa ocupação de 24 anos, e custou 200 mil vidas.

Separadamente, a América do Sul ocupa um lugar de destaque nesta lista “negra” das grandes decisões tomadas por Henry Kissinger, entre 1968 e 1976. Basta ler os documentos oficiais americanos que já estão disponíveis e as várias pesquisas jornalísticas e acadêmicas que apontam para o envolvimento direto do ex-secretário de Estado Norte-americano com a preparação e execução dos violentos golpes militares que derrubaram os governos eleitos do Uruguai e do Chile, em 1973, e da Argentina, em 1976. Além, disto, existem inúmeros processos judiciais - em vários países (*nota 1*) – envolvendo Henry Kissinger com a Operação Condor (*nota 2*), que integrou os serviços de inteligência das Forças Armadas da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, para seqüestrar, torturar e assassinar personalidades políticas de oposição.

Sempre causou perplexidade entre os analistas o apoio de Kissinger e da diplomacia americana a estas “intervensões militares”, que se caracterizaram por sua extraordinária truculência. Mas não é difícil de entender o que aconteceu quando se olha para os interesses estratégicos dos Estados Unidos e sua defesa na América do Sul, da perspectiva de longo prazo, traçada por Nicholas Spykman, em 1942. Spykman definiu o continente americano, do ponto de vista geopolítico, como primeira e última linha de defesa da hegemonia mundial dos Estados Unidos. Dentro deste hemisfério, ele considerava improvável que surgisse um desafio direto à supremacia dos Estados Unidos na “América Mediterrânea”, onde ele incluía o México, a América Central e Caribe, mas também a Colômbia e a Venezuela.

No entanto, ele considerava que poderia surgir um desafio desta natureza na região do ABC, no Cone Sul da América. E, neste caso, ele considerava inevitável o recurso à guerra. A sigla ABC refere-se a Argentina, Brasil e Chile, mas a região do ABC inclui também o território do Uruguai e do Paraguai - exatamente os cinco países que estiveram envolvidos na Operação Condor. Neste sentido, se pode dizer que Henry Kissinger seguiu rigorosamente as recomendações de Nicholas Spykman com relação ao controle desta região geopolítica. Sua única contribuição pessoal, foi a substituição da “guerra externa”, proposta por Spykman, pela “guerra interna” das Forças Armadas locais contra setores de suas próprias populações nacionais. Mas, mesmo neste ponto, Kissinger não foi original: recorreu ao método que havia sido utilizado pelos ingleses na Índia, durante 200 anos. E em todos os lugares em que a Grã Bretanha dominou Estados fracos, utilizando suas elites divididas e subalternas, para controlar as suas próprias populações locais.

Nas décadas de 80 e 90, Henry Kissinger afastou-se da diplomacia direta, mas manteve sua influência pessoal e intelectual dentro do establishment americano e dentro das elites conservadoras sul-americanas. Em 2001, ele publicou um livro sobre o futuro geopolítico e sobre a defesa dos interesses americanos ao redor do mundo (*nota 3*). Com relação à América do Sul, o autor atenuou a forma, mas manteve o “espírito” de Spykman: segundo Kissinger, a América do Sul segue sendo essencial para os interesses americanos, e deve ser mantida sob a hegemonia dos Estados Unidos. Só que, hoje, a ameaça à esta hegemonia já não vem da Alemanha, nem da União Soviética, vem de dentro do próprio continente. No plano econômico: dos projetos de integração regional que excluam ou se

oponham à Alca. E no plano político: dos populismos e nacionalismos que, segundo ele, estão renascendo no continente, segundo Kissinger. Por fim, mesmo que não tenha escrito de forma explícita, o entusiasmo demonstrado por Kissinger com as reformas liberais dos anos 90 e com os governos de Menem e Cardoso não deixa dúvidas com relação à sua preferência e sua estratégia atual para a “região do ABC”: depois dos militares, os “políglotas descalços”.

### Notas

- (1) Na França, Henry Kissinger foi chamado a depor, pelo juiz Roger Lê Loire, no processo sobre a morte de cidadão franceses na Operação Condor, e sob a ditadura militar chilena. O mesmo ocorrendo na Espanha, com a investigação do juiz Juan Guzman, sobre a morte do jornalista americano Charles Horman, sob a ditadura chilena. E também na Argentina, onde Kissinger está sendo investigado pelo juiz Rodolfo Canicoba, por envolvimento na Operação Condor, assim como em Washington, onde existe um processo na corte federal com acusação, contra Kissinger de haver dado a ordem para o assassinato do Gal Schneider, Comandante em Chefa das Forças Armadas Chilenas, em 1970.
- (2) *O interesse sobre o assunto foi reavivado recentemente, pelo livro do jornalista Christopher Hitchens, The Trial of Henry Kissinger(2003), e pela resenha de Kenneth Maxwell, do livro de Peter Kornbluh, The Pinochet file: a Desclassified Dossier on Atrocity and Accountability, publicado na Revista Foreign Affairs, de Dezembro de 2003, sobre as relações de Kissinger com o regime de Augusto Pinochet, em particular com o assassinato do diplomata chileno Orlando Letelier, em Washington, 1976.*
- (3) Kissinger, H., (2001), Does America Need a Foreign Policy. Toward a Diplomacy for the 21 st Century, Simon&Schuster, New York.

José Luís Fiori, cientista político, é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Mercosul assina hoje acordo com Israel** - Marina Guimarães, Denise Chrispim Marin e Ariel Palacios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/12/2007

Detalhes do primeiro tratado comercial do bloco com um país de fora da América do Sul já estão definidos

**Montevidéo** - Os ministros de Economia e Fazenda e de Relações Exteriores dos países membros do Mercosul acertam os últimos detalhes dos acordos que os presidentes assinam hoje em Montevidéo, Uruguai. Um deles é o Tratado de Livre Comércio (TLC) com Israel. Será o primeiro TLC que o bloco assinará com um país fora da América do Sul desde a sua criação, em 1991. O acordo é criticado por empresários argentinos, que temem um desvio de comércio. E é visto com desconfiança pela Venezuela.

O tom político se deve à estreita relação que o presidente venezuelano Hugo Chávez mantém com o Irã, país inimigo de Israel. A Venezuela ainda não foi aprovada como associada plena ao Mercosul, enquanto Israel terá livre comércio com o bloco regional. O anúncio da assinatura do acordo foi feito pelo chanceler uruguaio Reinaldo Gargano na sexta-feira, e foi confirmado pela embaixada de Israel em Montevidéu.

O Mercosul já tem TLC com Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Enrique Mantilla, presidente da Câmara de Exportadores da Argentina (Cera) alerta para a falta de regras claras sobre quantas partes importadas um bem pode ter para ser considerado nacional. “A falta de regras específicas de origem pode permitir que os sócios menores importem produtos, agreguem algo de valor e exportem para Argentina e Brasil com valor maior.”

Segundo o embaixador Regis Arslanian, representante permanente do Brasil na Associação Latino-americana de Integração (Aladi) e no Mercosul, os detalhes do acordo já estão definidos. “O acordo prevê liberalização dos produtos em até 10 anos e abarca 95% do comércio do lado do Mercosul e 97% do lado de Israel.”

Arslanian afirma que o tratado põe fim a dez anos de negociações e é “uma oferta generosa” do Mercosul. Para o diplomata, o acordo mostra que o Mercosul quer abrir seu mercado para outras parcerias. “Estamos dispostos a negociar.”

O negociador argentino Eduardo Sigal, subsecretário de Integração Econômica e Mercosul, disse que 70% dos bens negociados entre os países do Mercosul e Israel terão alíquotas de importação zero em prazo de quatro anos. O livre comércio envolverá 85% de todos os bens em oito anos, chegando a 99% em dez anos.

No ano passado, o comércio entre o Mercosul e Israel somou cerca de US\$ 1,1 bilhão, com os negócios entre o Brasil e Israel respondendo por 65% do total. A expectativa é de que o acordo permita um aumento significativo do comércio entre o bloco e Israel, país de 6 milhões de habitantes e PIB de US\$ 128 bilhões.

**Negociação entre Mercosul e UE deve recomeçar em maio de 2008** - Denise Chrispim Marin, Ariel Palacios e Jamil Chade - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/12/2007

Como demonstração da vontade política, europeus destinaram ontem 50 milhões a projetos do Mercosul

Congeladas nos últimos dois anos, as negociações de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia (UE) devem voltar à mesa a partir de maio de 2008. Ontem, em um gesto destinado a enfatizar a “vontade política” do bloco europeu para a retomada das negociações, a Comissão Européia despejou 50 milhões (US\$ 72,2 milhões) em projetos para o fortalecimento institucional do Mercosul. A iniciativa foi

complementada com uma declaração conjunta sobre a cooperação entre os blocos até 2013, assinada pelo comissário europeu de Assuntos Econômicos e Monetários, o espanhol Joaquín Almunia, e o chanceler uruguaio, Reinaldo Gargano.

O impulso de Bruxelas em direção ao Mercosul acontece em um momento de estagnação das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de ceticismo em relação à possibilidade de conclusão desse acordo multilateral até o fim de 2008.

Ocorre também logo depois do fracasso da tentativa europeia de iniciar negociações sobre livre comércio com a África, na Cúpula de Lisboa, no último dia 9 - e em um ambiente livre do contrapeso de outra discussão importante do Mercosul na área comercial, como era a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), abortada em novembro de 2005.

Em princípio, as áreas técnicas do Mercosul e da UE deverão se reunir em março para tratar do possível relançamento das negociações em maio, às margens da reunião ministerial América Latina-União Europeia. A UE, no entanto, não deverá fazer nova proposta, segundo se informa em Bruxelas.

Na declaração assinada ontem, oportunamente foi destacado o fato de a União Europeia ser o maior sócio comercial do Mercosul, com um fluxo de US\$ 86,7 bilhões em 2006 e superávit de US\$ 52,0 bilhões para o bloco.

“Queremos fazer disso uma realidade a partir de maio de 2008. Há dificuldades, como em toda negociação importante, mas com boa vontade podemos superá-las”, disse Joaquín Almunia. “A chave do futuro pode estar em que europeus e sul-americanos nos entendamos econômica e politicamente para influir no mundo. A América do Sul é o continente da esperança, e só o que pode frustrá-la é a nossa incompetência”, acrescentou o chanceler Gargano.

A primeira dificuldade, entretanto, é a falta de confiança do Mercosul nos negociadores da UE. Apesar das reiteradas declarações em favor da retomada desse processo, o negociador-chefe europeu, o alemão Karl Falkenberg, teve seus métodos criticados pelos seus pares do Mercosul. Mas continuará no posto e deverá ser encarregado da tentativa de engrenar as discussões.

Numa das discussões delicadas que levaram ao congelamento das negociações, em 2005, Falkenberg propusera a adoção de uma cota aparentemente maior para os embarques de carne bovina do Mercosul para a UE. No detalhamento, os negociadores do Mercosul perceberam que a bela proposta não passava de uma armadilha - quanto maior a exportação em um ano, menor a cota do Mercosul no ano seguinte.

**Conflitos na OMC** - A ausência de regras comuns no Mercosul sobre defesa comercial e sobre investimentos levou a Argentina a abrir uma controvérsia contra medidas antidumping aplicadas pelo Brasil sobre as resinas PET que fabrica



A Organização Mundial do Comércio (OMC) contrariou a decisão do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, que determinara ao Brasil suspender as barreiras à importação de pneus usados do Uruguai. O Brasil propõe a criação de uma política comum no bloco sobre o tema

Passados 17 meses da assinatura do protocolo de adesão ao Mercosul, a Venezuela não terá direito a voto nas reuniões até os Congressos do Brasil e do Paraguai aprovarem o protocolo

O país não concluiu negociações de sua adequação às normas do bloco e da liberalização do comércio com Brasil e Argentina até 2014

Chávez não desistiu do projeto de reforma constitucional, mesmo após o referendo que o rejeitou. Isso levanta suspeita sobre a adequação do país à Cláusula Democrática do bloco

Há dois anos, o Mercosul faz vista grossa ao conflito entre Argentina e Uruguai em torno da fábrica de celulose instalada no município uruguaio de Fray Bentos, sobre o Rio Uruguai, que divide os dois países.

O caso está na Corte Internacional de Justiça de Haia. A mediação da Espanha não surtiu resultado e os piquetes continuam a bloquear a fronteira. Cristina acirrou a crise que seu antecessor e marido, Néstor Kirchner, arrastava. No discurso de posse, atacou Vázquez. A Argentina exige o desmantelamento da fábrica, alegando que sua construção viola o Tratado do Rio Uruguai

#### A CRISE DE CADA UM

Brasil - Luiz Inácio Lula da Silva

Derrotado no Senado, em sua tentativa de prorrogar a cobrança da Contribuição Social sobre a Movimentação Financeira (CPMF), terá de fazer um corte no Orçamento de 2008 para compensar a perda de R\$ 40 bilhões

Argentina - Cristina Kirchner

Empossada no último dia 10, a presidente já está às voltas com um escândalo de corrupção em sua campanha eleitoral, o caso da maleta, e com conflitos com lideranças sindicais

Paraguai - Nicanor Duarte Frutos

Às vésperas da eleição presidencial (abril), amarga um fim de mandato sem nenhuma garantia de vir a fazer seu sucessor

Uruguai - Tabaré Vázquez

A coalizão de centro-esquerda que o apóia não o autoriza a negociar um tratado de livre comércio com os Estados Unidos

Venezuela - Hugo Chávez

Derrotado no referendo sobre sua proposta de reforma constitucional, se vê diante da queda da produção de petróleo e da suspeita de ter financiado a campanha de Cristina Kirchner, no caso da maleta

Chile - Michele Bachelet

Seu governo socialista mostra-se fragilizado pelas recorrentes revoltas estudantis e greves no setor de transportes

Bolívia - Evo Morales

É personagem ausente nesta reunião de cúpula do Mercosul, por causa dos conflitos políticos internos, acentuados pelo processo de aprovação da nova Constituição e pelos movimentos separatistas em cinco Estados

#### DECISÕES ESPERADAS

Acordos comerciais

O acordo de livre comércio com Israel, que prevê a liberalização total das trocas bilaterais até o fim de 2017, será fechado hoje. A União Européia doou ontem 50 milhões ao Mercosul e reiterou “vontade política” de retomar negociações sobre o livre comércio, congeladas desde 2005

Dupla tributação da TEC

Ficará para dezembro de 2008. Itens relevantes, como a formação do Código Aduaneiro do Mercosul e a maneira como se dará a partilha da tarifa de importação, continuam a gerar pesadas discussões

Fundo para pequenas e médias empresas

Desde julho passado, o Mercosul tenta criar as regras para um fundo de apoio para esses setores empresariais. O tema ficará para 2008

Focem

Criado no ano passado, o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul aprovou 16 projetos para a redução de assimetrias econômicas, que serão financiados por um caixa de US\$ 125 milhões. Até agora, foram liberados apenas US\$ 5 milhões, para dois projetos

Integração de cadeias produtivas

Será criado um grupo para tratar da integração da cadeia automotiva, de petróleo, de desenvolvimento de negócios à margem de estradas históricas e de discussão empresarial

**OMC vai investigar EUA sobre subsídios agrícolas** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/12/2007

#### **Reclamação foi apresentada por Brasil e Canadá**

DA BLOOMBERG - A OMC (Organização Mundial do Comércio) aceitou investigar reclamações do Brasil e do Canadá contra subsídios concedidos pelos EUA a produtores de culturas como milho, soja, algodão e arroz.

Para autoridades dos dois países, a ajuda dos Estados Unidos é ilegal e prejudica agricultores de outros países, pois distorcem o comércio.

Os subsídios norte-americanos superaram o limite anual de US\$ 19,1 bilhões em todos os anos de 1999 a 2005, com exceção de 2003, segundo reclamações apresentadas pelo Brasil e pelo Canadá.

Em outubro, autoridades americanas disseram que seus subsídios agrícolas que mais causavam distorções ao comércio ficaram dentro dos limites impostos pela OMC e nunca superaram a marca de US\$ 13 bilhões de 2002 a 2005.

A OMC "formou um único painel para examinar a reclamação do Canadá contra os subsídios dos EUA, e contra outros subsídios internos concedidos para o milho e outros produtos agrícolas, e para analisar a reclamação do Brasil contra os apoios financeiros internos e as garantias de crédito para a exportação concedidas a produtos agrícolas", informou o órgão de arbitragem em e-mail divulgado ontem.

O organismo vai apontar um painel de especialistas para examinar a disputa e apresentar um relatório em seis meses. Ainda cabe apelação para o veredicto desse painel. O Brasil apresentou a reclamação na OMC em julho.

Os juízes da OMC geralmente levam um ano ou mais para tomar uma decisão a respeito de reclamações.

Os subsídios agrícolas concedidos por governos ricos a seus produtores são um dos pontos mais difíceis das negociações da Rodada Doha, que buscam gerar um acordo mundial para a redução das barreiras comerciais. O Brasil e o Canadá argumentam que, segundo as normas da OMC, alguns subsídios diretos concedidos aos agricultores norte-americanos não podem ser considerados como pagamentos não causadores de distorções, como os subsídios alimentícios concedidos a países pobres, além de programas de pesquisa e conservação.

Na semana passada, o Senado dos Estados Unidos aprovou um projeto de lei para a área agrícola no valor de US\$ 286 bilhões. O texto rejeita os limites para subsídios a agricultores que desempenhem suas atividades em tempo integral.

A legislação, ao lado de um pacote que a Câmara dos Representantes (deputados) americana aprovou em julho, não reduziu significativamente os programas de subsídios, que, de acordo com a OMC, dão aos produtores agrícolas dos Estados Unidos uma vantagem injusta em relação aos agricultores dos países mais pobres.

O presidente George W. Bush já ameaçou vetar a lei, afirmando que ela é muito cara e deveria cortar subsídios.

**Pela Venezuela no Mercosul** – Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo – O Globo – Economia – 18/12/2007

Presidentes pedirão que legislativos acelerem adesão ao bloco

**Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo**

Enviadas especiais MONTEVIDÉU.

Num claro recado aos congressos de Brasil e Paraguai, os presidentes do Mercosul pedirão hoje a aceleração do processo de adesão da Venezuela ao bloco. O movimento começou ontem, com o chanceler do país vizinho, Nicolás Maduro, comemorando o apoio dos quatro sócios. A expectativa é que o presidente Lula faça um discurso defendendo a adesão do país.

— Esperamos que se cumpram os passos dos parlamentos e consideramos que a atitude dos quatro sócios é muito importante para nós — disse Maduro.

Ele evitou a agressividade que era comum quando se falava da resistência de parlamentares brasileiros.

Tampouco deu ultimato, com prazo para o Congresso aprovar a matéria.

Disse esperar que a Venezuela entre no bloco em 2008 e defendeu a integração comercial, energética, financeira e política.

O chanceler uruguaio, Reinaldo Gargano, informou que a Venezuela apresentou um documento reafirmando sua intenção de entrar no Mercosul. Referindo-se, sem citar nomes, a EUA e União Européia, afirmou: — Há muita gente de fora do Mercosul que não quer. Estamos dispostos a encarar essa batalha, pois queremos a Venezuela no bloco.

O protocolo de adesão da Venezuela já foi aprovado pelos legislativos da Argentina e do Uruguai. No Brasil, o texto passou na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e será apreciado pelo plenário no início do ano que vem. Mas haverá dificuldades no Senado, onde a oposição é maioria e diz que Hugo Chávez não pratica a democracia e atrasou o cronograma de liberalização do comércio.

A questão da Venezuela é apenas um dos problemas que serão discutidos. Paraguaio e uruguaio estão insatisfeitos com o Mercosul, pedem algum tipo de compensação para corrigir as assimetrias econômicas, mas enfrentam certa má vontade dos argentinos. Um exemplo é a unificação do sistema aduaneiro.

O presidente Lula chegou ontem à noite em Montevideu. Participará da reunião de presidentes e, em seguida, num ato simbólico, reabrirá as operações do Banco do Brasil no Uruguai, fechado na década de 90. Lula terá um encontro bilateral com seu colega uruguaio, Tabaré Vázquez, e tratará de um tema delicado: o fim das importações de pneus usados.

Os presidentes do Mercosul vão assinar hoje um acordo de livre comércio com Israel, o primeiro a ser selado pelo bloco desde sua criação, em 1991. A idéia é que, em dez anos, mais de 90% do comércio entre o país e o bloco sejam liberados. Atualmente, o fluxo de comércio está em US\$ 1,2 bilhão por ano.

### **Brasil abre guerra contra subsídios dos EUA ao etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/12/2007**

Disputa deve mexer com a recém-aprovada lei agrícola americana que promete liberar US\$ 284 bi até 2012

A pedido do Brasil, a Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciou ontem uma investigação contra os subsídios dados pelos Estados Unidos à produção agrícola. Se as críticas contra os americanos não são novas, pela primeira vez os árbitros internacionais avaliarão uma queixa que trata não apenas de produtos agrícolas, mas que também ataca os milionários subsídios dados por Washington à produção de etanol.

A disputa ainda promete ter um importante impacto político, já que colocará na berlinda a recém-aprovada lei agrícola americana que dará US\$ 284 bilhões em subsídios aos produtores até 2012.

A Casa Branca acusa o Brasil de estar tentando desviar a atenção das negociações da Rodada Doha com a abertura da disputa. Há dois meses, o Itamaraty, ao lado do Canadá, já havia feito a queixa. Mas questões legais impediram que o processo fosse adiante. Há três semanas, o Brasil levou o contencioso à OMC. Mas os americanos conseguiram bloquear a criação do grupo que investigaria os subsídios.

Desde então, a questão ganhou nova dimensão, tanto política quanto ambiental. O Brasil se queixa da recusa de americanos e europeus em incluir o etanol como um bem ambiental nas negociações.

Na semana passada, durante conferência da ONU em Bali, que apontou soluções para questões climáticas, o chanceler Celso Amorim não poupou críticas aos americanos que sugeriram um acordo de livre comércio para produtos e tecnologias consideradas como positivas para o meio ambiente. O biocombustível, porém, não fazia parte do projeto.

O que o Brasil argumenta é que os americanos apenas conseguem ser competitivos graças a seus milionários programas de apoio à produção de milho. Segundo entidades de pesquisa, como a Global Initiative, os subsídios ao etanol chegariam a US\$ 7 bilhões ao ano nos EUA, mais que toda a exportação brasileira do produto. O Brasil decidiu, portanto, incluir dois programas de apoio à produção em sua lista de queixas que agora será avaliada pela OMC. Os árbitros terão três meses para chegar a uma conclusão.

Mas o Itamaraty não questiona apenas o etanol. Politicamente, o caso pode ter um impacto até mesmo no Congresso dos EUA, que aprovou um novo pacote de ajuda agrícola que continuará afetando os países emergentes até 2012. Os subsídios serão de US\$ 284 bilhões até lá.

No total, mais de 80 programas em diferentes setores da agricultura serão atacados pelo Brasil na OMC, desde planos de ajuda para os cultivos afetados por furacões até programas destinados à guerra contra o terrorismo.

Na avaliação do Itamaraty, o caso ainda seria uma forma de pressionar para que a nova lei agrícola (Farm Bill) americana seja repensada.

O Brasil alega que os EUA superaram o limite do valor autorizado dos subsídios. Segundo as normas na OMC, os americanos são autorizados a dar no máximo US\$ 19 bilhões por ano a seu setor. Segundo Brasília e Ottawa, o volume foi superado em praticamente todos os anos na última década.

## **O Mercosul abre uma porta** – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 19/12/2007

Os presidentes dos quatro países do Mercosul assinaram em Montevideu, ontem, um tratado de livre-comércio com Israel, o primeiro firmado com um país de fora da América do Sul. O próximo acordo, muito mais ambicioso, poderá ser com a União Européia (UE), se a negociação, congelada há dois anos, for de fato retomada em maio e conduzida com maior empenho do que na fase anterior.

O governo israelense empenhou-se em concluir o entendimento com o Mercosul a tempo de garantir a assinatura do acordo na reunião de cúpula do bloco, que começou anteontem. Desejava sacramentar o pacto de livre-comércio sem ter de negociar também com o governo venezuelano, aliado político do governo do Irã.

A admissão da Venezuela no Mercosul ainda não se completou, porque falta a aprovação pelos congressistas brasileiros e paraguaios. Ainda é incerta, principalmente, por causa da resistência de senadores brasileiros, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua pressionando os parlamentares para atender às pretensões do venezuelano Hugo Chávez. De toda forma, se o governo venezuelano ingressar no bloco, terá de aceitar o tratado já concluído com Israel.

O comércio entre Mercosul e Israel é modesto, mas poderá crescer, com a liberalização programada para os próximos dez anos. O fluxo total de bens entre as duas partes foi pouco inferior a US\$ 1 bilhão no ano passado, quando o Mercosul exportou US\$ 433,7 milhões e importou US\$ 561,6 milhões. O Brasil foi o maior participante desse intercâmbio, com exportações de US\$ 209,4 milhões e importações de US\$ 465,7 milhões.

Já a União Européia tem sido a maior parceira comercial do Mercosul. O intercâmbio entre os dois blocos alcançou US\$ 86,7 bilhões em 2006, com superávit de US\$ 52 bilhões para o Mercosul. As negociações começaram há mais de dez anos, emperraram mais de uma vez e foram congeladas em novembro de 2005. Os dois lados criaram dificuldades - o europeu, oferecendo pouca abertura para o comércio agrícola, e o sul-americano, hesitando em reduzir as barreiras a produtos manufaturados e em liberalizar as compras governamentais.

Além disso, do lado sul-americano houve um problema especial, porque os dois maiores parceiros do Mercosul, Argentina e Brasil, tiveram muita dificuldade para formular propostas de concessões, pois seus interesses defensivos são diferentes. Para os europeus, não haveria como avançar nas negociações antes de um melhor entendimento entre os sul-americanos. Esse obstáculo reapareceu recentemente na Rodada Doha, pois os países do Mercosul, sendo partes de uma união aduaneira, não podem oferecer concessões incompatíveis com a tarifa externa comum. Têm de combinar o jogo, portanto, quando se trata de pôr sobre a mesa ofertas de vantagens comerciais, mas o entendimento entre os membros do bloco permanece difícil.

Técnicos do Mercosul e da União Européia deverão reunir-se em março para cuidar de um possível relançamento das negociações em maio, segundo foi anunciado em

Montevidéo, no início da reunião de cúpula. Participou do encontro - e do anúncio - o comissário europeu de Assuntos Econômicos e Monetários, o espanhol Joaquín Almunia.

Se forem realistas, os sul-americanos encontrarão pelo menos mais dois motivos para trabalhar por um acordo com a União Européia. O primeiro é o avanço dos chineses nos mercados europeus. É preciso batalhar para obter uma abertura maior para produtos do agronegócio, e também para conquistar condições preferenciais para a exportação de manufaturados e bens intermediários. Qualquer vantagem pode ser importante quando se trata de competir com os produtores chineses. O segundo motivo é o interesse dos europeus em concluir acordos com países da Ásia.

Se tiverem juízo, os governantes dos países do Mercosul acomodarão suas diferenças comerciais e farão seu primeiro acordo com um parceiro grande, a União Européia. O Mercosul só pode ser uma prioridade econômica se for uma plataforma para a inserção global de seus sócios.

**Tabaré quer mais flexibilidade no Mercosul** - Denise Chrispim Marin e Ariel Palacios, Montevidéo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/12/2007

Presidente do Uruguai insiste na permissão para acordos fora do bloco

O presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, anfitrião da 24ª Cúpula de Presidentes do Mercosul, encerrada ontem, pediu que o bloco tenha “mais flexibilidade” e permita que “os países de economias menores possam ter acordos com países de fora da região, para poder superar as assimetrias”. O motivo da declaração é o forte interesse do Uruguai em ter a permissão do Mercosul para negociar um Tratado de Livre Comércio com os EUA. Na contramão, a presidente Cristina Kirchner atacou de forma implícita os EUA, ao afirmar que “vizinhos” pretendem provocar a desunião e impedir a integração regional. Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva comparou o bloco a um filho cujos pais só enxergam coisas feias e nunca ressaltam seus pontos bonitos.

Segundo Cristina Kirchner, que ontem recebeu a presidência pro tempore do bloco que estava com o Uruguai, existe uma operação “suja” feita por governos que consideram que os países sul-americanos deveriam ser seus “empregados”.

O presidente Vázquez admitiu “existir dificuldades” para avançar com a integração no Mercosul. Oncologista, fez uma alusão médica: “Os diagnósticos ajudam a curar... mas sozinhos não curam. É preciso ações concretas. Para que o processo regional caminhe é necessário um bom relacionamento entre todos”.

Vázquez também ressaltou o acordo de livre comércio entre o Mercosul e Israel, assinado ontem. “Isso mostra a vontade que o bloco tem de abertura com outros países e blocos”. O acordo é o primeiro assinado com um país fora do continente.

Mas o presidente uruguaio também ressaltou que no semestre que se encerra ficaram vários assuntos sem resolver, entre eles as assimetrias comerciais. “Também temos de assumir onde estamos na integração e ser conscientes sobre até onde podemos chegar. Queremos constituir uma zona aduaneira, mas construímos até agora uma zona de livre comércio com uma Tarifa Externa Comum (TEC) muito perfurada.”

Discursos retóricos e as clássicas declarações de fraternidade sul-americana entremearam vários conflitos internos. O adiamento de decisões, outro clássico desses convencotes presidenciais semestrais, também foi a tônica do encontro. Entre os assuntos “sensíveis” sobre os quais não houve consenso e foram empurrados para 2008, estão as discussões sobre as assimetrias comerciais entre os países do bloco e o código aduaneiro comum.

Os analistas foram categóricos sobre a cúpula do Mercosul, indicando que foi plena em retórica, mas com poucos resultados concretos, recorrendo ao título da obra do dramaturgo inglês William Shakespeare, Muito barulho por nada.

Já nas discussões entre o Brasil e a Argentina houve algum avanço. Segundo portavozes da Chancelaria argentina, os chanceleres dos dois países confirmaram que os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Cristina Kirchner realizarão duas reuniões anuais para avançar em diversos pontos da agenda bilateral

**Lula exalta o Mercosul, mas ataca letargia de presidentes** – Rodrigo Röttsch – Folha de São Paulo – Brasil – 19/12/2007

**Petista pede a colegas que tomem mais rapidamente decisões que afetam o bloco - "Nós temos problema na aduana de cada país; cada secretário-geral da Receita Federal parece que é o dono do país", diz Lula no Uruguai**

## **RODRIGO RÖTZSCH**

ENVIADO ESPECIAL A MONTEVIDÉU - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou ontem seu descontentamento com a lentidão dos avanços do Mercosul, durante a 34ª Cúpula de Presidentes do Bloco, em Montevideu. Disse que essa lentidão ocorre por falhas dos próprios governantes, que não conseguem sobrepor sua decisão política a entraves burocráticos. Mesmo assim ele se disse "otimista" sobre o futuro do bloco.

"Nós estamos percebendo que para alguns países a situação tem mudado e mudado para melhor. E pode melhorar muito mais se nós resolvermos alguns problemas que nós discutimos em todas as reuniões e que, depois, passa a presidência pro tempore do Lula, do



Tabaré [Vázquez, do Uruguai], do Nicanor [Duarte Frutos, do Paraguai], e o tema continua", disse.

Lula deu exemplo de um desses temas que se estende há várias reuniões do bloco -o fim da dupla tributação nas importações, necessária para a implantação do código aduaneiro.

"Os ministros da Fazenda se reuniram ontem [anteontem] e decidiram resolver os problemas das assimetrias entre os países. Ou seja, acabar com a dupla tributação. Se nós presidentes, porém, não colocarmos isso como prioridade um, pode ser que daqui a seis meses estejamos discutindo outra vez as assimetrias. Se há uma disposição e concordância dos ministros da Fazenda de levar esse tema a sério, nós deveríamos fazer um cronograma para resolver essa questão. Quando os nossos técnicos tiverem divergência, não deixem essa divergência demorar três, quatro, cinco meses. Coloquem na mesma semana para que os presidentes decidam."

Lula se queixou da burocracia interna dos países e disse que, para resolvê-la, é necessária "decisão política" dos presidentes. "Nós temos problema na aduana de cada país. Cada secretário-geral da Receita Federal parece que é o dono do país. Então se nós não tivermos a decisão política de dizer "vai ser assim", nós não resolvemos esse problema. A gente decide aqui, oito meses depois não aconteceu nada", disse.

O presidente afirmou que os mandatários do bloco têm de assumir a sua responsabilidade. "As coisas que não estão andando não é culpa do vizinho. Não é culpa da Alemanha, dos EUA, do Japão. A culpa é nossa de não tomarmos as decisões que precisamos tomar. Se não avançamos mais, a culpa é eminentemente nossa. Porque muitas vezes não fazemos valer o mandato que conquistamos nas urnas. Muitas vezes uma decisão técnica fica prevalecendo por seis meses, um ano, e a gente não banca politicamente. A hora é agora de a gente fazer acontecer. Porque senão nós vamos ficar os saudosistas o tempo inteiro", disse.

Lula, porém, não fez só críticas ao Mercosul. "Nós estamos dando passos importantes. Agora é preciso ter claro que tem inimigos internos e externos que não querem. É como se nós acordássemos todo dia olhando para o nosso filho dizendo: que filho feio! Tem o nariz muito grande, ou tem o pé grande, ou tem a orelha grande. Vamos achar um pouco de beleza nesse filho! Afinal de contas fomos nós que colocamos ele no mundo!", afirmou.

O presidente acrescentou ainda: "Vamos olhar esse filho que colocamos no mundo e ver que ele já produziu coisas importantes e pode produzir muito mais. Até porque compreendo que ainda não utilizamos 40% ou 30% do potencial que nós temos de produzir."

**Lula: 'Mercosul é filho feio que ninguém quer'** – Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo – O Globo – Economia – 19/12/2007

Presidente diz que é preciso 'embelezar' a criança e cobra mais rapidez nas decisões do bloco

**Eliane Oliveira e Janaína Figueiredo**

Enviadas especiais MONTEVIDÉU.

Em seu discurso na reunião de chefes de Estado do Mercosul, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a unidade do bloco e cobrou de seus colegas mais rapidez nas decisões. Lula comparou o Mercosul a um filho feio que ninguém quer, queixou-se da lentidão na concretização de acordos devido a pressões de “inimigos internos e externos”, e disse que os presidentes devem fazer valer seus mandatos sem ceder a um ou outro setor.

— O Mercosul é como um filho feio que colocamos no mundo e, às vezes, somos tão exigentes com ele que só vemos as coisas feias nele. É como dizer para nosso filho que ele é feio, tem nariz grande, orelhas grandes. Vamos colocar um pouco de beleza nesse filho.

O presidente aproveitou para fazer um mea culpa, ao afirmar que o bloco não avança em parte por conta dos presidentes dos países-membros.

— Às vezes, não fazemos valer o mandato presidencial que conquistamos nas urnas.

Uma decisão técnica não pode se sobrepor à nossa. Não podemos governar nossos países pensando nesse ou naquele setor. Temos que pensar no conjunto da economia.

Burocracia atrasa acordos da Petrobras Referindo-se abertamente à Petrobras, ele citou como exemplos de acordos que demoraram a funcionar por razões de ordem técnica e burocrática os firmados nos últimos dias na Venezuela e na Bolívia, em razão de divergências entre a estatal brasileira e as petrolíferas dos dois países.

— Quando chegamos à Venezuela, a PDVSA e a Petrobras não estavam de acordo. Precisamos chamar as duas empresas e decidir. Na Bolívia, foi a mesma coisa com a Petrobras e a YPF. O tempo da política não é um tempo técnico. No caso da Bolívia, em dez minutos firmamos um acordo.

Lula também demonstrou insatisfação com a proposta do presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, de negociar acordos de livre comércio separadamente, especialmente com os Estados Unidos. Para o presidente brasileiro, isso é mais um entrave à integração.

Outro insatisfeito declarado, o presidente do Paraguai, Nicanor Duarte, afirmou estar mais otimista, uma vez que o Mercosul estaria mais “atlético” e menos “paquidérmico”. Já a argentina Cristina Kirchner — que enfrentou o constrangimento de visitar um país com quem a Argentina briga por ter instalado uma fábrica de celulose na fronteira — disse estar feliz pelo Uruguai ter reafirmado sua permanência no Mercosul.

Venezuela cobra aprovação de sua adesão ao bloco Já o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, cobrou ontem dos parlamentos do Brasil e do Paraguai a aprovação do protocolo de adesão de seu país ao Mercosul. Chávez se queixou do longo tempo de espera, ao discursar na reunião de chefes de Estado do bloco.

— A Venezuela merece um prêmio à resistência, porque está há nove anos pedindo para entrar no Mercosul — afirmou o líder venezuelano.

— Tomara que nossa entrada seja concretizada em breve, para abrir as comportas das importações de bens e serviços e, em seguida, dar mais ajuda aos países menores (Uruguai e Paraguai).

Chávez também defendeu o ingresso da Bolívia no Mercosul e assegurou que não voltará a fazer parte da Comunidade Andina de Nações (CAN), da qual saiu em meados do ano passado.

Ontem foi inaugurada uma agência do Banco do Brasil em Montevidéu, e anunciada a instalação de um escritório do BNDES na cidade, o primeiro fora do Brasil. De acordo com o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, o total de projetos na América Latina financiados pela instituição é de R\$ 2 bilhões.

#### **CHÁVEZ E MORALES ADVERTEM EUA, na página 34**

### **Política marca cúpula do Mercosul - Janes Rocha – Valor Econômico – Brasil - 19/12/2007**

Os presidentes do Mercosul deram um tom essencialmente político à 34ª reunião de Cúpula, realizada segunda e terça-feira na capital do Uruguai. Das críticas explícitas aos Estados Unidos por parte dos presidentes da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, e da Venezuela, Hugo Chávez, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destoou. Lula frisou aos seus pares que os problemas do Mercosul são causados internamente e não fora da região. Também participaram do encontro os presidentes dos países associados ao Mercosul: Michelle Bachelet, do Chile, e Evo Morales, da Bolívia.

Nos três comunicados conjuntos divulgados no fim do encontro, contudo, os presidentes deixaram claro que estavam sintonizados. Reiteraram a posição expressada pelos chanceleres e ministros de economia um dia antes, de insistência com a entrada da Venezuela no Mercosul, e reforçaram o apoio aos governos do Equador e da Bolívia, que passaram recentemente por turbulências políticas para implantarem mudanças em suas constituições.

No caso da Venezuela, foi divulgado um comunicado em separado, mandando um recado aos políticos brasileiros e paraguaios, que demoram a aprovar a entrada do país no bloco: que consideram "fundamental para o fortalecimento do Mercosul". Em outro documento, os chefes de estado atestaram a lisura do referendo realizado há duas semanas na Venezuela, em que os eleitores disseram "não" às reformas constitucionais propostas pelo presidente Hugo Chávez. E reiteraram que o referendo "fortaleceu o processo democrático venezuelano".

Muito menos falante do que de costume, Chávez voltou a bater nos Estados Unidos em seu discurso. Mais uma vez acusou o governo Bush de liderar "uma campanha" contra a Venezuela. Sempre aberto a falar com a imprensa e mandar seus recados pouco diplomáticos, o presidente venezuelano mandou a segurança afastar os repórteres e fez um discurso até moderado (para seu padrão).

Cristina Kirchner se alinhou a Chávez nas críticas aos EUA. Foi o primeiro encontro entre os dois depois que, na semana passada, o FBI anunciou que tinha provas de que uma mala com US\$ 800 mil, apreendida entrando ilegalmente na Argentina em agosto, pelas mãos de um empresário venezuelano, era dinheiro de origem duvidosa para financiar a campanha política de Cristina. "Há operações sujas e políticas sujas na região. Vamos sofrer interferências dos que parecem que só querem países empregados e subordinados", afirmou a presidente argentina.

Lula fez outra abordagem. Concordou que existem "inimigos internos e externos que não querem" o Mercosul. No entanto, identificou-os em maior número dentro das

próprias burocracias dos respectivos países. "As coisas que não estão andando não é culpa do vizinho. Não é culpa da Alemanha, dos EUA, do Japão. A culpa é nossa de não tomarmos as decisões que nós precisamos tomar." E conclamou seus pares a se esforçarem mais para superar as dificuldades do bloco. "É como se nós acordássemos todo dia olhando para o nosso filho (o Mercosul) dizendo: que filho feio! Tem o nariz muito grande, ou tem o pé grande, ou tem a orelha grande. Vamos achar um pouco de beleza nesse filho! Afinal de contas fomos nós que colocamos ele no mundo!"

Apesar da aparente disposição de Lula, pouco se avançou nas questões que emperram o Mercosul. Foi estendido para o fim do primeiro semestre de 2008 o prazo para conclusão dos trabalhos para eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) no comércio intrabloco.

O único avanço concreto foi no campo externo. O Tratado de Livre Comércio Mercosul-Israel foi finalmente assinado ontem, após muitos anos de negociação, um acordo com pequenas perspectivas econômicas, pois Israel absorve, atualmente, apenas 0,3% das exportações do Mercosul. E com a presença do comissário da União Européia para Assuntos Econômicos e Monetários, Joaquim Almunia, ficou marcada para maio de 2008 no Peru, uma reunião de altos funcionários para a retomada das negociações de um acordo de livre comércio entre os blocos.

**Brasil negocia livre comércio com 15 países – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/12/2007**

**País inicia tratativas com nações da África e do Oriente Médio ao antever conclusão pouco satisfatória da Rodada Doha**

**Acordos tornam o preço dos produtos brasileiros mais atrativo em outros países ao reduzirem a alíquota de impostos**

## **IURI DANTAS**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - Antevendo uma conclusão pouco satisfatória da Rodada Doha de liberalização comercial, o Brasil escolheu 15 países com os quais deseja fechar acordos de livre comércio no curto prazo.

As negociações correm sob sigilo, em especial para não enfraquecer a posição de liderança brasileira entre os países emergentes nas discussões sobre a Rodada Doha. Foi ali que se criou o G20, um grupo de 20 países que falam em uníssono com as economias tradicionais, como os EUA e a União Européia.

O problema é que as negociações, após cinco anos de rodada, não vêm caminhando satisfatoriamente. "Finda a Rodada Doha, haverá uma tendência de que o Mercosul avance em várias outras negociações que já estão em curso", explicou à **Folha** o secretário de Comércio Exterior, Welber Barral.

Atualmente, Itamaraty e Ministério do Desenvolvimento dialogam com Egito, Marrocos, Índia e Coréia do Sul. As tratativas evoluíram para documentos com os cinco países da União Aduaneira da África Austral -África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia- e os seis países do Conselho de Cooperação do Golfo -Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein, Omã, Emirados Árabes Unidos e Qatar.

A queda do dólar e maior competição dos produtos chineses fizeram a indústria, a agropecuária e o setor de serviços começarem a pressionar o governo para firmar tratados de livre comércio. Esses acordos tornam o preço dos produtos brasileiros mais atrativo em outros países pois reduzem a alíquota de imposto que os exportadores brasileiros pagam aos governos estrangeiros.

A eliminação de barreiras tarifárias também permite aos produtos brasileiros maior competição com os de países industrializados, como os EUA.

Na terça, os presidentes dos países do Mercosul -Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai- assinaram acordo de livre comércio com Israel, o primeiro fora da América Latina.

Agora, tanto produtos brasileiros como norte-americanos não pagam tarifas para chegar ao mercado israelense. O governo brasileiro espera um aumento "exponencial" na corrente de comércio.

"A gente espera que esse comércio cresça exponencialmente. Grande parte do comércio de Israel é feita com outras áreas aduaneiras, eles já têm acordos com EUA e UE. Nós pagamos tarifa, os americanos e europeus, não", disse Barral.

Israel já possui comércio livre de tarifas em 70% de sua balança comercial. Em 2006, o Brasil exportou US\$ 261 milhões e importou US\$ 458 milhões do país. Hoje, o Mercosul vive o processo para adoção de livre comércio com os outros países da Aladi (Associação Latino-Americana de Integração) -Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, Peru, Venezuela e México. Nos próximos anos, esses países reduzirão alíquotas para produtos do Mercosul e vice-versa, até eliminá-las.

Segundo Barral, só será possível discutir acordos de livre comércio com os EUA e com a UE após o término de Doha. Entre os grandes emergentes, o Mercosul enfrentará dois desafios: China e Rússia. O Brasil possui uma séria pendência com os chineses. Mais de três anos depois de um protocolo de entendimento, o país ainda não reconhece a China como economia de mercado, por investimentos prometidos e não cumpridos por Pequim.

A situação tornou-se mais delicada nos últimos meses. A reunião entre os dois países, prevista para o início de 2008, foi cancelada. E, na sexta, a China lançou um avião comercial que competirá no mesmo segmento da Embraer. No caso da Rússia, o país ainda não entrou para a OMC, exigência para que haja avanço nas negociações com o Mercosul.

**Poder dos emergentes deve ser reconhecido** – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – Entrevista com Pascal Lamy – 23/12/2007

### **Diretor-geral da OMC afirma que maior força desses países cria um equilíbrio nas relações internacionais**

O SOCIALISTA que comanda o organismo considerado uma espécie de juiz do capitalismo global vê com bons olhos o poder conquistado nos últimos anos por países emergentes como o Brasil -e que está criando um novo equilíbrio de forças nas relações internacionais.

Para o francês Pascal Lamy, diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), essa é uma realidade irreversível. Ele deixa claro, por exemplo, que considera só uma questão de tempo a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, uma das metas da diplomacia do governo Lula.

### **MARCELO NINIO**

E GENEVRA - Em entrevista à Folha em seu gabinete na imponente sede da OMC, às margens do lago Léman, em Genebra, Lamy elogiou a estratégia comercial brasileira e mostrou confiança de que a desacreditada Rodada Doha finalmente tenha um desfecho positivo em 2008. Mas lembrou aos brasileiros que, com o poder, aumenta também a responsabilidade. Em sua opinião, não há nenhuma contradição entre ser socialista e estar no topo de uma organização demonizada por grupos esquerdistas e antiglobalização. "Estou em boa companhia", diz Lamy, citando governos considerados de esquerda, como os do Brasil e do Chile, que também defendem a abertura do comércio. Lamy, 60, chegou ao comando da OMC em 2005, depois de derrotar, entre outros candidatos ao cargo, o brasileiro Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Formado em administração e estudos políticos, teve longa trajetória no serviço público francês, chegando a assessor do premiê Pierre Mauroy. Também fez carreira na União Européia. Primeiro, como chefe-de-gabinete do presidente da Comissão Européia, Jacques Delors. Depois, como comissário europeu de Comércio. Entre os dois cargos, chefiou a equipe que recuperou o banco francês Crédit Lyonnais, onde atuou como presidente até sua privatização, em 1999. Leia a seguir trechos de entrevista à Folha. ★

***FOLHA - Mais um ano termina com a Rodada Doha em um impasse. O que deu errado e o que o sr. espera para 2008?***

***PASCAL LAMY*** - Não considero um impasse. A negociação continua. O nível de atividade neste momento na OMC é bem mais alto do que era no ano passado. Em 2007, nós tivemos boas e más notícias. A má foi o colapso do processo do G4 em Potsdam [na Alemanha]. Mas a boa notícia é que foi aberta uma nova avenida para avançar a negociação, que é voltar para o plenário e aos chefes dos comitês. Todos sabem que negociações entre 151 países são muito complexas, mas estamos chegando ao estágio final. Minha sensação é que poderemos terminar toda a Rodada Doha em 2008. Essa é uma determinação compartilhada por todos os membros da organização.

***FOLHA - Recentemente, o sr. propôs um calendário para que as negociações sejam concluídas até o fim de 2008. Como esse calendário será afetado pelo fato de que na Casa Branca estará um presidente no último ano de mandato?***

***LAMY*** - Meu papel é dar uma moldura ao processo. Não propus prazos finais. Os Estados Unidos são um país importante, mas há eleições em vários lugares o tempo todo, temos de conviver com esses ciclos. O fato de estarmos no fim de um governo [nos EUA] é positivo, até porque as pessoas gostam de deixar uma ficha limpa para a história. A verdade é que o comércio internacional tem hoje papel mais relevante na política doméstica do que há 50 anos. O mundo mudou e, na minha opinião, para melhor. O comércio, enquanto transmissor da globalização, tem grande impacto na vida das pessoas.

***FOLHA - Quais as lições da Conferência de Bali para a Rodada Doha? Se o mundo não consegue ir além de um acordo vago sobre um tema em que o objetivo coletivo é claro, como o ambiente, como esperar consenso em um processo com interesses tão diversos, como o comércio?***

***LAMY*** - Chegar a um acordo sobre mudança climática é mais difícil que concluir a Rodada Doha. Bilhões em subsídios ou toneladas de frango ou porco são mercadorias mais fáceis de lidar do que emissões de CO2.

Mas há coisas em comum. Primeiro, há um bem público com que nos preocupar. O seguro contra o protecionismo apoiado pela OMC é um bem comum. Só que o bem público tem um histórico mais longo em comércio, pois estamos nesse negócio há 60 anos, enquanto o tema da mudança climática é mais recente. Em segundo lugar, há o equilíbrio de forças nas negociações, que mudou fundamentalmente nos últimos 50 anos. Antes, era basicamente uma negociação entre o Norte rico e o Sul pobre. Hoje, a situação mudou totalmente. Temos potências emergentes, que querem sua parte do bolo e do processo de tomada de decisões. Não que Brasil e Índia não participassem antes das negociações comerciais.

Mas seu envolvimento e sua capacidade de direcionar a agenda eram muito menores. Se a agricultura é o assunto "número 1" da atual negociação, não é porque Estados Unidos, União Européia e Japão gostam, mas porque os países emergentes impuseram isso na agenda. No caso da mudança climática, há o mesmo dilema da nova realidade, que é o reequilíbrio em volta da mesa de negociações, o que também se vê no Banco Mundial e no FMI [Fundo Monetário Internacional]. Acontece o mesmo nas discussões sobre [a reforma do] Conselho de Segurança da ONU. O mesmo problema: uma velha estrutura, que está lá há 60 anos e não cabe na realidade de hoje. E não se pode pedir a países como Brasil, Índia ou China que assumam compromissos em relação ao clima se eles não são parte do jogo.

***FOLHA - Como as preocupações ambientais deveriam ser incluídas nas negociações comerciais? O álcool, por exemplo, deveria ser considerado uma categoria especial?***

**LAMY** - A noção de que o comércio deve contribuir para o desenvolvimento sustentável é um princípio da OMC. O álcool é parte da negociação agrícola. Há a convicção de que deveríamos fazer mais para promover os bens ambientais. Agora, o que é exatamente um bem ambiental continua uma questão aberta. Isso é verdade tanto para máquinas de lavar e bicicletas como para o álcool.

**FOLHA** - *Os países ricos, ao que parece, estão custando a se adaptar ao novo equilíbrio de poder. O que o sr. achou da declaração da secretária do Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, comparando Brasil e Índia a adolescentes?*

**LAMY** - É uma realidade e é um reflexo da mudança no equilíbrio de forças. Eu não usaria essa frase, pois parece algo como "eu sou um adulto e você é um adolescente". Os países emergentes estão absolutamente certos e têm toda a legitimidade em querer reequilibrar o mundo da agricultura, assim como estavam certos em relação a têxteis na primeira Rodada. Estão certos, mas têm de pagar um preço. Ser participante ativo significa ganhar direitos, mas também ter responsabilidades.

**FOLHA** - *Há quem critique o Brasil por exigir privilégios de país pobre enquanto reivindica poderes de país rico. Como conciliar isso?*

**LAMY** - É fato que países como Brasil, Índia, África do Sul e Indonésia continuam pobres, já que a porcentagem da população que vive com US\$ 2 por dia ainda é muito alta, Mas também é verdade que estão muito mais poderosos. E todos escolheram a mesma avenida para o desenvolvimento, que é a integração no comércio internacional. São países com grandes vantagens comparativas e querem usá-las. Ser pobre e poderoso é a nova realidade do mundo de hoje. Por mim, está ótimo, sou um social-democrata. Não tenho objeção a que os pobres tenham mais poder de negociação.

**FOLHA** - *Como o sr. vê a estratégia do Brasil nas negociações de Doha?*

**LAMY** - É muito bem construída, pois combina a dimensão geopolítica com as vantagens comparativas do Brasil, notadamente na agricultura. Claro, se você pode matar dois pássaros com uma pedra, ou seja, ser uma força de transformação geopolítica e ainda conseguir seus objetivos, por que não? É uma estratégia inteligente, enquadra-se nos interesses macroeconômicos do Brasil e tem sido extremamente bem-sucedida nos últimos anos. Basta olharmos para o comércio, o superávit comercial, os indicadores macroeconômicos, a inflação, o valor da moeda. A moeda brasileira dobrou de valor em relação ao dólar nos últimos cinco anos. A noção de que abrir [os mercados] é bom funciona, mas funciona ainda melhor se você equaliza o campo de ação, o que é a posição básica do Brasil em agricultura. Acho que é muito eficiente. Acredito que o presidente Lula e o ministro [das Relações Exteriores, Celso] Amorim queiram concluir a Rodada, já que moveram a negociação de uma forma boa para o Brasil.

**FOLHA** - *Em que o Brasil poderia ser mais flexível?*



**LAMY** - Em temas como tarifas industriais e serviços. O que, aliás, está acontecendo. Já houve redução unilateral de tarifas no Brasil, o que foi bom para a economia do país.

**FOLHA** - *O que a economia do Brasil e do mundo ganhariam com uma conclusão positiva da Rodada Doha?*

**LAMY** - Crescimento. Portanto um potencial para mais bem-estar social e redução da pobreza. O que acontece dentro dos países está além do alcance da OMC, mas o aumento do comércio internacional cria o potencial de reduzir as desigualdades, que no Brasil continuam sendo um problema.

**FOLHA** - *Como o sr. vê a perspectiva de crescimento do comércio em 2008, sobretudo diante de desequilíbrios causados por fatores como a desvalorização do dólar?*

**LAMY** - A OMC não está no negócio de curto prazo. Nosso período de tempo é de 15 anos, que é o espaço entre duas rodadas de negociação comercial. E nesse tempo valorizações cambiais se igualam. É como sair com o cachorro. Durante o passeio, o cachorro algumas vezes está na frente, em outras está atrás. Uns andam com o cachorro na coleira, outros não. Alguns têm uma coleira longa, outros curta. Isso não muda o fato de que cão e dono sempre voltam juntos para casa.

**FOLHA** - *O sr. já disse que o protecionismo no comércio foi uma das origens da Segunda Guerra Mundial. O mesmo problema poderia levar hoje a turbulências políticas?*

**LAMY** - Sim, há sempre um risco de que a sensação de desproteção de um país degenera em protecionismo econômico. A proteção é uma necessidade humana. Quando surge um problema, apontar para o estrangeiro é sempre a saída mais fácil. Por isso o protecionismo é sempre uma tentação.

**FOLHA** - *Quais as contradições vividas por um socialista no comando do órgão que é o árbitro do capitalismo global?*

**LAMY** - A relação com o capitalismo de mercado é uma grande questão do movimento socialista desde o começo do século 19. Mas, se olho para os socialistas e os social-democratas, conluo que estou em boa companhia. Vejo que Brasil, Chile, Nova Zelândia e Reino Unido, com governos socialistas ou social-democratas, também defendem a abertura comercial.

**Negociadores querem Doha até janeiro** – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro  
– 23/12/2007

DE GENEBRA - Pode até ser uma cortina de fumaça para ocultar o pouco avanço obtido nas negociações da Rodada Doha em 2007. Mas os últimos dias do ano foram de intensa movimentação diplomática em Genebra para preparar o terreno do que virá em 2008, quando a OMC espera romper o impasse atual rumo à conclusão da Rodada, com mais de três anos de atraso.

Além do alto nível de atividade na OMC, confirmado pelo diretor-geral da organização, Pascal Lamy, a Folha apurou que vários encontros secretos foram realizados nos últimos dias entre diplomatas dos países com atuação mais decisiva nas negociações - Brasil, Índia, EUA e União Européia-, que em junho, quando ainda formavam o chamado G4, protagonizaram rotundo fracasso nas negociações de Potsdam (Alemanha), que terminou em intenso tiroteio verbal.

Depois de um ano de expectativas frustradas em torno de uma conclusão bem-sucedida do mais ambicioso projeto de abertura comercial, o novo prazo com que os negociadores trabalham agora é o fim de janeiro.

O impasse atual nas negociações, iniciadas em 2001 com o objetivo de aumentar o acesso aos mercados, está concentrado sobretudo na relutância das nações em desenvolvimento, lideradas por Brasil e Índia, em baixar suas tarifas industriais antes de ter garantias de que os países desenvolvidos reduzirão de forma significativa seus subsídios agrícolas.

Para um negociador indiano ouvido pela Folha, há indícios preocupantes de que UE e EUA estejam unindo posições para culpar os países em desenvolvimento por um novo impasse no começo do ano. Se as novas propostas, principalmente a agrícola, não oferecerem concessões substanciais, diz o diplomata indiano, o tiroteio de Potsdam poderá se repetir, com uma diferença: os ferimentos na confiança entre os países serão bem mais graves. (MN)

**Mercosul possível** – O Globo – Opinião – Editorial – 23/12/2007

Mais uma reunião dos chefes de Estado do Mercosul, em Montevideu, evidenciou as dificuldades que o bloco enfrenta, a ponto de o presidente Lula tê-lo comparado a “um filho feio”. Lula se queixou da burocracia do organismo e dos problemas técnicos, que atrasariam a implementação das decisões. Coube ao brasileiro manifestar insatisfação com a reiterada reivindicação do presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, de negociar em separado acordos de livre comércio, de olho nos EUA. De fato, um bloco, para justificar a razão de ser, deve fazer negociações conjuntamente.

Ou revogue-se o bloco.

Se Brasil, Argentina e Uruguai alcançaram um bom patamar de democracia, Venezuela e Bolívia — novos candidatos ao Mercosul — vivem uma efervescência populista de cunho autoritário que pode desestabilizar o mercado comum.

Com tantos problemas, e sem o entusiasmo de outros tempos, o Mercosul é apenas um sonho que se transformou em abóbora? Nem tanto. O melhor exemplo é a União Européia, cujo embrião — a Comunidade Européia do Carvão e do Aço — foi instituído há 57 anos. Depois, foram seis expansões sucessivas, espaçadas por anos. Mas, em 1995, toda a espantosa construção da UE, com sua pujante moeda comum, esteve para desabar, quando os povos de França e Holanda rejeitaram o tratado que instituía a Constituição Européia.

A UE recuou, repensou seus objetivos e finalmente voltou a avançar com a aprovação, há pouco, do Tratado de Lisboa, o instrumento legal que substituirá a constituição rejeitada. Os presidentes de países do Mercosul devem ter isso em mente e, sobretudo, prezar a cláusula democrática, que afasta o integrante que tiver sua normalidade institucional quebrada por ditaduras.

Essa é a melhor maneira de reafirmar que a democracia é condição primordial para pertencer ao Mercosul.

Em Montevideú, Lula mostrou impaciência com o tempo necessário para o estudo técnico dos projetos, que retardariam o tempo da política. Esqueceu-se que, numa construção político-econômica delicada, como o Mercosul, decisões de afogadilho resultarão em recuos mais à frente. É melhor dar aos especialistas o tempo necessário para que os políticos possam, na devida hora, comemorar os avanços.

#### **A guerra ao subsídio continua** – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 24/12/2007

O governo dos Estados Unidos acaba de perder mais um processo na OMC, desta vez por descumprir a determinação de eliminar subsídios ilegais ao setor de algodão. Foram condenações encadeadas, a primeira por violação de regras internacionais e a segunda por desobediência aos árbitros, como se as obrigações subscritas por 151 países valessem só para alguns.

Ainda mais do que o Executivo, o Legislativo americano se comporta, em questões comerciais, como se o seu país estivesse acima das obrigações e limitações impostas por seus compromissos com os demais membros do sistema internacional. A nova lei agrícola recém-aprovada pelos congressistas é mais uma demonstração dessa atitude. Pela lei, o governo proporcionará ao setor agrícola US\$ 284 bilhões em subsídios até 2012.

O poder público americano poderia aproveitar a situação favorável no mercado global, com preços agrícolas muito compensadores, para desmontar os mecanismos de subvenção contrários às normas internacionais. Muitos contribuintes aplaudiriam essa decisão e o comércio global de alimentos e matérias-primas agrícolas se tornaria mais eqüitativo, com melhores oportunidades para os produtores dos países pobres e daqueles em desenvolvimento, prejudicados pelas distorções de preços causadas pelos subsídios do mundo rico. Ao aprovar a nova lei agrícola, os congressistas americanos simplesmente

menosprezaram as orientações legais contidas nos acordos internacionais e nas decisões da OMC.

O caso do algodão começou em setembro de 2002, quando o Brasil pediu consultas a respeito do assunto. O painel de julgamento foi instalado em março de 2003 e seu relatório final foi divulgado em setembro de 2004. Os Estados Unidos apelaram, seguindo o procedimento adotado freqüentemente pelas partes perdedoras. O Órgão de Apelação da OMC apresentou sua decisão em março de 2005 e fixou prazos para a eliminação dos subsídios condenados.

O último desses prazos terminou em 21 de setembro. Um ano depois, em 28 de setembro de 2006, foi instalado um Painel de Implementação. Washington havia, segundo o governo brasileiro, deixado de aplicar as providências determinadas pela OMC. Em outubro de 2007 circulou entre os governos interessados o relatório do painel, com a nova condenação dos Estados Unidos. A divulgação ampla desse documento, em 18 de dezembro, apenas deu maior publicidade a resultados já conhecidos.

O projeto da nova lei agrícola, portanto, tramitou e foi aprovado como se nenhum desses fatos tivesse ocorrido e como se as decisões dos árbitros da OMC nada significassem para as autoridades americanas encarregadas de legislar sobre assuntos de grande importância para o comércio internacional.

Para o Brasil e vários outros membros da OMC, incluído o Canadá, um dos principais parceiros comerciais dos Estados Unidos, as pressões legais contra os subsídios americanos não terminaram. Segundo os governos dos dois países, as autoridades de Washington violaram os acordos internacionais não só com os subsídios ao algodão, mas com o conjunto de subsídios muito maiores que os permitidos pelas normas em vigor.

As violações, segundo essa avaliação mais ampla, ocorreram durante a maior parte da última década. Esse é o tema da nova ação recentemente iniciada na OMC pelo Brasil e pelo Canadá. Desta vez, o governo brasileiro pretende contestar, no bojo de uma ação mais ambiciosa, também os subsídios concedidos à produção de etanol. A idéia é contestar perante um painel da OMC mais de 80 programas americanos de subsídios a diferentes segmentos do agronegócio.

O governo dos EUA tem acusado as autoridades brasileiras de tentar, com esses processos, desviar as atenções da Rodada Doha de negociações comerciais. Para o governo brasileiro, no entanto, essas ações têm um duplo papel. Devem servir para cobrar o respeito às normas já em vigor e para manter no centro dos debates um dos temas fundamentais da Rodada Doha, a liberalização efetiva do comércio de produtos do agronegócio. Esse deveria ser um dos objetivos principais das negociações lançadas em 2001 como a rodada do desenvolvimento - um empreendimento ainda frustrado.

**Falso dilema** – Dr. Rosinha – O Globo – Opinião – 24/12/2007

As críticas à cooperação SulSul geralmente contêm duas falácias. Uma se refere ao suposto caráter ideológico dessa diretriz da nossa política externa, geralmente associada a terceiro-mundismo, antiamericanismo e outros “ismos”. A outra tange ao falso dilema entre aprofundar os vínculos com países em desenvolvimento, em busca de novos mercados para nossas exportações, e manter e consolidar as boas relações com parceiros tradicionais.

Não há contradição alguma entre priorizar a consolidação do Mercosul, integrar a América do Sul, estabelecer parcerias estratégicas com países como Índia, China e África do Sul e, concomitantemente, manter ótimas relações com a UE e os EUA.

Com este, por sinal, nossas relações estão num patamar excelente, talvez o melhor da história recente.

Já firmamos uma parceria estratégica na área dos biocombustíveis, pois temos posições convergentes em alguns temas importantes, como Haiti e narcotráfico.

A outra falácia pode ser refutada com facilidade com uma simples consulta às cifras de comércio exterior.

No período do primeiro governo Lula (2003-2006), nossas exportações cresceram 128%, bem acima das exportações mundiais (86%). Entretanto, o aumento das exportações brasileiras para países em desenvolvimento foi de espantosos 210%, ante 79% para os países desenvolvidos, este um pouco abaixo da média mundial.

Tal discrepância não se deve à opção ideológica, mas simplesmente ao fato de que os mercados dos países em desenvolvimento são menos competitivos e vinham sendo pouco explorados, ao passo que os mercados das nações mais ricas são muito protegidos por barreiras não-tarifárias e subsídios. O dólar barato também prejudica. A cooperação Sul-Sul vem, ainda, aumentando muito o protagonismo diplomático do Brasil.

**Banco do Sul começará com US\$ 7 bi** - Ariel Palácios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/12/2007

Para ministro Guido Mantega, capital inicial pode chegar a US\$ 10 bi, e Brasil deve entrar com US\$ 1 bi a US\$ 2 bi

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou ontem que o capital inicial do Banco do Sul poderia estar entre US\$ 7 bilhões e US\$ 10 bilhões. Mantega declarou, ao sair da Embaixada do Brasil no bairro portenho de Retiro que, “se o capital estiver ao redor de US\$ 7 bilhões, os principais sócios, ou seja, o Brasil, Argentina e Venezuela, colocariam entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2 bilhões de capital cada um”. O Banco do Sul, idealizado pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, ambiciona ser uma megaentidade para financiar grandes projetos de infra-estrutura e desenvolvimento na região.

Mantega reuniu-se ontem com o ministro da Economia da Argentina, Martín Lousteau, para analisar uma longa agenda de assuntos bilaterais Brasil-Argentina. Os dois ministros conversaram longamente durante o almoço na sede diplomática brasileira. Posteriormente, continuaram a conversa no Ministério da Economia.

O ministro disse que ele e Lousteau têm vários pontos em comum sobre o formato que o Banco do Sul deve ter, entre eles os requisitos de que a nova entidade precisa ser “eficiente, profissional, lucrativa e que financie bons projetos”.

Segundo Mantega, as discussões sobre o Banco do Sul devem prosseguir com representantes dos demais países que compõem a instituição. O governo da Venezuela havia enviado a Buenos Aires técnicos do Ministério da Fazenda, fato que evidenciava que as conversas sobre o Banco do Sul passarão a ter caráter mais técnico do que político nos próximos meses.

Os ministros do Brasil e da Argentina analisaram questões macroeconômicas de ambos os países, além da relação comercial bilateral e a tributação para empresas brasileiras instaladas na Argentina. Mantega afirmou que o comércio bilateral (favorável ao Brasil) está crescendo: “O importante é que cresce, e muito, tanto importações como exportações, e é satisfatório para os dois países”.

Os ministros também discutiram o comportamento dos preços dos alimentos no Brasil e Argentina, e avaliaram que, apesar dos problemas internos de inflação que provocam, a valorização das commodities agrícolas no mercado internacional beneficia ambos países.

O ministro afirmou que ainda não havia conversado com Lousteau sobre o regime automotivo entre o Brasil e a Argentina. O regime vence em junho do ano que vem, após dois anos de vigência.

### **Sem acordo, Doha aguarda desfecho de campanha presidencial nos EUA - Assis**

Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/12/2007

Na véspera do Natal, o mediador da negociação agrícola na Rodada Doha, o neozelandês Falconer Crawford, enviou aos 150 países quatro textos traçando o que acredita serem novos pontos de convergência para reduzir os subsídios domésticos. Na prática, ao apontar aproximações em várias questões, o que Crawford faz é pavimentar o terreno para os Estados Unidos limitarem suas subvenções a algo entre US\$ 13 bilhões e US\$ 14,5 bilhões por ano.

Atualmente, Washington tem direito de dar até US\$ 48 bilhões de subsídios por ano, como resultado da Rodada Uruguai, e até agora só aceitou baixar esse montante a US\$ 17 bilhões em um futuro acordo global.

Além de ter divulgado documentos em pleno período de festas, o mediador marcou nova rodada de negociações a partir do dia 3 de janeiro. Mas essa movimentação é acompanhada com ceticismo. Um dos mais importantes negociadores sequer teve curiosidade de ler os novos textos. "Mande para meu ministro, isso não tem pressa mesmo", argumentou.

Ou seja, no nível técnico, a negociação até avança aos tropeços, mas ninguém ignora que a conclusão da Rodada Doha depende do calendário eleitoral nos Estados Unidos. E por aí tudo indica que um acordo global dificilmente ocorrerá antes de 2010.

A maior nação comerciante do planeta está em plena campanha presidencial, o Congresso votou uma lei agrícola que não reduz subsídios e a principal representante comercial americana, Susan Schwab, adota um tom que faz entender que ela sabe que a Casa Branca não quer, ou não pode, fechar um acordo em 2008, durante o mandato de Bush.

Também entre certos exportadores agrícolas há menos pressa por barganhas. Alfredo Chiaradia, o secretário de Comércio Internacional da Argentina, considera que seu país já ganhou com a conjuntura atual, de insuficiente oferta mundial de produtos agrícolas. Como resultado, os preços explodem e forçam dezenas de países a cortarem suas tarifas de importação.

A União Européia, um dos maiores importadores de trigo, soja e milho do mundo, reduziu a zero as tarifas de importação de cereais até junho do ano que vem. China, Rússia, Índia, México, Marrocos, Azerbaijão, Bósnia, Egito, Filipinas, Taiwan, Bangladesh, Nigéria, Gana e Peru fizeram o mesmo. De outro lado, países produtores aumentam as tarifas de exportação para assegurar o suprimento doméstico. Foi o que fizeram Argentina, Rússia e Cazaquistão.

É certo que os atuais cortes de tarifas têm pouco impacto na negociação global, porque esta trata da consolidação de alíquotas (o montante máximo que um país pode aplicar). Mas a conjuntura leva mais países exportadores agrícolas a resistirem a pagar com concessões na área industrial.

As diferenças entre os países se espalham em todos os temas da negociação, passando por metodologia para calcular antidumping a proteção para indicações geográficas. Tampouco se pode ignorar as fricções persistentes entre três atores principais da rodada, o ministro brasileiro Celso Amorim, Susan Schwab e o comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson.

Além disso, há preocupação dentro da OMC sobre os riscos de Venezuela, Bolívia e alguns países africanos rejeitarem o consenso em um futuro acordo. Antes o temor era só com os venezuelanos e bolivianos sob a influência de Hugo Chávez. Agora, vários países africanos, com políticas comerciais desenhadas por organizações não-governamentais (ONGs), mandaram um aviso, ao recusarem um acordo de preferências comerciais com a União Européia.

Uma rodada, contudo, não morre. Haverá muitas reuniões e novos prazos para se chegar a entendimentos. Em Genebra, fala-se agora de julho como nova data dita "crucial" para se esboçar um acordo global. Mas entre importantes negociadores, as atenções estão cada vez mais voltadas para o que Hillary Clinton, se eleita, mudará na política comercial americana e qual o impacto disso na agenda global de negociações.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**

Diva de Faria

**oppa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

